



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
MARANHÃO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2014**

São Luís-MA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

EXPEDIENTE



Organização:

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO

Diretor-Geral

**FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA
FERREIRA**

Diretora da Secretaria para Assuntos
Institucionais

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM

Assessor de Planejamento Geral

LUSELIAS SOARES SALES LOPES

Analista Ministerial

**CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA
LIMA**

Chefe de Secretaria da ASPLAN

Supervisão editorial

**MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS
SANTOS**

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

RÔMOLLO DE SÁ MALTA

Chefe da Seção de Editoração e Publicação

Revisão

LUSELIAS SOARES SALES LOPES

Analista Ministerial

**CARLA ANTONIO SIDRIM BEZERRA
LIMA**

Chefe de Secretaria da ASPLAN

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM

Assessor de Planejamento Geral

Normalização

**MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS
SANTOS**

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

CONCEIÇÃO DE MARIA LIMA GUEDES

Analista Ministerial

Diagramação e arte final

RAIMUNDO NONATO PENHA

Designer Gráfico

THALITA

Designer Gráfico

Fotos:

Arquivo da Coordenadoria de
Comunicação/PGJ

Endereço:

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro.

São Luís – Maranhão – CEP: 65.020-910

Fone: (98) 3219 1600 – www.mpma.mp.br

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO -
GESTÃO 2014**

**REGINA LÚCIA DE ALMEIDA
ROCHA**

Procuradora-Geral de Justiça

**FRANCISCO DAS CHAGAS
BARROS DE SOUSA**

Subprocurador-Geral de Justiça para
Assuntos Jurídicos

**TEREZINHA DE JESUS
GUERREIRO BONFIM**

Subprocuradora-Geral de Justiça para
Assuntos Administrativos

**SUVAMY VIVEKANANDA
MEIRELES**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**RITA DE CÁSSIA MAIA BAPTISTA
MOREIRA**

Subcorregedora-Geral do Ministério
Público

**SIRLEI CASTRO AIRES
RODRIGUES**

Chefe de Gabinete da PGJ

**MARCOS VALENTIM PINHEIRO
PAIXÃO**

Assessor-Chefe da PGJ

ÓRGÃOS DE APOIO

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS

COSTA

Ouvidora-Geral do Ministério Público

ANA TERESA FREITAS

Diretora da Escola Superior do
Ministério Público

**MÁRCIO THADEU SILVA
MARQUES**

Coordenador do Centro de Apoio
Operacional da Infância e Juventude

**LUÍS FERNANDO CABRAL
BARRETO JÚNIOR**

Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Meio Ambiente,
Urbanismo e Patrimônio Cultural

**JOSÉ HENRIQUE MARQUES
MOREIRA**

Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa do Patrimônio
Público e da Probidade Administrativa

**SANDRA LÚCIA MENDES ALVES
ELOUF**

Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Direitos Humanos e
Cidadania



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**FRANCISCO DAS CHAGAS
BARROS DE SOUSA**
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa da Saúde

**PAULO SILVESTRE AVELAR
SILVA**
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa do Direito à
Educação

RONALD PEREIRA DOS SANTOS
Coordenador do Centro de Apoio
Operacional de Defesa dos Direitos das
Pessoas Idosas e das Pessoas com
Deficiência

**JOSÉ CLÁUDIO ALMADA LIMA
CABRAL MARQUES**
Coordenador dos Centros de Apoio
Operacional Criminal e do Controle
Externo da Atividade Policial

**LÍLIA TERESA COSTA
CAVALCANTI**
Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional do Consumidor

ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

**LUIZ GONZAGA MARTINS
COELHO**
Diretor-Geral

ABELARDO TEIXEIRA BALLUZ
Diretor da Secretaria Administrativo-
Financeira

FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA

FERREIRA
Diretora da Secretaria para Assuntos
Institucionais

**LUÍS ANDRÉ GURGEL
FIGUEIREDO**
Coordenador de Assuntos Estratégicos e
Inteligência

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadora de Administração

IVONEIDE QUEIROZ SANTOS
Coordenadora de Gestão de Pessoas

TATIANA ALVES DE PAULA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

**MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO
DOS SANTOS**
Coordenadora de Documentação e
Biblioteca

**EDUARDO JÚLIO DA SILVA
CANAVIEIRA**
Coordenador de Comunicação

**ALAN ROBERT DA SILVA
RIBEIRO**
Coordenador de Modernização e
Tecnologia da Informação

**ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO
RÊGO**
Coordenadora de Processos

**JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES
FURTADO**
Coordenador de Serviços Gerais

GILBERTO DUAİLIBE



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MOUCHEREK

Coordenador de Obras, Engenharia e
Arquitetura

**JOSÉ WALTER GONÇALVES
SILVA JÚNIOR**

Coordenador da Folha de Pagamento

**VICEMIR TEIXEIRA MOTA
FONTENELLE**

Presidente da Comissão Permanente de
Licitação

**CARLOS ALBERTO PINHEIRO
BARROS JÚNIOR**

Assessor-Chefe de Auditoria

CARMEN LÍGIA PAIXÃO VIANA

Assessora-Chefe de Controle Interno

**WALTER DA CONCEIÇÃO
ANDRADE BRAGA**

Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

**LUCAS ARAÚJO DUAILIBE
PINHEIRO**

Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica
da Administração

**CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO
AMORIM**

Assessor-Chefe da Assessoria de
Planejamento Geral

**ANDREA DE MELO NOGUEIRA
DUARTE**

Chefe de Cerimonial



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Presidente

José Antonio Oliveira Bents
Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Iracly Martins Figueiredo Aguiar
Ana Lídia de Mello e Silva Moraes
Lígia Maria da Silva Cavalcanti
Suvamy Vivekananda Meireles
Krishnamurti Lopes Mendes França
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Selene Coelho de Lacerda
José Henrique Marques Moreira
Domingas de Jesus Froz Gomes
Francisco das Chagas Barros de Sousa
Cézar Queiroz Ribeiro

Clodenilza Ribeiro Ferreira
Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
Regina Maria da Costa Leite
Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Teodoro Peres Neto
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro
Sâmara Ascar Sauaia
Themis Maria Pacheco de Carvalho
Maria Luíza Ribeiro Martins Cutrim
Mariléa Campos dos Santos Costa
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Eduardo Daniel Pereira Filho

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Biênio (2013 -2015)

TITULARES

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Procuradora-Geral de Justiça

Suvamy Vivekananda Meireles
Corregedor-Geral do Ministério Público

Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Conselheiro

Francisco das Chagas Barros de Sousa
Conselheiro

Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Conselheira

Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Conselheiro

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Conselheira

SUPLENTES

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Domingas de Jesus Fróz Gomes



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Maranhão é uma Instituição permanentemente comprometida com a busca por resultados efetivos, trabalhando para alcançá-los não só a partir da contínua modernização da sua gestão e aperfeiçoamento dos procedimentos internos, mas principalmente na valorização dos membros e servidores.

Assim, o dever constitucional de prestar contas à sociedade maranhense e brasileira encontra-se presente, seja através da implementação do Portal da Transparência, seja pela Lei de Acesso ao Cidadão. O relatório anual de atividades, deixou há muito de ser apenas o cumprimento de uma obrigação e transformou-se em uma oportunidade para darmos mais transparência às nossas ações.

No ano de 2014, a nossa Instituição consolidou ações e cumpriu metas para modernizar o Ministério Público do Estado, tendo como norte a implantação dos processos de modernização na área de Tecnologia da Informação, com a implantação dos Sistemas SIMP e DIGIDOC. Nossa Instituição aposta na consolidação de uma gestão estratégica com foco no estabelecimento de prioridades, estruturação de projetos e medição de resultados alcançados.

Além da área tecnológica, garantimos uma política remuneratória aos membros e servidores, com a implementação de direitos e vantagens. Em outra frente lançamos os Programas Institucionais elaborados pelos CAOPs da Saúde, Educação e Controle Externo da Atividade Policial, que visam a unificação de procedimentos por parte dos membros, na efetiva garantia dos direitos sociais, que estão em pleno vigor, com reuniões e capacitações regionais realizadas nas Cidades de Caxias, Imperatriz e Pedreiras.

No plano estrutural, focamos na melhoria da estrutura administrativa das Promotorias de Justiça da Capital e interior, com a mudança da sede da Promotorias de Justiça da Capital para um novo prédio, com capacidade adequada de bem receber os membros, servidores e a sociedade. Além de termos criado o Núcleo de Execução Penal da Capital e das Promotorias de Substituição Plena.

Entregamos para a sociedade as Promotorias de Justiça de Maracaçumé, Pindaré-Mirim, Eugênio Barros. E ainda, em fase de construção e entrega, os prédios da PGJ, Promotorias da Capital, Imperatriz, Colinas, Paço do Lumiar, obras estas que beneficiarão todos os membros e servidores lotados nestas cidades. Alcançamos a melhoria na estrutura de pessoal com a realização de concurso público para os estagiários, além da expansão do quadro de estagiários para o interior do Estado, tendo sido abrangidas as Promotorias de Justiça de Bacabal, Imperatriz, Codó, Caxias, Timon e Balsas.

Temos avançado também na medição de resultados, trabalhando cada vez mais com o uso de indicadores, não só para avaliarmos o nosso desempenho em âmbito administrativo e institucional, como também para orientar nossa atuação à medida que conhecemos melhor a realidade social.

O trabalho desempenhado por todos os membros e servidores, responsáveis diretos pela profícua caminhada do ano de 2014, nos levam a seguir na condução dos rumos do Ministério Público do Estado neste ano de 2015, para alcançarmos novos e



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

melhores resultados, e seguirmos honrando a confiança que a sociedade maranhense deposita em nós.

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora Geral de Justiça
SUMÁRIO

Apresentação	06
1 MISSÃO INSTITUCIONAL	09
2 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	10
3 A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	11
3.1 <i>A Procuradoria Geral de Justiça</i>	11
3.1.1 <i>Gabinete da Procuradora Geral de Justiça</i>	11
3.2 <i>A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos</i>	14
3.3 <i>A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos</i>	16
3.4 <i>O Colégio de Procuradores de Justiça</i>	17
3.5 <i>O Conselho Superior do Ministério Público</i>	17
3.6 <i>A Corregedoria Geral do Ministério Público</i>	18
3.7 <i>As Promotorias de Justiça</i>	19
3.8 <i>As Procuradorias de Justiça</i>	88
4. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS AUXILIARES DO MP	91
4.1 <i>A Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão</i>	91
4.2 <i>A Ouvidoria Geral do Ministério Público</i>	94
4.3 <i>Comissão de Concursos</i>	99
4.4 <i>Estagiários</i>	99
5. OS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	100
5.1 <i>Assessoria Especial</i>	100
5.2 <i>Assessoria Técnica</i>	100
5.3 <i>Assessoria de Controle Interno</i>	102
5.4 <i>Assessoria de Auditoria Interna</i>	105
5.5 <i>Assessoria Jurídica da Administração</i>	107
5.6 <i>Assessoria de Planejamento</i>	107
5.7 <i>Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)</i>	108
6. DIRETORIAS	111
6.1 <i>Diretoria Geral</i>	111
6.2 <i>Secretaria para Assuntos Institucionais</i>	117
7. <i>Programas Institucionais</i>	123
8. <i>Campanhas Institucionais</i>	128
9. <i>Banco de Projetos do CNMP</i>	130
9.1 <i>Projetos Premiados em 2014</i>	131
9.2 <i>Lista dos Projetos do MPMA inscritos no Banco de Projetos do CNMP</i>	132
10. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOPS)	135
10.1. <i>Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAOUMA)</i>	135
10.2. <i>Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOP/IJ)</i>	136



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

<i>10.3. Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOP-CEAP)</i>	140
<i>10.4. Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOP/Consumidor)</i>	142
<i>10.5. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Impunidade (CAOP/PROAD)</i>	143
<i>10.6. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOP/Educação)</i>	145
<i>10.7. Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOP/DH)</i>	149
<i>10.8. Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAOP/Saúde)</i>	152
11. COORDENADORIAS	153
<i>11.1. Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)</i>	153
<i>11.2. Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)</i>	160
<i>11.3. Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)</i>	162
<i>11.4. Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)</i>	175
<i>11.5. Coordenadoria de Administração (CAD)</i>	179
<i>11.6. Comissão Especial de Licitação (CPL)</i>	185
<i>11.7. Coordenação de Comunicação (CCOM)</i>	187
<i>11.8. Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)</i>	191
<i>11.9. Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)</i>	196
<i>11.10. Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)</i>	199
<i>11.11. Chefia do Cerimonial</i>	201
ANEXOS	206
NORMAS LEGAIS PUBLICADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM 2014	207



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. MISSÃO INSTITUCIONAL

*“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”
(art. 127 da Constituição Federal/1988).*



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

2. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público do Maranhão é o órgão estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Sua organização e funcionamento são estabelecidos pela Lei Federal nº 8.625/95 e, no âmbito estadual, pela Lei Complementar nº 013/91. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (procurador-geral, Conselho Superior, procuradores e promotores de justiça).

Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público, como órgãos auxiliares, a Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), os órgãos de apoio técnico e administrativo e os estagiários.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3. A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

A Lei Complementar Estadual n. 013/97 definiu a estrutura do Ministério Público do Estado do Maranhão, compreendendo Órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Órgãos Auxiliares.

São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público: a Procuradoria Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público.

3.1 A Procuradoria Geral de Justiça

É órgão da Administração Superior do Ministério Público. A chefia da Instituição cabe ao procurador-geral de justiça, nomeado pelo governador do Estado, a partir de lista tríplice formada em eleição pelos membros da Instituição, dentre procuradores e promotores de justiça com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Além das funções de natureza administrativa, o procurador-geral de justiça atua como órgão de execução. Nessa qualidade, age perante a segunda instância do Poder Judiciário estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça. Além disso, atua na revisão do arquivamento de inquérito policial e nos casos de não formulação de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos juízos de direito do Estado, dentre outras atribuições legais.

O procurador-geral de justiça, para o desempenho de suas atribuições, conta com o auxílio da Assessoria Especial, constituída preferencialmente por membros do Ministério Público de sua livre escolha e chefiada por um deles.

Em casos de afastamentos e impedimentos, o procurador-geral de justiça é substituído pelo subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos e pelo subprocurador-geral de justiça para Assuntos Administrativos.

3.1.1 O Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

O gabinete da procuradora-geral de justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar n°. 020/2018. Durante o ano de 2014, contou com um quadro de apoio técnico composto de 06 (seis) servidores, lotados consoante Portaria n°. 6951/2014-GPGJ, coordenados pela Promotora de Justiça Sirlei Castro Aires Rodrigues, atualmente investida no cargo de Chefe de Gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio à Procuradora-Geral de Justiça no exercício de suas funções.

A rotina administrativa do gabinete da procuradora-geral de justiça compreende a emissão de despachos e manifestações em Processos Administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

Na sequência, apresentam-se os dados estatísticos referentes à atuação administrativa do gabinete da procuradora-geral de justiça no ano de 2014:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROCESSOS MOVIMENTADOS NO SISTEMA POR SETORES em 2014

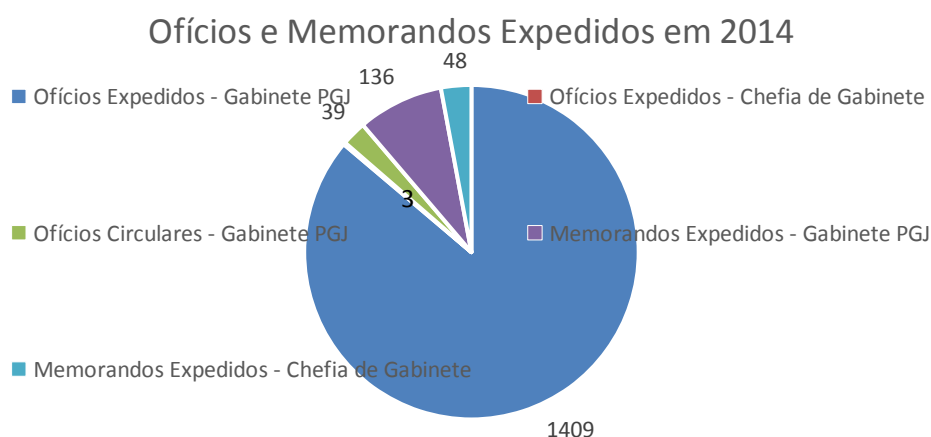
SETORES	QUANTIDADE
ASSESSORIA ESPECIAL	1.811
ASSESSORIA TÉCNICA	31
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	02
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO	08
AUDITORIA INTERNA	14
ARQUIVO	936
BIBLIOTECA	21
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	02
CHEFIA DE CERIMONIAL	275
CAOP MEIO AMBIENTE	04
CAOP SAÚDE	01
CAOP IJ	01
CAOP PROAD	01
CAOP EDUCAÇÃO	18
CAOP DIREITOS HUMANOS	04
COLÉGIO DE PROCURADORES	03
CORREGEDORIA	761
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS	03
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	355
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO	03
CONSELHO SUPERIOR	55
COORDENADORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO	483
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO E RECEBIMENTO DE PROCESSOS	04
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	8.235
COORD. MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	07
COORD. DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA	01
DIRETORIA DAS PROMOTORIAS DA CAPITAL	23
DIRETORIA GERAL	270
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	07
GAECO	95



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

OUVIDORIA	01
PROTOCOLO	31
PROCURADORES DE JUSTIÇA	02
SEC. ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA	08
SUBPROCURADORIA GERAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS	78
SUBPROCURADORIA GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	406
SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	417
SERVIÇO MÉDICO	17
TOTAL DE PROCESSOS ENCAMINHADOS	14.394

OFÍCIOS E MEMORANDOS EXPEDIDOS EM 2014



3.2 A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos tem, dentre suas principais funções estabelecidas pelo Ato Regulamentar nº 20/2008, que coordenar os serviços da Assessoria do procurador-geral de justiça, podendo subscrever quaisquer manifestações no processo judicial e nos autos de procedimento administrativo; ajuizar as ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, cabendo-lhe, ainda, interpor todos os recursos previstos na legislação processual e constitucional, sem prejuízo da prioridade de atribuição conferida ao procurador-geral de justiça.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Mandado de Segurança	162
Execução de Sentença	5
Conflito de Competência	25
Exceção de Suspeição	2
Ação Rescisória	5
Reclamação Cível	1
Precatório	3.123
Recurso Especial	8
Recurso Extraordinário	4
Processo Ordinário Constitucional	5
Ação Penal	22
Agravo Regimental	2
Denúncia	1
Procedimento Investigatório	32
Reclamação Disciplinar	2
Ação Direta de Inconstitucionalidade	26
Embargos de Declaração	12
Embargos à Execução	5
Informações em Mandado de Segurança	12
Notícia Crime	4
Embargos Infringentes	4
Representação Criminal	1
Representação para Intervenção no Município	8
Habeas Corpus	4
Restauração de Autos	1
Processo Administrativo Disciplinar	18
Ação Civil Pública	3
Inquérito Policial	4
Agravo de Instrumento	1
Intervenção de Município	42
Agravo em Recurso especial	2
Execução de Impedimento	1
Execução de Incompetência	1
Termo Circunstanciado de Ocorrência	6
Execução de Título	2
Total	3.556

INTERPOSIÇÕES EM PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Recurso Extraordinário	1

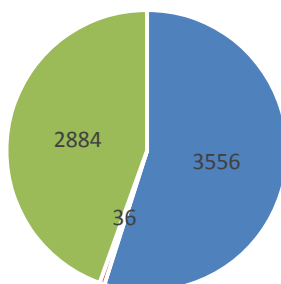


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Recurso Especial	2
Embargos de Declaração	1
Ação Cautelar de Exibição de Documentos, com pedido de Liminar	1
Agravo Regimental	7
Ação Direta de Inconstitucionalidade	7
Denúncia	12
Ação Cível Ordinária	4
Reclamação Constitucional	1
Total	36

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	2.884
---	--------------

Manifestações em Processos Judiciais e Administrativos



- MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS JUDICIAIS
- INTERPOSIÇÕES EM PROCESSOS JUDICIAIS
- MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS
- Linha 4

3.3 A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem um importante papel junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando no desenvolvimento da política administrativa da Instituição e supervisionando o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público.

Suas atribuições também alcançam a substituição da procuradora-geral de justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

Tem o dever de apreciar os requerimentos administrativos dos servidores e dos



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

membros da instituição, tomando as providências pertinentes em cada caso, mantendo a Administração Superior informada acerca das decisões tomadas no âmbito desta Subprocuradoria.

Destaque-se, também, a atuação deste Órgão na análise e acompanhamento das concessões de adiantamentos disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento; reparo, conservação, manutenção e adaptação de bens móveis e imóveis; caráter sigiloso e para aquisição de material permanente, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64, que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e, observando o Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ.

Convém mencionar, ainda, a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares para apuração de fatos e de condutas de servidores do Ministério Público, em conformidade com as determinações da Lei dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão - Lei nº 6.107/94.

Assim, ao longo do ano de 2014, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade, inclusive com a emissão de portarias e outros atos administrativos indispensáveis ao desempenho de tais atividades, conforme se apresenta abaixo:

Movimentação Processual em 2014



3.4 O Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça é formado por todos os procuradores de justiça em atividade e presidido pelo procurador-geral e atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução.

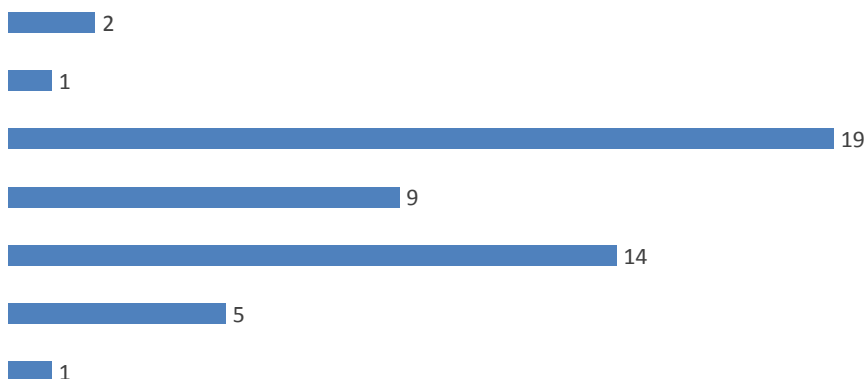
Incumbe-lhe, dentre outras importantes atribuições, opinar sobre matérias



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

relativas à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional; propor ao Poder Legislativo a destituição do procurador-geral de justiça; eleger e destituir o corregedor-geral e o ouvidor-geral do Ministério Público; recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público; propor a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, dentre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

Atuação do Colégio de Procuradores de Justiça



3.5 O Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público é integrado pelo procurador-geral de justiça e pelo corregedor-geral do Ministério Público, como membros natos, e por cinco procuradores de justiça, como membros eleitos para um mandato de dois anos, possuindo atribuições como órgão da Administração Superior e como órgão de execução.

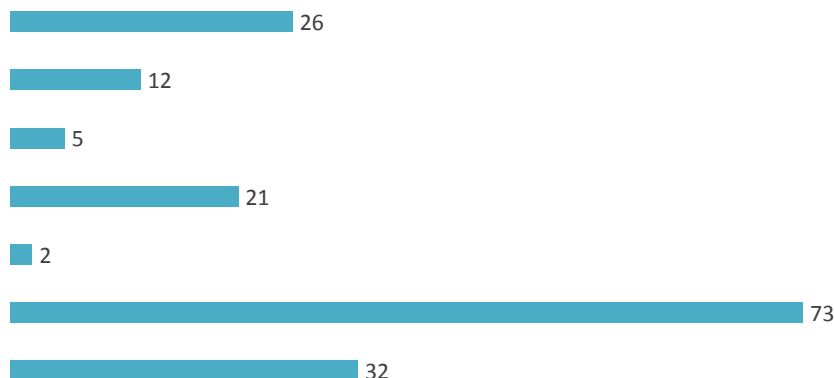
Compete-lhe, entre outras atividades, elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, caput, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal e o artigo 77 da Constituição Estadual; indicar ao procurador-geral de justiça, em lista tríplice, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento, bem como o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção ou remoção por antiguidade; indicar promotores de justiça para substituição por convocação na 2ª instância; aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Parquet na carreira; decidir sobre vitaliciamento de membro na carreira; determinar a disponibilidade e a remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público; aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas a respeito; regulamentar o processo de escolha dos candidatos do Ministério Público para membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Justiça, bem como exercer outras atribuições previstas em lei.

Atuação do Conselho Superior



3.6 A Corregedoria Geral do Ministério Público

A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro do Ministério Público na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Cabe-lhe instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro do Ministério Público, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, assegurada ampla defesa; encaminhar ao procurador-geral de justiça os processos administrativos disciplinares que incumbam a este decidir; manter prontuário atualizado dos membros da instituição; remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Também deve apresentar ao procurador-geral de justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça relativas ao ano anterior; elaborar a escala de férias dos promotores de justiça e das respectivas substituições, submetendo-a em prazo oportuno ao procurador-geral de justiça.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ATIVIDADES	2014
Correições (1ª Instância)	22
Inspeções (1ª Instancia)	74
Pareceres da Assessoria	603
Processos Administrativos Disciplinares	0
Sindicâncias	7
Vitalicamento	3
Estágio Probatório	3
Recomendações	3
Atos Conjuntos	25
Exercício no Magistério	25
Ofícios Recebidos	932
Ofícios Expedidos	741
Ofícios Circulares	15
Memorandos	607
Processos Administrativos Despachados	1576
Relatório de Promoção e Remoção	117
Mapas de Produtividade	1798

3.7 Promotorias de Justiça

São órgãos de administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça mediante proposta do procurador-geral de justiça e exercidas por promotores de justiça para o desempenho das funções institucionais do *Parquet* nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos Juizados Especiais Cíveis, entre outras.

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA – 2014

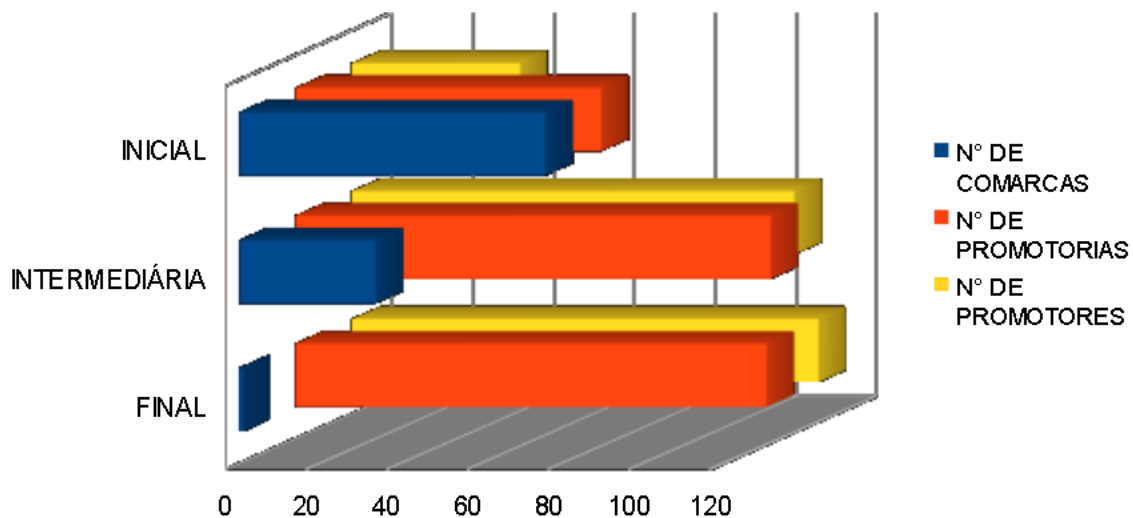
Nº MUNICÍPIOS: 217
Nº COMARCAS: 111
Nº PROMOTORIAS DE JUSTIÇA: 311
Nº PROMOTORES DE JUSTIÇA: 269



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ENTRÂNCIA	Nº DE COMARCAS	Nº DE PROMOTORIAS	Nº DE PROMOTORES
FINAL	1	117	116
INTERMEDIÁRIA	34	118	110
INICIAL	76	76	42
TOTAL	111	311	269

Comarcas x Promotorias X Promotores





ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ENTRÂNCIA FINAL – SÃO LUÍS	
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS: 24	
1ª Cível	1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis, 1º e 2º Juizado Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
2ª Cível	3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis, 3º e 4º Juizado Especial Cível, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
3ª Cível	5ª, 6ª, 13ª e 14ª Varas Cíveis, 5º e 6º Juizado Especiais Cíveis, Trânsito, Precatórias Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
4ª Cível	7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis, 7º, 8º, 9º, 10º Juizados Especiais Cíveis, Precatórias, Família, Turma Recursal.
5ª Cível	1º Promotor da Fazenda Pública, 1ª e 6ª Vara da Fazenda Pública, 11º Juizado Especial Cível.
6ª Cível	2º Promotor da Fazenda Pública, 2ª e 7ª Vara Fazenda Pública, 12º Juizado Especial Cível.
7ª Cível	3º Promotor da Fazenda Pública, 3ª e 8ª Vara da Fazenda Pública, 13º Juizado Especial Cível.
8ª Cível	4º Promotor da Fazenda Pública, 4ª Vara da Fazenda Pública, 14º Juizado Especial Cível.
9ª Cível	5º Promotor da Fazenda Pública, 5ª Vara da Fazenda Pública, Juizado Especial da Fazenda Pública.
10ª Cível	1º Promotor de Interdição, Tutela e Ausência, 1ª Vara de Interdição.
11ª Cível	1º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
12ª Cível	2º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
13ª Cível	3º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família.
14ª Cível	4º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família.
15ª Cível	5º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

16ª Cível	6º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.
17ª Cível	7º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.
18ª Cível	8º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.
19ª Cível	9º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
20ª Cível	10º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
21ª Cível	11º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
22ª Cível	12º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
23ª Cível	13º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família.
24ª Cível	14º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS: 34

1ª a 14ª Criminais	Varas Criminais
15ª a 17ª Criminais	1º ao 3º Juizado Especial Criminal, Turma Recursal Criminal
18ª Criminal	18º Promotor de Justiça Criminal
19ª a 22ª Criminais	1ª e 2ª Varas de Entorpecentes
23ª a 26ª Criminais	Tribunal do Júri
27ª a 30ª Criminal	Varas do Tribunal do Júri, Sentença de Pronúncia
31ª a 34ª Criminal	Varas de Execuções Criminais, Fiscalização de Presídios, Casas de Detenção e Custódia e Casas de Albergados.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS:

1ª e 2ª Especializada	Fundações de Interesse Social
3ª Especializada	Registro Público e de Massas Falidas
4ª e 5ª Especializada	Defesa da Educação
6ª Especializada	Justiça Militar
7ª e 8ª Especializadas	Meio Ambiente
9ª e 10ª Especializadas	Defesa do Consumidor
11ª Especializada	Defesa dos Direitos Humanos
12ª e 13ª Especializada	Itinerante
14ª e 15ª Especializada	Defesa da Pessoa com Deficiência
16ª e 17ª Especializada	Defesa do Idoso



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

18ª a 20ª Especializadas	Defesa da Saúde
21ª e 22ª Especializadas	Defesa da Mulher
23ª a 25ª Especializadas	Controle Externo da Atividade Policial
26ª e 27ª Especializadas	Defesa da Ordem Tributária e Econômica
28ª a 31ª Especializadas	Improbidade Administrativa e Patrimônio Público
32ª a 37ª Especializadas	Defesa da Infância e Juventude
38ª e 39ª Especializadas	Conflitos Agrários
1ª e 20ª Substituição Plena	Substituição Plena

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA		
35 COMARCAS E 119 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA		
Açailândia	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
	6ª	5ª Vara Criminal
Araíóses	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Bacabal	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Balsas	1ª	1ª Vara



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Barra do Corda	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Buritcupu	Única	Única
Brejo	Única	Única
Caxias	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Saúde
	5ª	Defesa da Mulher
	6ª	Juizado Especial Cível e Criminal
	7ª	Infância e Juventude
Chapadinha	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Codó	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
	4ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Coelho Neto	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Colinas	Única	Única
Coroatá	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Estreito	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Grajaú	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Imperatriz	1ª Cível	1ª Vara da Família
	2ª Cível	2ª Vara da Família
	3ª Cível	3ª Vara da Família
	4ª Cível	4ª Vara da Família
	5ª Cível	5ª Vara da Família
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	4ª Criminal	4ª Vara Criminal
	5ª Criminal	5ª Vara Criminal
	6ª Criminal	6ª Vara Criminal
	7ª Criminal	Juizado Especial Criminal
	1ª Especializada	Improbidade Administrativa
	2ª Especializada	Defesa do Consumidor
	3ª Especializada	Educação e Meio Ambiente
	4ª Especializada	Idoso e Portadores de Necessidades Especiais
	5ª Especializada	Defesa da Saúde e Registro Público
	6ª Especializada	Patrimônio Público e Probidade Administrativa
7ª Especializada	Infância e Juventude	
8ª Especializada	Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	
Itapecuru-Mirim	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
João Lisboa	1ª	1ª Vara



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

	2ª	Infância e Juventude
Lago da Pedra	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Maracaçumé	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Paço do Lumiar	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
	3ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pedreiras	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
	4ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pinheiro	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Porto Franco	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Presidente Dutra	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Rosário	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Santa Helena	Única	Única
Santa Inês	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Santa Luzia	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
São José de	1ª Cível	1ª Vara



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ribamar	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Meio Ambiente/Cidadania/Consumidor
Timon	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	4ª Cível	4ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Infância e Juventude
	2ª Especializada	Juizado Especial Cível e Criminal
Tuntum	Única	Única
Viana	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Vitorino Freire	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Zé Doca	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude

ENTRÂNCIA INICIAL

76 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Alcântara	Olho D' Água das Cunhãs
Alto Parnaíba	Olinda Nova
Amarante do Maranhão	Paraibano
Anajatuba	Parnarama
Arame	Passagem Franca

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Arari	Pastos Bons
Bacuri	Paulo Ramos
Barão de Grajaú	Penalva
Barreirinhas	Pindaré
Bequimão	Pio XII
Bom Jardim	Poção de Pedras
Buriti	Raposa
Buriti Bravo	Riachão
Cândido Mendes	Santa Luzia do Paruá
Cantanhede	Santa Quitéria do Maranhão
Carolina	Santa Rita
Carutapera	Santo Antônio dos Lopes
Cedral	São Bento
Cururupu	São Bernardo
Dom Pedro	São Domingos do Azeitão
Esperantinópolis	São Domingos do Maranhão
Gov. Eugênio de Barros	São Francisco do Maranhão
Gov. Nunes Freire	São João Batista
Guimarães	São João dos Patos
Humberto de Campos	São Luís Gonzaga
Icatú	São Mateus do Maranhão
Igarapé Grande	São Raimundo das Mangabeiras
Itinga do Maranhão	São Pedro da Água Branca
Joselândia	São Vicente de Férrer
Loreto	Senador La Roque
Magalhães de Almeida	Sucupira do Norte
Matinha	Tasso Fragoso
Matões	Timbiras
Mirador	Turiaçu
Mirinzal	Tutóia
Monção	Urbano Santos
Montes Altos	Vargem Grande
Morros	Vitória do Mearim

**ESTATÍSTICA ANUAL DAS ATUAÇÕES MINISTERIAIS DO 1º GRAU –
2014¹**

ANEXO II A – EXTRAJUDICIAL - INQUÉRITO CIVIL E PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

1 Tabelas do Sistema SIMP – abrange as Comarcas da Ilha de São Luís, Imperatriz e Timon, no período 2/2014.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS					Diligências, Requisição De Perícia	Recomendação
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Sem TAC	Com TAC	Audiências Extrajudiciais		
Concurso Público	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Controle Externo Da Atividade Policial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito Da Criança Adolescente	0	0	0	0	2	0	4	0	0	64	10
Direito Do Consumidor	0	0	0	0	4	0	0	0	8	4	0
Direito Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Indígenas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Domínio Público	0	0	0	0	6	0	4	0	0	90	0
Educação	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Improbidade Administrativa	0	0	0	0	22	0	76	2	0	78	0
Licitações	0	0	0	0	2	0	0	0	0	20	0
Meio Ambiente	0	0	0	0	12	0	32	2	0	164	0
Minorias Étnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	0	0	0	0	2	0	18	0	0	130	2
Patrimônio Público	0	0	0	0	2	0	10	0	0	102	0
Pessoa Idosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa Com Deficiência	0	0	0	0	0	0	2	0	0	112	2
Repasso Verbas Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Repasso Verbas Sus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade Civil	0	0	0	0	2	0	4	0	0	36	0
Saúde	0	0	0	0	8	0	2	0	4	200	0
Servidor Público	0	0	0	0	0	0	4	0	0	8	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	14	0	30	0	0	300	8

ANEXO II A – EXTRAJUDICIAL – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO											
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS					Diligências, Requisição De Perícia	Recomendação
	Saldo	Instaurad	Finalizad	Em	Petição	TAC	Arquivamento		Audiências		



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

	Anterior	os	os	Andamento	Inicial		Sem TAC	Com TAC	as Extrajudiciais	Requisição De Perícia	
Concurso Público	0	0	0	0	0		2	0	0	12	0
Controle Externo Da Atividade Policial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito Da Criança Adolescente	0	0	0	0	4	0	2	0	0	32	0
Direito Do Consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito Militar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Indígenas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	0	18	0	0	4	2
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0
Minorias Étnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	2
Patrimônio Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa Idosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa Com Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade Civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde	0	0	0	0	6	0	4	0	0	12	2
Servidor Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	0	0	4	0	2	36	2

ANEXO II A – EXTRAJUDICIAL – PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO – PIC)

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTO	
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Denúncias	Arquivamento
Concussão	0	0	0	0	0	0
Corrupção Ativa	0	0	0	0	0	0
Corrupção Passiva	0	0	0	0	0	2
Crimes Contra A Ordem Tributária	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra O Meio Ambiente E O Patrimônio Genético	0	0	0	0	0	0
Crimes Da Lei De Licitação	0	0	0	0	0	0
Crimes De Lavagem Ou Ocultação De Bens, Direitos E Valores	0	0	0	0	0	0



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Crimes De Responsabilidade	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados Por Particular Contra Administração Em Geral	0	0	0	0	0	0
Peculato	0	0	0	0	0	0
Tráfico De Drogas E Condutas Afins	0	0	0	0	0	0
Trafico De Pessoas E Correlatos	0	0	0	0	8	8
Demais Assuntos	0	0	0	0	0	0

ANEXO III – CÍVEL – PROCESSOS CÍVEIS														
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA A				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação Em 1ª Grau	Alegações Finais	Réplica A Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação Em 2º Grau	Manifestação Em Tribunais
Agentes Políticos	0	0	0	0	0	42	0	4	0	0	2	2	0	0
Atos Administrativos, Exceto Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	156	16	16	12	0	0	22	0	0
Direito do Consumidor	0	0	0	0	2	62		4	6	0	0	4	0	0
Direito Processual Civil e do Trabalho	0	0	0	0	0	1676	4	22	218	14	6	28	0	0
Ensino Superior, Ensino Fundamental e Médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garantias Constitucionais	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0
Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	84	14	14	2	0	0	22	0	0
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	42	2	0	4	0	0	0	0	0
Militar	0	0	0	0	0	80	0	0	4	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	0	0	0	0	0	10	0	2	0	2	0	2	0	0
Patrimônio Público	0	0	0	0	0	530	0	2	14	8	10	0	0	0
Recursos Minerais	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade Da Administração	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde	0	0	0	0	0	146	0	12	12	0	0	10	0	0
Servidor Público Civil	0	0	0	0	0	426	0	0	2	2	0	0	0	0



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Sistema Nacional do Desporto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	0	759	38	162	82	64	34	0	0	0

ANEXO IV – INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATO INFRACIONAL													
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS								
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Remissão Eca	Representação Por Ato Infracional	Requerimento De Medida Protetiva	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Arquivamento	Audiência De Apresentação De Adolescente Infrator	
Contra a Administração da Justiça	0	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	6
Contra a Família	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Fé Pública	0	0	0	0	2	6	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Honra	0	0	0	0	4	2	0	0	0	0	2	0	0
Contra Incolumidade Pública	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Inviolabilidade De Domicílio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Liberdade Pessoal	0	0	0	0	18	10	0	2	0	0	2	4	4
Contra a Paz Pública	0	0	0	0	0	16	0	2	0	0	2	2	2
Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Vida	0	0	0	0	0	54	0	22	0	2	4	22	22
Contra a Patrimônio	0	0	0	0	52	364	0	52	6	2	10	138	138
Contra a Sentimento Religioso a contra o Respeito aos Mortos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Dignidade Sexual	0	0	0	0	0	28	0	4	2	0	2	12	12
Contravenções Penais	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesões Corporais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medidas Socioeducativas	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	4	0	0
Periclitacão da Vida e da Saúde e Rixa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Previsto na Legislação Extravagante	0	0	0	0	52	104	0	16	2	8	14	42	42
Demais Assuntos	0	0	0	0	30	94	0	16	4	2	4	36	36

ANEXO IV B – INFÂNCIA E JUVENTUDE – SEÇÃO CÍVEL													
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS								
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Remissão Eca	Representação Por Ato Infracional	Requerimento De Medida Protetiva	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Arquivamento	Audiência De Apresentação De Adolescente Infrator	



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Arquivados	Arquivados em 1ª Grau	Arquivados em 2ª Grau	Arquivados em 3ª Grau	Arquivados em 4ª Grau	Arquivados em 5ª Grau	Arquivados em 6ª Grau	Arquivados em 7ª Grau	Arquivados em 8ª Grau	Arquivados em 9ª Grau
Alimentos	0	0	0	0	0	80	0	8	0	2	0	0	0	
Adoção	0	0	0	0	0	70	0	6	0	0	2	0	0	
Guarda	0	0	0	0	0	178	0	50	0	2	0	0	0	
Demais Classes	0	0	0	0	14	1212	6	160	16	14	32	0	0	

ANEXO V A – CRIMINAL – INQUÉRITO POLICIAL									
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS				
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Baixa De Inquérito Policial: Com Diligencias, Sem Diligencias E Diligencias	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção De Arquivamento: Arquivamento Com Remessa Ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: Denúncias, Escrita; E Oral
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Administração da Justiça	0	0	0	0	20	22	0	6	8
Crimes Contra a Administração Pública	0	0	0	0	20	44	0	4	22
Crimes Contra a Dignidade Sexual	0	0	0	0	148	108	0	18	92
Crimes Contra a Economia Popular	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Crimes Contra a Fé Pública	0	0	0	0	92	48	0	16	62
Crimes Contra a Honra	0	0	0	0	84	72	0	22	106
Crimes Contra Incolumidade Pública	0	0	0	0	6	8	0	4	6
Crimes Contra a Ordem Econômica	0	0	0	0	20	2	0	2	2



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Crimes Contra a Ordem Tributária	0	0	0	0	6	8	0	8	2
Crimes Contra a Organização Do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Paz Pública	0	0	0	0	44	74	0	10	76
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Vida	0	0	0	0	224	586	0	150	228
Crimes Contra as Finanças Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Relações de Consumo	0	0	0	0	24	28	0	4	20
Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	0	0	0	0	76	126	0	2	2
Crimes Contra O Patrimônio	0	0	0	0	774	810	0	304	1182
Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	0	0	0	0	0	4	0	2	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	8	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tortura	0	0	0	0	4	2	0	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	0	0	0	0	46	204	0	2	608
Crimes de Trânsito	0	0	0	0	236	186	0	204	150
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	0	0	0	160	150	0	16	424
Crimes Eleitorais	0	0	0	0	8	0	0	4	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes praticados contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	0	0	0	0	22	34	0	4	30
Crimes previsto no Estatuto do Idoso	0	0	0	0	0	28	0	0	6
Crimes resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	0	0	0	0	328	214	0	34	292
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	2	2	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	0	0	0	0	14	34	0	4	56
Demais Assuntos	0	0	0	0	678	966	0	248	732



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANEXO V B - CRIMINAL - TERMOS CIRCUNSTANCIADOS								
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS			
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção De Arquivamento: Arquivamento Com Remessa Ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: Denúncias, Escrita; E Oral
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Administração da Justiça	0	0	0	0	8	0	2	6
Crimes Contra a Administração Pública	0	0	0	0	188	28	6	28
Crimes Contra a Dignidade Sexual	0	0	0	0	14	2	0	4
Crimes Contra a Economia Popular	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Fé Pública	0	0	0	0	6	4	0	2
Crimes Contra a Honra	0	0	0	0	228	16	4	18
Crimes Contra Incolumidade Pública	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Ordem Econômica	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Organização do Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Paz Pública	0	0	0	0	4	4	4	4
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Vida	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra as Finanças Públicas	0	0	0	0	16	0	0	0
Crimes Contra Relações de Consumo	0	0	0	0	32	0	4	0
Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	0	0	0	0	90	12	2	10
Crimes Contra o Patrimônio	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	0	0	0	0	20	4	2	2
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	0	0	0



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Crimes de Responsabilidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tortura	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	0	0	0	0	0	0	0	2
Crimes de Trânsito	0	0	0	0	72	0	6	24
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	0	0	0	2	0	2	0
Crimes Eleitorais	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados Contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto do Idoso	0	0	0	0	18	0	2	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	0	0	0	0	346	30	12	56
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	596	64	16	106

ANEXO VI - CRIMINAL – PROCESSOS CRIMINAIS														
ASSUNTOS	ESTADÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Alegações Finais	Requerimento De Medida Protetiva	Proposta De Suspensão Condicional Do Processo	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação Em 2ª Grau	Manifestação Em Tribunais Superiores
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Administração da Justiça	0	0	0	0	12	8	0	0	6	2	6	0	0	0
Crimes Contra a Administração Pública	0	0	0	0	38	56	0	2	36	6	12	22	0	0
Crimes Contra a Dignidade Sexual	0	0	0	0	126	52	0	0	24		4	32	0	0
Crimes Contra a Economia Popular	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Fé Pública	0	0	0	0	64	42	0	0	40	4	16	18	0	0
Crimes Contra a Honra	0	0	0	0	68	16	0	0	10	0	4	8	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Crimes Contra Incolumidade Pública	0	0	0	0	4	6	0	0	2	4	2	2	0	0
Crimes Contra a Ordem Econômica	0	0	0	0	28	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	0	0	0	0	26	4	0	0	0	0	0	4	0	0
Crimes Contra a Organização do Trabalho	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Paz Pública	0	0	0	0	118	58	0	0	46	10	4	66	0	0
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	2	0	0	0
Crimes Contra a Vida	0	0	0	0	800	204	0	2	10		8	278	0	0
Crimes Contra as Finanças Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Relações de Consumo	0	0	0	0	18	0	0	0	2	0	0	4	0	0
Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	0	0	0	0	26	10	0	2	0	0	0	4	0	0
Crimes Contra o Patrimônio	0	0	0	0	1306	1118	0	18	738	64	146	632	0	0
Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	6	6	0	0	0	0	0	4	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	0	0	0	0	6	2	0	0	0	0	0	4	0	0
Crimes de Tortura	0	0	0	0	8	2	0	0	2	0	0	2	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	0	0	0	0	244	314	0	0	316	84	52	418	0	0
Crimes de Trânsito	0	0	0	0	122	66	0	36	16	2	10	22	0	0
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	0	0	0	200	356	0	2	208	18	46	160	0	0
Crimes Eleitorais	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados Contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	0	0	0	0	26	14	0	0	2	0	0	6	0	0
Crimes Previsto no Estatuto do Idoso	0	0	0	0	4	4	0	2	2	0	0	0	0	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	0	0	0	0	252	98	0	2	62	0	10	36	0	0
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	0	0	0	0	28	42	0	0	4	0	0	2	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	1060	624	0	16	370	48	50	398	0	0

ANEXO VII – CRIMINAL – EXECUÇÃO PENAL



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

ASSUNTOS	ESTATISTICA			MOVIMENTOS							
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação Em 2ª Grau	Manifestação Em Tribunais Superiores
Anistia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comutação De Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conversão De Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excesso Ou Desvio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indulto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Superveniência De Doença Mental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferência Entre Estabelecimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Unificação De Penas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	24	0	0	0	0	0	0

ANEXO X – ELEITORAL													
ASSUNTOS	ESTATISTICA			MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Petição Inicial	Alegações Finais	Réplica A Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação Em 2ª Grau
Administração Da Justiça Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alistamento Eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diplomação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eleições	0	0	0	0	92	0	0	6	10	0	12	10	0
Direitos Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garantias Processuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Partidos Políticos	0	0	0	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0
Plebiscito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Requerimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0

ANEXO XI - ATENDIMENTO AO PÚBLICO

ATENDIMENTO

Total Realizado No Período	2794
----------------------------	------

NOTÍCIA DE FATO

Total Instaurados No Período	3725
------------------------------	------

ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL

TOTAL

Audiência Pública Participante	25
Participação Em Grupo De Trabalho/Comissões	7
Representação Institucional Em Evento	32
Representação Institucional Em Órgão Colegiado	0
Representação Institucional Em Palestra Como Palestrante/Debatedor	6
Representação Institucional Em Projeto	1
Reunião	274

ESTATÍSTICA ANUAL DAS ATUAÇÕES MINISTERIAIS DO 1º GRAU – 2014²
MATÉRIA CRIMINAL

INQUÉRITOS POLICIAIS E TERMOS CIRCUNSTANCIADOS	
D O S C R I M E S	
ABORTO	
Recebidos/Instaurados	2
Despachados	3
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	0
Transações penais	0
Arquivamentos	0
Denúncias oferecidas	2
Baixados para diligência	1
HOMICÍDIO DOLOSO	
Recebidos/Instaurados	2776

2 A tabela não contempla os dados das Comarcas da Ilha de São Luís, Imperatriz e Timon, no período 2/2014, devido a implantação do SIMP.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Despachados	2534
Saldo com prazo vencido	2
Saldo sem prazo vencido	714
Transações penais	0
Arquivamentos	228
Denúncias oferecidas	868
Baixados para diligência	1552
HOMICÍDIO CULPOSO	
Recebidos/Instaurados	205
Despachados	190
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	27
Transações penais	2
Arquivamentos	25
Denúncias oferecidas	64
Baixados para diligência	80
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Recebidos/Instaurados	153
Despachados	130
Saldo com prazo vencido	2
Saldo sem prazo vencido	12
Transações penais	0
Arquivados	11
Denúncias oferecidas	144
Baixados para diligências	13
ORDEM TRIBUTÁRIA	
Recebidos/Instaurados	314
Despachados	294
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	40
Transações penais	
Arquivados	40
Denúncias oferecidas	8
Baixados para diligências	164
ORDEM ECONÔMICA	
Recebidos/Instaurados	9
Despachados	9
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	2

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Transações penais	0
Arquivados	1
Denúncias oferecidas	2
Baixados para diligências	7
TORTURA	
Recebidos/Instaurados	8
Despachados	8
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	0
Transações penais	0
Arquivados	0
Denúncias oferecidas	3
Baixados para diligências	5
MEIO AMBIENTE	
Recebidos/Instaurados	497
Despachados	477
Saldo com prazo vencido	5
Saldo sem prazo vencido	55
Transações penais	19
Arquivados	74
Denúncias oferecidas	106
Baixados para diligências	156
CRIANÇA E ADOLESCENTE	
Recebidos/Instaurados	457
Despachados	419
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	21
Transações penais	1
Arquivados	32
Denúncias oferecidas	152
Baixados para diligências	162
CONSUMIDOR	
Recebidos/Instaurados	64
Despachados	64
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	0
Transações penais	4
Arquivados	2
Denúncias oferecidas	24

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Baixados para diligências	18
MILITARES	
Recebidos/Instaurados	90
Despachados	71
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	31
Transações penais	0
Arquivados	4
Denúncias oferecidas	35
Baixados para diligências	20
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	
Recebidos/Instaurados	18
Despachados	19
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	7
Transações penais	0
Arquivados	1
Denúncias oferecidas	6
Baixados para diligências	11
ESTUPRO	
Recebidos/Instaurados	739
Despachados	702
Saldo com prazo vencido	6
Saldo sem prazo vencido	111
Transações penais	1
Arquivados	57
Denúncias oferecidas	412
Baixados para diligências	252
ESTELIONATO	
Recebidos/Instaurados	331
Despachados	334
Saldo com prazo vencido	26
Saldo sem prazo vencido	92
Transações penais	0
Arquivados	33
Denúncias oferecidas	92
Baixados para diligências	196
FURTO	
Recebidos/Instaurados	1700

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Despachados	1484
Saldo com prazo vencido	21
Saldo sem prazo vencido	403
Transações penais	4
Arquivados	137
Denúncias oferecidas	853
Baixados para diligências	482
EXTORSÃO	
Recebidos/Instaurados	15
Despachados	12
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	1
Transações penais	0
Arquivados	0
Denúncias oferecidas	9
Baixados para diligências	5
RACISMO	
Recebidos/Instaurados	2
Despachados	2
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	0
Transações penais	0
Arquivados	0
Denúncias oferecidas	0
Baixados para diligências	0
RECEPTAÇÃO	
Recebidos/Instaurados	285
Despachados	262
Saldo com prazo vencido	4
Saldo sem prazo vencido	47
Transações penais	0
Arquivados	19
Denúncias oferecidas	189
Baixados para diligências	71
ROUBO	
Recebidos/Instaurados	1848
Despachados	1735
Saldo com prazo vencido	21
Saldo sem prazo vencido	441

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Transações penais	1
Arquivados	113
Denúncias oferecidas	1163
Baixados para diligências	456
LESÃO CORPORAL	
Recebidos/Instaurados	911
Despachados	868
Saldo com prazo vencido	5
Saldo sem prazo vencido	183
Transações penais	6
Arquivados	69
Denúncias oferecidas	391
Baixados para diligências	352
RESPONSABILIDADE	
Recebidos/Instaurados	24
Despachados	28
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	3
Transações penais	0
Arquivados	3
Denúncias oferecidas	47
Baixados para diligências	2
CÓDIGO DE TRÂNSITO	
Recebidos/Instaurados	1397
Despachados	1307
Saldo com prazo vencido	19
Saldo sem prazo vencido	341
Transações penais	23
Arquivados	159
Denúncias oferecidas	565
Baixados para diligências	505
ENTORPECENTES	
Recebidos/Instaurados	1367
Despachados	1297
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	150
Transações penais	2
Arquivados	24
Denúncias oferecidas	991

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Baixados para diligências	171
ELEITORAL	
Recebidos/Instaurados	152
Despachados	149
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	15
Transações penais	0
Arquivados	7
Denúncias oferecidas	71
Baixados para diligências	46
IMPrensa	
Recebidos/Instaurados	0
Despachados	0
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	0
Transações penais	0
Arquivados	0
Denúncias oferecidas	0
Baixados para diligências	0
LICITAÇÃO	
Recebidos/Instaurados	24
Despachados	23
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	1
Transações penais	0
Arquivados	1
Denúncias oferecidas	42
Baixados para diligências	0
LEI MARIA DA PENHA	
Recebidos/Instaurados	3365
Despachados	3157
Saldo com prazo vencido	3
Saldo sem prazo vencido	151
Arquivados	170
Denúncias oferecidas	1517
Baixados para diligências	1396
PORTE DE ARMA	
Recebidos/Instaurados	1135
Despachados	1087



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Saldo com prazo vencido	11
Saldo sem prazo vencido	183
Transações penais	3
Arquivados	35
Denúncias oferecidas	878
Baixados para diligências	228
OUTROS CRIMES	
Recebidos/Instaurados	2988
Despachados	2880
Saldo com prazo vencido	19
Saldo sem prazo vencido	525
Transações penais	42
Arquivados	295
Denúncias oferecidas	836
Baixados para diligências	1365
SAÚDE	
Recebidos/Instaurados	237
Despachados	232
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	29
Transações penais	1
Arquivados	7
Denúncias oferecidas	45
Baixados para diligências	29
AUDIÊNCIAS	
Judiciais	953
Extrajudiciais	8
EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE	
Prescrição	288
Decadência	22
Outras causas	174
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	
Instaurados	17
Concluídos	7
Andamento	22
ATENDIMENTO CRIMINAL	223

PROCESSOS CRIMINAIS DE 1º GRAU



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CRIMES	
ABORTO	
Recebidos/Instaurados	8
Despachados	8
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	2
Suspensão do processo	0
Aleagações Finais	2
Aditamento	3
Recursos	0
Contrarrazões	0
Absolvições de acordo	0
Absolvições contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial pedido	0
Condenações Conforme pedido	0
Extinção de Punibilidade	
Prescrição	2
Decadência	0
Outras causas	0
HOMICÍDIO DOLOSO	
Recebidos/Instaurados	3328
Despachados	3256
Saldo com prazo vencido	1
Saldo sem prazo vencido	439
Suspensão do processo	54
Aleagações Finais	530
Aditamento	62
Recursos	24
Contrarrazões	317
Absolvições de acordo	16
Absolvições contrárias ao pedido	14
Condenações em atendimento parcial pedido	5
Condenações conforme pedido	66
Extinção de Punibilidade	
Prescrição	39
Decadência	1
Outras causas	94
HOMICÍDIO CULPOSO	
Recebidos/Instaurados	112

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Despachados	109
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	7
Suspensão do processo	0
Alegações Finais	22
Aditamento	6
Recursos	1
Contrarrazões	5
Absolvições de acordo	2
Absolvições contrárias ao pedido	1
Condenações em atendimento parcial pedido	1
Condenações conforme pedido	3
Extinção de Punibilidade	
Prescrição	3
Decadência	1
Outras causas	3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Recebidos	106
Despachados	105
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	18
Suspensão do processo	0
Alegações finais	39
Aditamentos	0
Recursos	3
Contrarrazões	15
Absolvições de acordo	0
Absolvições contrárias ao pedido	0
Condenação em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	2
Extinção de punibilidade	
Prescrição	8
Decadência	0
Outras causas	2
ORDEM TRIBUTÁRIA	
Recebidos	47
Despachados	50
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	2



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Suspensão do processo	1
Alegações finais	2
Aditamentos	1
Recursos	0
Contrarrazões	3
Absolvições de acordo	0
Absolvições contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	0
Extinção de punibilidade	
Prescrição	0
Decadência	0
Outras causas	4
TORTURA	
Recebidos	8
Despachados	8
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	1
Suspensão do processo	0
Alegações finais	5
Aditamentos	0
Recursos	0
Contrarrazões	1
Absolvições de acordo	0
Absolvições contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	0
Extinção de punibilidade	
Prescrição	0
Decadência	0
Outras causas	0
MEIO AMBIENTE	
Recebidos	228
Despachados	209
Saldo com prazo vencido	1
Saldo sem prazo vencido	41
Suspensão do processo	1



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Alegações finais	12
Aditamentos	3
Recursos	0
Contrarrazões	1
Absoluções de acordo	1
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	7
Extinção de punibilidade	
Prescrição	177
Decadência	0
Outras causas	15
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
Recebidos	502
Despachados	505
Saldo com prazo vencido	3
Saldo sem prazo vencido	22
Suspensão do processo	0
Alegações finais	48
Aditamentos	1
Recursos	9
Contrarrazões	11
Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	2
Condenações Conforme pedido	1
Extinção de punibilidade	
Prescrição	1
Decadência	0
Outras causas	8
CONSUMIDOR	
Recebidos	1
Despachados	1
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	0
Suspensão do processo	0
Alegações finais	1

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Aditamentos	0
Recursos	0
Contrarrazões	0
Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	0
Extinção de punibilidade	
Prescrição	0
Decadência	0
Outras causas	0
MILITARES	
Recebidos	214
Despachados	231
Saldo com prazo vencido	16
Saldo sem prazo vencido	54
Suspensão do processo	0
Alegações finais	34
Aditamentos	1
Recursos	1
Contrarrazões	2
Absoluções de acordo	6
Absoluções contrárias ao pedido	1
Condenações em atendimento parcial do pedido	3
Condenações conforme pedido	26
Extinção de punibilidade	
Prescrição	6
Decadência	0
Outras causas	3
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	
Recebidos	40
Despachados	35
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	11
Suspensão do processo	0
Alegações finais	10
Aditamentos	1



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Recursos	1
Contrarrazões	4
Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	6
Extinção de punibilidade	
Prescrição	1
Decadência	0
Outras causas	2
ESTUPRO	
Recebidos	583
Despachados	551
Saldo com prazo vencido	2
Saldo sem prazo vencido	66
Suspensão do processo	1
Alegações finais	184
Aditamentos	14
Recursos	0
Contrarrazões	52
Absoluções de acordo	3
Absoluções contrárias ao pedido	2
Condenações em atendimento parcial do pedido	1
Condenações conforme pedido	25
Extinção de punibilidade	
Prescrição	2
Decadência	0
Outras causas	9
ESTELIONATO	
Recebidos	191
Despachados	175
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	42
Suspensão do processo	3
Alegações finais	47
Aditamentos	7
Recursos	0

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Contrarrazões	13
Absoluções de acordo	2
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	1
Condenações conforme pedido	22
Extinção de punibilidade	
Prescrição	8
Decadência	1
Outras causas	14
FURTO	
Recebidos	1313
Despachados	1321
Saldo com prazo vencido	7
Saldo sem prazo vencido	220
Suspensão do processo	12
Alegações finais	346
Aditamentos	30
Recursos	13
Contrarrazões	45
Absoluções de acordo	13
Absoluções contrárias ao pedido	5
Condenações em atendimento parcial do pedido	5
Condenações conforme pedido	58
Extinção de punibilidade	
Prescrição	38
Decadência	3
Outras causas	68
EXTORSÃO	
Recebidos	19
Despachados	17
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	7
Suspensão do processo	0
Alegações finais	8
Aditamentos	0
Recursos	0
Contrarrazões	6

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	1
Extinção de punibilidade	
Prescrição	0
Decadência	0
Outras causas	0
RACISMO	
Recebidos	1
Despachados	1
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	0
Suspensão do processo	0
Alegações finais	1
Aditamentos	0
Recursos	0
Contrarrazões	0
Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	0
Extinção de punibilidade	
Prescrição	0
Decadência	0
Outras causas	0
RECEPÇÃO	
Recebidos	242
Despachados	243
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	31
Suspensão do processo	6
Alegações finais	43
Aditamentos	3
Recursos	2
Contrarrazões	4



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Absoluções de acordo	2
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	3
Condenações conforme pedido	6
Extinção de punibilidade	
Prescrição	3
Decadência	0
Outras causas	17
ROUBO	
Recebidos	2239
Despachados	2216
Saldo com prazo vencido	18
Saldo sem prazo vencido	553
Suspensão do processo	4
Alegações finais	600
Aditamentos	36
Recursos	30
Contrarrazões	202
Absoluções de acordo	25
Absoluções contrárias ao pedido	10
Condenações em atendimento parcial do pedido	11
Condenações conforme pedido	150
Extinção de punibilidade	
Prescrição	16
Decadência	0
Outras causas	89
LESÃO CORPORAL	
Recebidos	473
Despachados	452
Saldo com prazo vencido	1
Saldo sem prazo vencido	39
Suspensão do processo	11
Alegações finais	88
Aditamentos	29
Recursos	4
Contrarrazões	14
Absoluções de acordo	3

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Absoluções contrárias ao pedido	1
Condenações em atendimento parcial do pedido	1
Condenações conforme pedido	22
Extinção de punibilidade	
Prescrição	19
Decadência	0
Outras causas	49
RESPONSABILIDADE	
Recebidos	39
Despachados	37
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	3
Suspensão do processo	0
Alegações finais	8
Aditamentos	3
Recursos	0
Contrarrazões	4
Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	2
Extinção de punibilidade	
Prescrição	4
Decadência	0
Outras causas	0
CÓDIGO DE TRÂNSITO	
Recebidos	498
Despachados	468
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	61
Suspensão do processo	21
Alegações finais	95
Aditamentos	18
Recursos	1
Contrarrazões	8
Absoluções de acordo	5
Absoluções contrárias ao pedido	8
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	20

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Extinção de punibilidade	
Prescrição	10
Decadência	0
Outras causas	66
ENTORPECENTES	
Recebidos	2019
Despachados	2002
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	182
Suspensão do processo	7
Alegações finais	526
Aditamentos	15
Recursos	44
Contrarrazões	196
Absoluções de acordo	32
Absoluções contrárias ao pedido	26
Condenações em atendimento parcial do pedido	33
Condenações Conforme pedido	179
Extinção de punibilidade	
Prescrição	19
Decadência	0
Outras causas	42
ELEITORAL	
Recebidos	40
Despachados	41
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	6
Suspensão do processo	1
Alegações finais	3
Aditamentos	0
Recursos	0
Contrarrazões	1
Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	1
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	0
Extinção de punibilidade	
Prescrição	0
Decadência	0



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Outras causas	4
IMPrensa	
Recebidos	0
Despachados	0
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	0
Suspensão do processo	0
Alegações finais	0
Aditamentos	0
Recursos	0
Contrarrazões	0
Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	0
Extinção de punibilidade	
Prescrição	0
Decadência	0
Outras causas	0
LICITAÇÃO	
Recebidos	18
Despachados	18
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	0
Suspensão do processo	0
Alegações finais	9
Aditamentos	1
Recursos	0
Contrarrazões	2
Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações Conforme pedido	2
Extinção de punibilidade	
Prescrição	0
Decadência	0
Outras causas	1
LEI MARIA DA PENHA	
Recebidos	2305

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Despachados	2096
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	69
Suspensão do processo	73
Alegações finais	243
Aditamentos	27
Recursos	8
Contrarrazões	22
Absoluções de acordo	10
Absoluções contrárias ao pedido	5
Condenações em atendimento parcial do pedido	3
Condenações conforme pedido	72
Extinção de punibilidade	
Prescrição	39
Decadência	1
Outras causas	72
PORTE DE ARMA	
Recebidos	791
Despachados	796
Saldo com prazo vencido	3
Saldo sem prazo vencido	132
Suspensão do processo	17
Alegações finais	266
Aditamentos	11
Recursos	5
Contrarrazões	35
Absoluções de acordo	5
Absoluções contrárias ao pedido	3
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	77
Extinção de punibilidade	
Prescrição	21
Decadência	1
Outras causas	42
OUTROS CRIMES	
Recebidos	2755
Despachados	3194
Saldo com prazo vencido	6
Saldo sem prazo vencido	318

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Suspensão do processo	32
Alegações finais	312
Aditamentos	107
Recursos	13
Contrarrazões	91
Absoluções de acordo	33
Absoluções contrárias ao pedido	34
Condenações em atendimento parcial do pedido	4
Condenações conforme pedido	85
Extinção de punibilidade	
Prescrição	41
Decadência	15
Outras causas	141
SAÚDE	
Recebidos	13
Despachados	40
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	3
Suspensão do processo	0
Alegações finais	3
Aditamentos	0
Recursos	1
Contrarrazões	1
Absoluções de acordo	0
Absoluções contrárias ao pedido	0
Condenações em atendimento parcial do pedido	0
Condenações conforme pedido	0
Extinção de punibilidade	
Prescrição	0
Decadência	0
Outras causas	1
TRIBUNAL DE JÚRI	
Absoluções requeridas pelo Ministério Público	70
Absoluções Não requeridas pelo Ministério Público	31
Condenações	242
Contrarrazões do Ministério Público	46
Sessões	363
Recursos do Ministério Público	27
Outras Manifestações	362

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

EXECUÇÃO PENAL	
Autorização de saída	1127
Extinção de pena	883
Incidentes da execução	208
Livramento condicional	252
Penas alternativas	25
Recursos do Ministério Público	77
Progressão de regime de cumprimento de pena	1361
Remissão	815
Sursis	31
Outras Manifestações	7835
PARECERES E REQUERIMENTOS	
Habeas-corpus	69
Liberdade provisória	1773
Relaxamento de prisão em flagrante	941
Prisão preventiva	2681
Prisão temporária	230
Outras manifestações	13056
CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL	
Visitas em estabelecimentos prisionais, delegacias e outros	688
Procedimentos investigativos instaurados	68
Procedimentos investigativos concluídos	12
Procedimentos investigativos em andamento	986
Recomendações expedidas	31
Denúncias oferecidas	55
Ações penais julgadas procedentes	6
Ações penais julgadas improcedentes	1
Requerimento de instauração de inquéritos policiais	504
Representações recebidas	74
Inquéritos civis instaurados	5
Ações civis Públicas	9
Pedidos procedentes	1
Pedidos improcedentes	2
Perda do cargo	0
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	
Termos circunstanciados recebidos	6028
Audiências realizadas	5854
Absoluções	36



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Arquivamentos	999
Condenações	31
Composições civis homologadas	593
Denúncias oferecidas	661
Extinção da punibilidade	1086
Pareceres	2345
Recursos do Ministério Público	21
Suspensão do Processo	81
Transações penais	918
Outras manifestações	2504
Atendimento ao público	776

MATÉRIA CÍVEL

INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS	
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
Instaurados	228
Arquivados sem ajustamento de conduta	158
Arquivados com ajustamento de conduta	7
Ações civis ajuizada	283
Saldo com prazo vencido	22
Saldo sem prazo vencido	274
MEIO AMBIENTE	
Instaurados	85
Arquivados sem ajustamento de conduta	4
Arquivados com ajustamento de conduta	0
Ações civis ajuizada	51
Saldo com prazo vencido	1
Saldo sem prazo vencido	0
SAÚDE	
Instaurados	59
Arquivados sem ajustamento de conduta	21
Arquivados com ajustamento de conduta	3
Ações civis ajuizada	59
Saldo com prazo vencido	1
Saldo sem prazo vencido	52

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CONSUMIDOR	
Instaurados	8
Arquivados sem ajustamento de conduta	9
Arquivados com ajustamento de conduta	0
Ações civis ajuizada	2
Saldo com prazo vencido	23
Saldo sem prazo vencido	0
OUTROS	
Instaurados	331
Arquivados sem ajustamento de conduta	10
Arquivados com ajustamento de conduta	57
Ações civis ajuizada	53
Saldo com prazo vencido	0
Saldo sem prazo vencido	184

PROCESSOS	
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
Recebidos	1394
Despachados com prazo vencido	188
Despachados sem prazo vencido	1217
Saldo	60
Julgamentos procedentes s Conforme parecer	34
Julgamentos parciais aos pedidos	40
Improcedência contrária	31
MEIO AMBIENTE	
Recebidos	180
Despachados com prazo vencido	26
Despachados sem prazo vencido	155
Saldo	20
Julgamentos procedentes Conforme parecer	2
Julgamentos parciais aos pedidos	1
Improcedência contrária	0
SAÚDE	
Recebidos	289



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Despachados com prazo vencido	16
Despachados sem prazo vencido	255
Saldo	8
Julgamentos procedentes Conforme parecer	74
Julgamentos parciais aos pedidos	13
Improcedência contrária	1
CONSUMIDOR	
Recebidos	20
Despachados com prazo vencido	2
Despachados sem prazo vencido	16
Saldo	0
Julgamentos procedentes Conforme parecer	5
Julgamentos parciais aos pedidos	0
Improcedência contrária	0
OUTROS	
Recebidos	14215
Despachados com prazo vencido	1069
Despachados sem prazo vencido	12804
Saldo	2233
Julgamentos procedentes Conforme parecer	1771
Julgamentos parciais aos pedidos	81
Improcedência contrária	75

AÇÕES PROPOSTAS	
Interdição	427
Alimentos	4629
Investigação de paternidade	1008
Outras	3351
PARECERES E REQUERIMENTOS	
Adoção	629
Ação popular	84
Alimentos	9138
Alvarás	1529
Curatelas	1742
Divórcios	3773
Eleitoral	1784



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Falências e concordatas	1
Guarda e Responsabilidade	1799
Fazenda Pública	1936
Habilitação de casamento	3713
Homologação de acordo	1541
Inventário	445
Investigação de paternidade	3257
Mandado de Segurança	1062
Posse propriedades	151
Processo cautelar	106
Processo execução	3837
Registro público	7868
Responsabilidade civil	354
Separação	137
Sucessões	40
Suprimento judicial	133
União estável	983
Outros assuntos	6821
RECURSOS	
Apelação – Razões	348
Apelação – Contrarrazões	105
Agravo – Razões	58
Agravo – Contrarrazões	49
Outros recursos e contrarrazões do MP	87
AUDIÊNCIAS	
Judiciais	25081
Extrajudiciais	3055
Atendimento ao público	24808

AUTUAÇÃO ESPECIALIZADAS – MATÉRIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE	
ATOS INFRACIONAIS	
Boletins de ocorrências e outras notícias recebidas	1891
Boletins arquivados sem concessão de remição	190
Representações de atos oferecidas	1048
Saldo sem prazo vencido	1



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Saldo com prazo vencido	124
Visitas e inspeções a unidade de internação	22
REMISSÕES	
Sem Medida Socioeducativa	125
Com Medida Socioeducativa	323
Advertência	259
Reparação de dano	2
Prestação de serviço	80
Liberdade assistida	48
Homologadas	246
Não homologadas	21
MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS APLICADA	
Internação	80
Semiliberdade	6
Liberdade assistida	24
Prestação de serviço à comunidade	43
Reparação de danos	4
Advertência	97
MEDIDAS DE PROTEÇÃO	
Guarda	271
Tutela	35
Adoção	52
Outras do art. 101 do ECA	258
PROCESSOS DA ÁREA INFRACIONAL	
Recebidos	1897
Despachados	1842
Julgados com representações procedentes	32
Julgados com representações parciais procedentes	2
Julgados com representações improcedentes	1
Pareceres e requerimento	1458
Audiências Judiciais	1166
Audiências extrajudiciais	289
Atendimento ao Público	407
DEFESA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS	
INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS	
Instaurados	117



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Arquivados sem ajustamento de conduta	73
Arquivados com ajustamento de conduta	19
Ação civil Públicas	73
Apuração de infração administrativa	16
Destinação e suspensão do poder familiar	14
Processos recebidos	2610
Processos despachados	2535
Saldo de Processos	144
Audiências Judiciais	755
Audiências Extrajudiciais	298
Pareceres e requerimentos	1578
Julgamentos procedentes	114
Julgamentos procedência parcial	17
Julgamentos improcedentes	38
Atendimento ao Público	5209
PATRIMONIO PÚBLICO	
Ações de execução	285
Ações civis Públicas	362
Notificações e requisições	1168
Promoções Arquivamentos	164
Julgamento Procedente	6
Julgamentos Improcedentes	10
Recomendações	21
Representações recebidas	34
Termos de ajustamento de conduta	4
Audiências públicas	9
Audiências judiciais	40
Audiências extrajudiciais	56
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	206
Concluídos	81
Andamento	1795
Processos	
Recebidos	466
Devolvidos	488
Saldo	11
Atendimento ao público	432



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

SANÇÕES APLICADAS POR ATOS DE IMPROB. ADM.	
Perdas de bens	10
Ressarcimento de dano	23
Perda da função Pública	12
Suspensão dos direitos políticos	15
Multas Civis	17
Proibição de contratar com o Poder Público	13
Proibição de receber créditos ou incentivos	7
MEIO AMBIENTE	
FLORESTA	
Ações civis Públicas	0
Requisições	3
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes s	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	1
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
FAUNA	
Ações civis Públicas	0
Requisições	5
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes s	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
LICENCIAMENTOS	
Ações civis Públicas	0
Requisições	11
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes s	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

LOTEAMENTOS	
Ações civis Públicas	2
Requisições	2
Arquivamentos	2
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	1
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	1
POLUIÇÃO	
Ações civis Públicas	18
Requisições	54
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Audiências Públicas	1
Termos de ajustamentos de conduta	3
OUTROS	
Ações civis Públicas	10
Requisições	70
Arquivamentos	5
Julgamentos procedentes	3
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	3
Termos de ajustamentos de conduta	0
Audiências públicas	3
Audiências judiciais	58
Audiências extrajudiciais	75
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	82
Concluídos	128
Andamento	732
Processos recebidos	314
Processos devolvidos	298
Saldo de processos	41
Atendimentos ao público	547



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CONSUMIDOR	
Ações civis Públicas	22
Notificações e Requisições	264
Promoções e Arquivamentos	17
Julgamentos procedentes s	16
Julgamentos improcedentes	10
Recomendações	7
Representações	34
Termos de ajustamento de conduta	3
Audiências públicas	2
Audiências judiciais	3
Audiências extrajudiciais	81
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	51
Concluídos	27
Andamento	204
Processos recebidos	37
Processos devolvidos	34
Saldo de processos	6
Atendimentos ao público	1055
SAÚDE	
Ações civis Públicas	143
Notificações e Requisições	1128
Promoções e Arquivamentos	30
Julgamentos procedentes s	78
Julgamentos improcedentes	3
Recomendações	116
Representações	81
Termos de ajustamento de conduta	2
Audiências Públicas	54
Audiências Judiciais	32
Audiências Extrajudiciais	141
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	113
Concluídos	37
Andamento	845
Processos recebidos	202
Processos devolvidos	195
Saldo de processos	25



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Atendimentos ao público	1530
INSPEÇÃO SANITÁRIA DE COMPLEXIDADE	
Baixa	49
Média	16
Alta	20
Procedimento de investigação prévia	69
IDOSO	
Ações civis Públicas	39
Notificações e Requisições	511
Promoções e Arquivamentos	22
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	4
Representações recebidas	26
Fiscalização entidades Atendimento	4
Procedimento investigação prévia	1
Termos de ajustamento de conduta	3
Palestras	1
Audiências públicas	4
Audiências judiciais	23
Audiências extrajudiciais	89
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	113
Concluídos	2
Andamento	100
Processos recebidos	104
Processos devolvidos	103
Saldo de processos	5
Atendimentos ao público	1119
PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	
Ações civis públicas	16
Notificações e requisições	420
Promoções e arquivamentos	10
Julgamentos procedentes	8
Julgamentos improcedentes	2
Recomendações	11
Representações recebidas	20



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Fiscalização entidades atendimento	19
Procedimento investigação prévia	1
Termos de ajustamento de conduta	1
Palestras	7
Audiências públicas	3
Audiências judiciais	1
Audiências extrajudiciais	55
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	23
Concluídos	10
Andamento	720
Processos recebidos	56
Processos devolvidos	59
Saldo de processos	3
Atendimentos ao público	377
EDUCAÇÃO	
Ações civis Públicas	23
Notificações e Requisições	521
Promoções e Arquivamentos	16
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	22
Representações recebidas	23
Procedimentos investigação prévia	880
Inspeção	120
Termos de ajustamento de conduta	9
Palestras	73
Audiências públicas	12
Audiências judiciais	16
Audiências extrajudiciais	263
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	80
Concluídos	35
Andamento	917
Processos recebidos	12
Processos devolvidos	7
Saldo de processos	8
Atendimentos ao público	1132



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ORDEM TRIBUTÁRIA	
Ações civis Públicas	0
Notificações e Requisições	32
Promoções e Arquivamentos	1
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Representações recebidas	0
Procedimentos investigação prévia	4
Inspeção	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Palestras	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	8
Audiências extrajudiciais	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	2
Concluídos	11
Andamento	96
Processos recebidos	31
Processos devolvidos	31
Saldo de processos	0
Atendimentos ao público	4
FUNDAÇÕES	
Acordos judiciais	0
Acordos extrajudiciais	11
Análise de estatuto	2
Análise de prestação de contas	0
Petições iniciais ajuizadas	0
Pedidos procedentes	0
Pedidos improcedentes	0
Notificações e Requisições	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	11
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	191
Concluídos	117
Andamento	1104

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processos recebidos	0
Processos devolvidos	1
Saldo de processos	312
Atendimentos ao público	303
CIDADÃO	
Ações civis Públicas	82
Notificações e Requisições	872
Promoções e Arquivamentos	19
Julgamentos procedentes	18
Julgamentos improcedentes	40
Recomendações	38
Representações recebidas	40
Procedimentos investigação prévia	0
Inspeção	10
Termos de ajustamento de conduta	5
Palestras	5
Audiências públicas	8
Audiências judiciais	9
Audiências extrajudiciais	268
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	42
Concluídos	20
Andamento	54
Processos recebidos	585
Processos devolvidos	612
Saldo de processos	17
Atendimentos ao público	6671
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Ações civis Públicas	15
Outras ações	42
Notificações e Requisições	57
Promoções e Arquivamentos	44
Julgamentos procedentes	7
Julgamentos improcedentes	5
Recomendações	0
Medidas Protetivas Requeridas	850
Procedimentos investigação prévia	2
Inspeções	0
Termos de ajustamento de conduta	0

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Audiências públicas	28
Audiências judiciais	222
Audiências extrajudiciais	30
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	2
Concluídos	0
Andamento	0
Processos recebidos	1182
Processos devolvidos	1108
Saldo de processos	9
Atendimentos ao público	490
AUTUAÇÕES DA ITINERANTE	
EDUCAÇÃO	
Audiências	0
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	6
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	3
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	1
Andamento	0
Atendimento ao público	8
TRANSPORTES	
Audiências	0
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	0
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	2
Andamento	0
Atendimento ao público	1
SEGURANÇA	

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Audiência	0
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	6
Recomendações solicitadas	2
Reuniões externas	1
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	1
andamento	0
Atendimento ao público	3
INFRA-ESTRUTURA	
Audiências	0
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	4
Recomendações solicitadas	1
Reuniões externas	1
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	1
Andamento	0
Atendimento ao público	6
CONSUMIDOR	
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	1
Recomendações solicitadas	3
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	3
Concluídos	0
Andamento	6
Atendimento ao público	23
FAMÍLIA	
Arquivamentos	0

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	1
Recomendações solicitadas	2
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	745
INFÂNCIA E JUVENTUDE	
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	3
Recomendações solicitadas	11
Reuniões externas	1
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	53
SAÚDE	
Arquivamentos	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	6
Recomendações solicitadas	2
Reuniões externas	2
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	2
Concluídos	0
Andamento	2
Atendimento ao público	52
OUTROS ASSUNTOS	
Arquivamentos	93
Termos de ajustamento de conduta	3
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	181

"2015 – Ano Internacional da Luz"

Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro – CEP: 65020910 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219 1600 e (98) 3231 2890 (Fax)



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Recomendações solicitadas	25
Reuniões externas	25
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	75
Audiências extrajudiciais	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	45
Concluídos	95
Andamento	181
Processos recebidos	0
Processos devolvidos	0
Saldo de processos	0
Atendimentos ao público	309
JUNTO ÀS TURMAS RECURSAIS	
PROCESSOS CRIMINAIS	
Recebidos	17
Devolvidos	17
Saldo	0
Manifestações e pareceres	23
PROCESSOS CÍVEIS	
Recebidos	645
Devolvidos	650
Saldo	174
Manifestações e pareceres	39
Sessões	10
Atendimento ao público	0
PROCESSOS – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	
Recebidos	153
Devolvidos	147
Saldo	12
Audiências	627
Pareceres	128
Atendimento ao público	250

Produtividade dos Promotores de Justiça em Gráficos

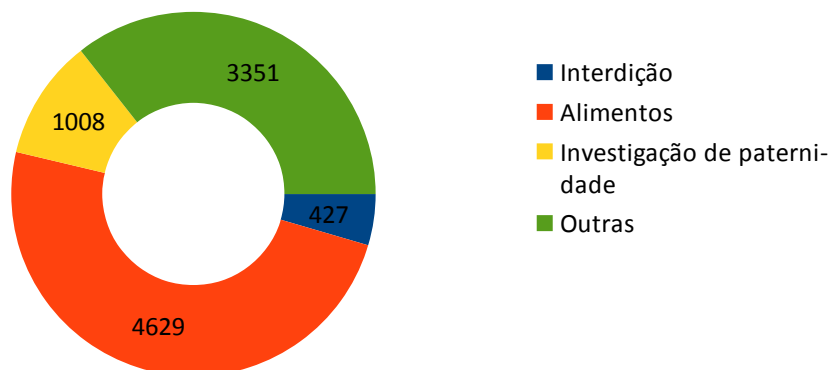


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CÍVEL - AUDIÊNCIAS



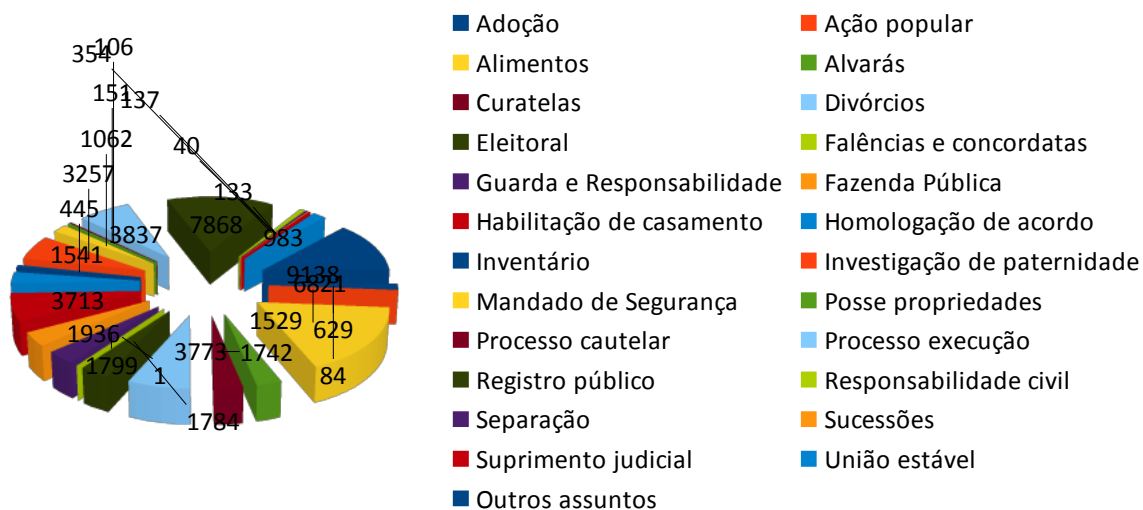
CÍVEL - AÇÕES PROPOSTAS





ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

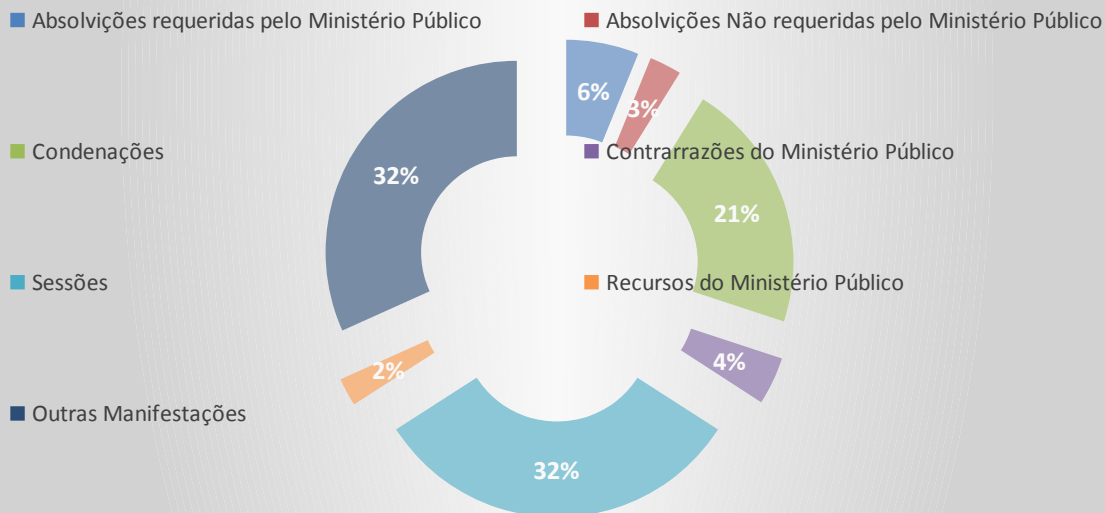
CÍVEL - PARECERES E REQUERIMENTOS



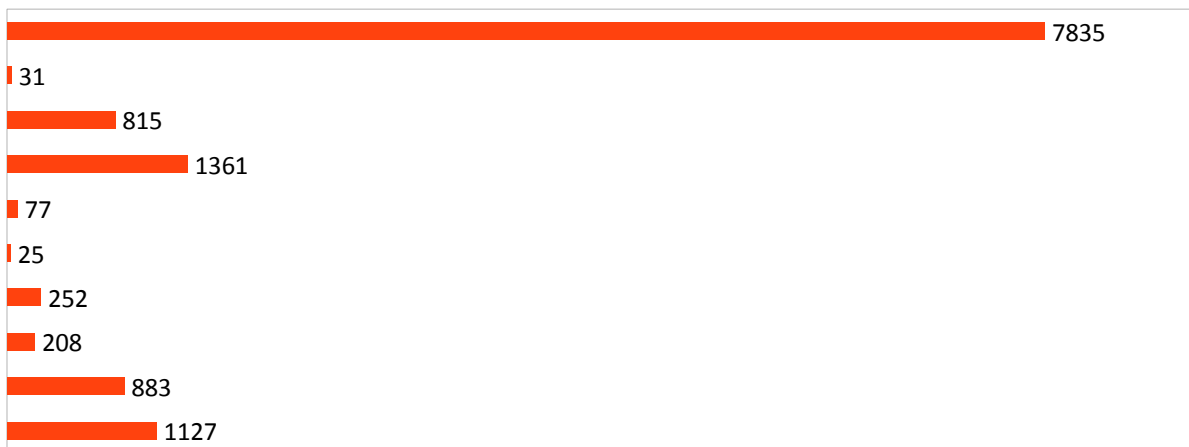


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CRIMINAL - TRIBUNAL DO JURI

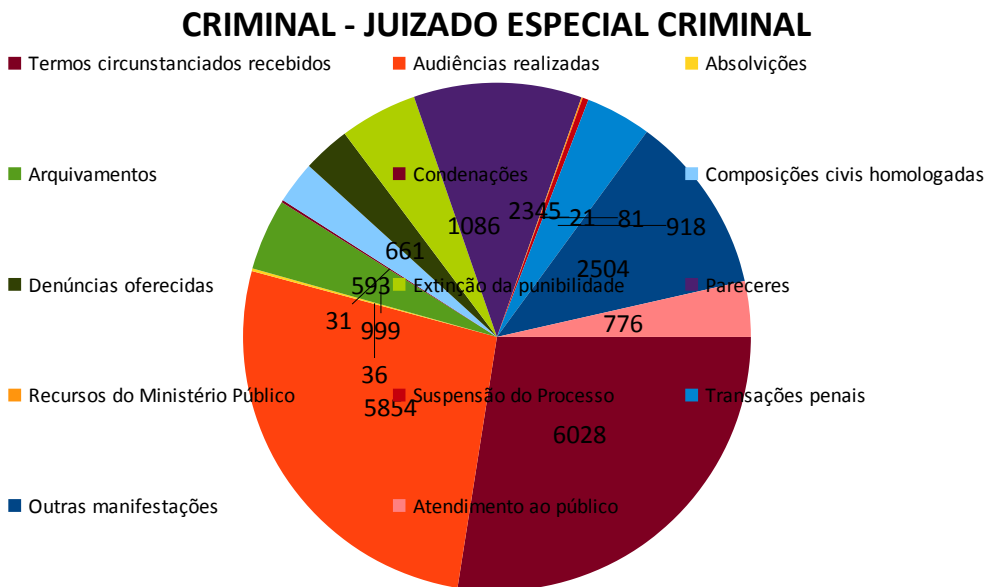
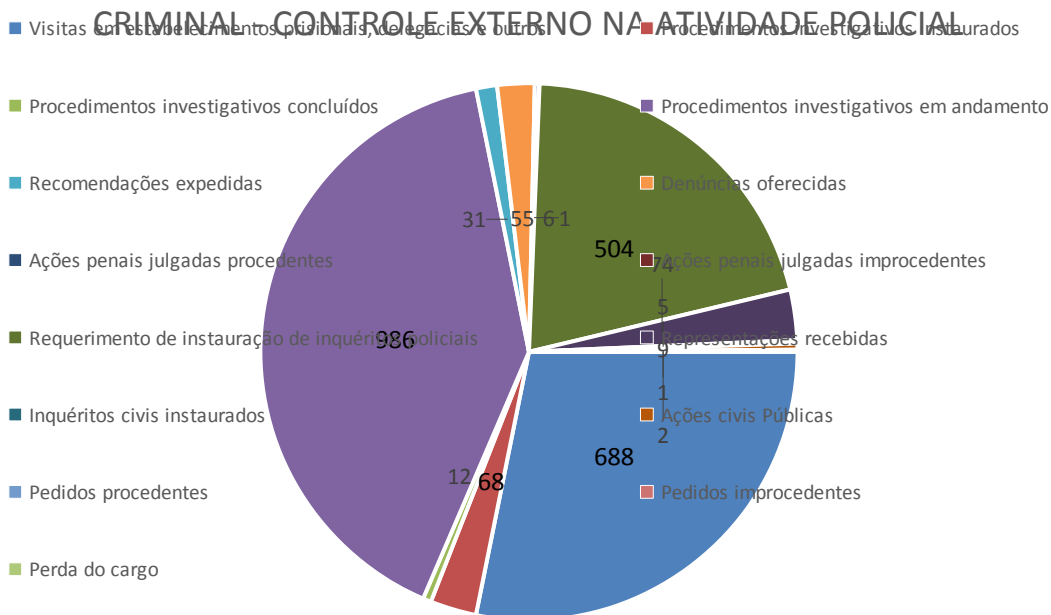


CRIMINAL - EXECUÇÃO PENAL





**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**





ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3.8 As Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, composta por procuradores de justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções.

Em cada Câmara dos Tribunais de Justiça funciona uma Procuradoria de Justiça, bem como no Tribunal de Contas, sendo obrigatória a presença de procurador de justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

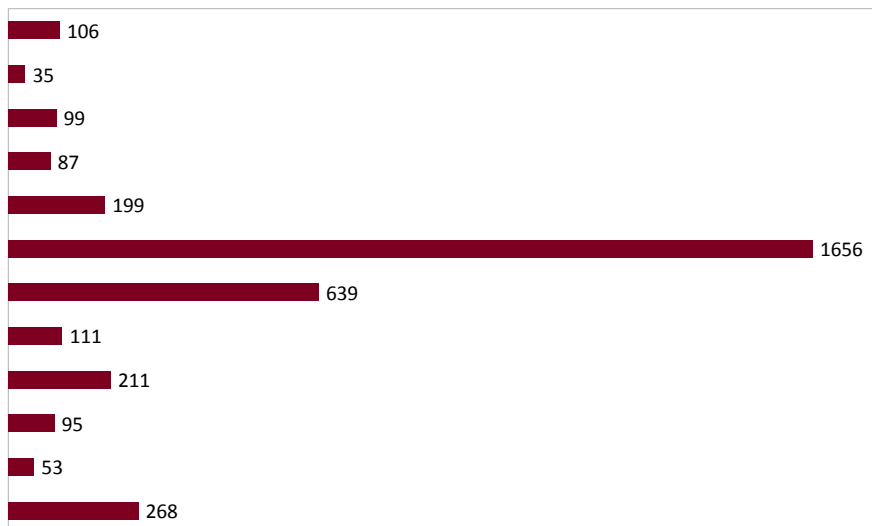
Os procuradores de justiça exercem inspeção permanente nos serviços dos promotores de justiça nos autos em que oficiem, cabendo-lhes remeter seus relatórios à Corregedoria Geral do Ministério Público.

Incumbe às Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se para fixar orientação sobre questões jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as à Procuradoria Geral de Justiça.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Nº de Processos recebidos na Procuradoria Geral de Justiça Tribunal do Pleno



3.8.1 Atividade processual dos Membros das Procuradorias de Justiça Criminais em 2014



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

1ª PROCURADORIA CRIMINAL														
Eduardo Jorge H. Nicolau	849	858	0	279	367	86	0	0	0	0	0	0	0	117
Maria dos Remédios Serra	136	145	0	28	68	13	0	0	0	0	0	0	0	27
Selene Coelho de Lacerda	417	417	0	147	183	35	0	0	0	0	0	0	0	52
Suvamy V. Meireles*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUB TOTAL	1402	1420	0	454	618	134	0	0	0	0	0	0	0	196
2ª PROCURADORIA CRIMINAL														
Krishnamurti Lopes França	449	447	0	167	177	42	0	0	0	0	0	0	0	63
Lígia Maria da S. Cavalcanti	136	136	0	71	36	13	0	0	0	0	0	0	0	16
Regina Lúcia de A. Rocha*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regina Maria Costa Leite	481	478	0	177	190	49	0	0	0	0	0	0	0	65
SUB TOTAL	1066	1061	0	415	403	104	0	0	0	0	0	0	0	144
3ª PROCURADORIA CRIMINAL														
Flávia Teresa de V. Vieira	560	558	0	242	196	51	0	0	0	0	0	0	0	71
Maria Luíza R M Cutrim	451	451	0	182	74	38	0	0	0	0	0	0	0	57
Maria de Fátima R. T. Cordeiro	730	727	0	275	311	72	0	0	0	0	0	0	0	72
Rita de Cassia Maia Baptista	463	463	0	200	167	37	0	0	0	0	0	0	0	59
SUB TOTAL	2204	2199	0	899	748	198	0	0	0	0	0	0	0	259
TOTAL GERAL CRIMINAL	4.672	4.680	0	1.768	1.769	436	0	0	0	0	0	0	0	599

3.8.2 Atividade processual dos Membros das Procuradorias de Justiça Cíveis em 2014



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

1ª PROCURADORIA CIVEL														
Domingas de Jesus Gomes	1257	1306	0	0	0	0	0	0	18	143	696	40	0	360
José Antônio O. Bentes	660	754	0	0	0	0	0	0	16	123	464	28	0	29
Marco Antônio A. Guerreiro	920	908	0	0	0	0	0	0	16	119	682	60	0	43
Terezinha de Jesus Guerreiro	1032	1042	0	0	0	0	0	0	19	147	764	54	0	48
SUB TOTAL	3869	4010	0	0	0	0	0	0	69	532	2606	182	0	480
2ª PROCURADORIA CIVEL														
Clodenilza Ribeiro Ferreira	620	616	0	0	0	0	0	0	19	79	457	26	0	39
Eduardo Daniel Pereira Filho	693	692	0	0	0	0	0	0	20	82	513	42	0	36
Raimundo Nonato C. Filho	743	743	0	0	0	0	0	0	20	103	523	32	0	65
Sandra Lúcia A. Elouf	814	808	0	0	0	0	0	0	22	92	628	40	0	32
SUB TOTAL	2870	2859	0	0	0	0	0	0	81	356	2121	140	0	172
3ª PROCURADORIA CIVEL														
Ana Lúcia de Melo Moraes	790	788	0	0	0	0	0	0	4	129	562	58	0	27
Iracy M. Figueiredo	713	713	0	0	0	0	0	0	14	117	529	32	0	21
Mariléia Campos dos S. Costa	772	775	0	0	0	0	0	0	16	127	565	39	0	25
Themis Maria Carvalho	818	813	0	0	0	0	0	0	15	141	606	27	0	29
TOTAL	3093	3089	0	0	0	0	0	0	49	514	2262	156	0	102
4ª PROCURADORIA CIVEL														
Cezar Queiroz Ribeiro	1448	1464	0	0	0	0	0	0	23	165	777	57	0	426
Francisco das Chagas Barros	459	459	0	0	0	0	0	0	13	92	319	16	0	19
José Henrique Moreira	857	827	0	0	0	0	0	0	15	104	639	19	0	80
Paulo Roberto Saldanha	1014	997	0	0	0	0	0	0	23	169	721	56	0	45
SUB TOTAL	3778	3747	0	0	0	0	0	0	74	530	2456	148	0	570
5ª PROCURADORIA CIVEL														



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Joaquim Henrique de C. Lobato	1803	1700	0	0	0	0	0	0	18	251	1170	81	0	283
Sâmara Ascar Sauáia	1567	1567	0	0	0	0	0	0	20	232	1172	81	0	62
Teodoro Peres Neto	1540	1550	0	0	0	0	0	0	20	215	1084	75	0	146
SUB TOTAL	4910	4817	0	0	0	0	0	0	58	698	3426	237	0	491
TOTAL GERAL CÍVEL	18.520	18.522	0	0	0	0	0	0	331	2.630	12.871	863	0	1815

* Suvamy Vivekanada Meireles, Corregedor-Geral do Ministério Público

* Regina Lúcia de Almeida Rocha, Procuradora Geral de Justiça

Quadro - Movimentação Processual Geral das Procuradorias de Justiça do Estado do Maranhão²

PROCURADOR GERAL - TRIBUNAL PLENO			RECESSO NATALINO -2014/2015
PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS
3.559	376	32	32
TOTAL GERAL DAS PROCURADORIAS CÍVEIS, CRIMINAIS E PROCURADOR GERAL			
RECEBIDOS	DEVOLVIDOS		SALDO
26.783	26.980		197

Fonte: Coordenadoria de Distribuição de Processos

4. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS AUXILIARES DO MP

4.1 Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (ESMP)

A Escola Superior do Ministério Público é órgão auxiliar do Ministério Público e visa à preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como ao oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral.

A direção da Escola Superior do Ministério Público é exercida, preferencialmente, por Procurador de Justiça nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante indicação do Conselho Superior do Ministério Público, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento dos membros do Ministério Público a participação em curso realizado ou reconhecido pela Escola Superior do Ministério Público, nos termos do art. 93, IV, combinado com o art. 129, § 4º, da Constituição da República.

Por sua vez, a aferição do merecimento do membro do Ministério Público levará em consideração a frequência e aproveitamento nos cursos realizados ou reconhecidos



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

pela Escola Superior do Ministério Público, nos termos do art. 93, II, c, combinado com o art. 129, § 4º, da Constituição da República.

Principais atividades de 2014

- Realização do Planejamento para 2015. Ressalte-se que a Procuradora Geral de Justiça e o Corregedor Geral do Ministério Público apoiaram as atividades planejadas pela Escola e que, sem esse apoio, não seria possível realizar as atividades estabelecidas este ano e projetadas ao próximo.
- Conclusão da Pós-Graduação *lato sensu* em Ciências Criminais, em convênio com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, com recebimento de monografias e organização de bancas e emissão de certificados.
- Identificação das demandas mais urgentes de capacitação de membros e servidores, para formação de banco de dados e planejamento das atividades para 2014 e para 2015. Deste modo, passou-se a organizar a Escola, atendendo às demandas e buscando a capacitação de membros do Ministério Público, de servidores e também a realização de parcerias.

Atividades de Capacitação em 2014

Neste item são apresentados todos os eventos de capacitação, com a carga horária e a quantidade de capacitados, com os cargos exercidos.

Atividade de Capacitação	Carga Horária Total	Nº de Participantes
Curso de Vitaliciamento	116 h	04 Promotores de Justiça
Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais em convênio com a Universidade Estadual do Maranhão - UEMA		05 Promotores de Justiça e 15 servidores.
Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais, sem defesa de monografia, com declaração das disciplinas cursadas.		02 Promotores de Justiça e 03 servidores
Curso de Gerenciamento de Crises	15h	34 Promotores de Justiça e 12 convidados
Curso de Atualização em Direito Eleitoral, em parceria com a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão – AMPEM	08h	59 Promotores de Justiça
Curso de Recepção a Estagiários	10h	65 estagiários
Curso de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	40h	29 servidores
Curso de Licitação e Contratos Administrativos	45h	03 Promotores de Justiça e 25 servidores



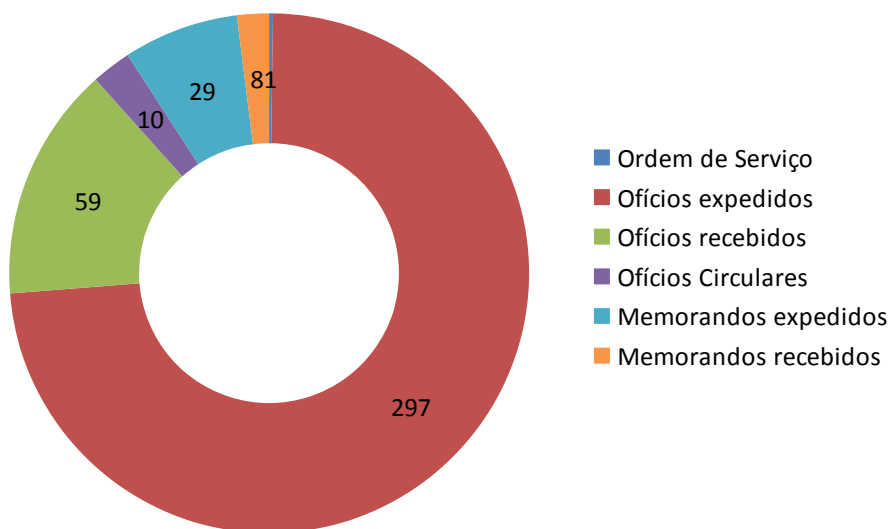
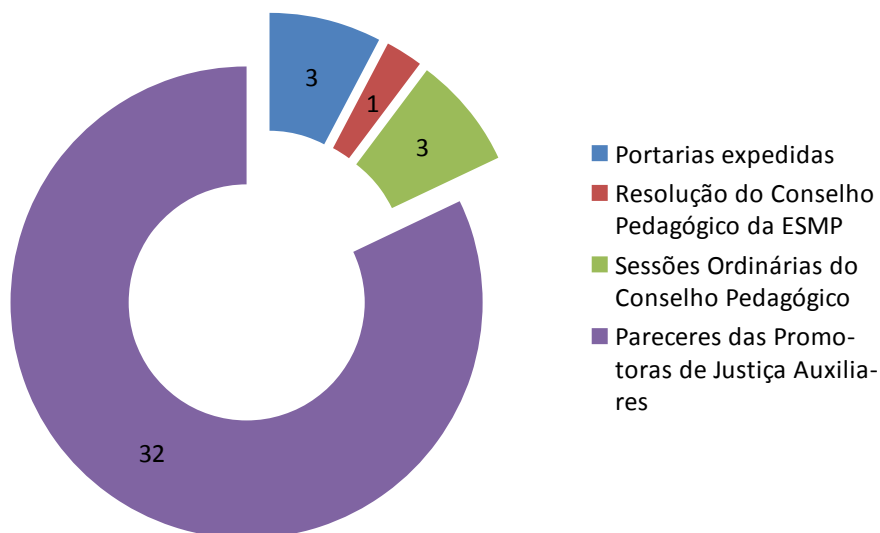
ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Seminário “O Ministério Público no combate a crimes financeiros”, em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO – e o Banco do Brasil-DF	07h	32 Promotores de Justiça, 42 servidores e 04 convidados
Curso de Gerenciamento de Crises, realizado em Imperatriz-MA	15h	12 Promotores de Justiça e 13 convidados
Curso Gestão da Qualidade, em convênio com a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, realizado à distância	40h	29 servidores
III Jornada Jurídica da Universidade Estadual do Maranhão, evento realizado em parceria	15h	23 servidores
“2º Encontro Operacional Criminal: mecanismos atuais de combate ao crime organizado no sistema prisional”, realizado em parceria com o GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado	15h	23 Promotores de Justiça e 27 convidados.
Oficina “PROVITA e o MP-MA: história, compreensão e operacionalização da política de proteção no Estado”, evento promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, em parceria com a ESMP	08h	24 Promotores de Justiça.

Atividades Administrativas:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



4.2 Ouvidoria Geral do Ministério Público

A Ouvidoria do Ministério Público é o órgão competente para receber elogios, críticas, sugestões, reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares.

Compete à Ouvidoria, em síntese, dentre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, bem como representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis ou, conforme o caso, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público nas hipóteses de sua competência.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Ouvidoria do Ministério Público não dispõe de poderes correccionais, não interfere, nem substitui as atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Maranhão será exercido por Procurador de Justiça, em atividade, nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça a partir da lista tríplice escolhida pelo Colégio de Procuradores, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

O acesso à Ouvidoria será realizado por comparecimento, ou mediante correspondência, ligação telefônica, devidamente reduzida a termo pela Ouvidoria, mensagem via fac-símile ou comunicação via Internet, com utilização do serviço da Ouvidoria a ser disponibilizado no sítio do Ministério Público.

O atendimento prestado pela Ouvidoria Geral aos cidadãos maranhenses em 2014 aconteceu de várias formas, destacando-se:

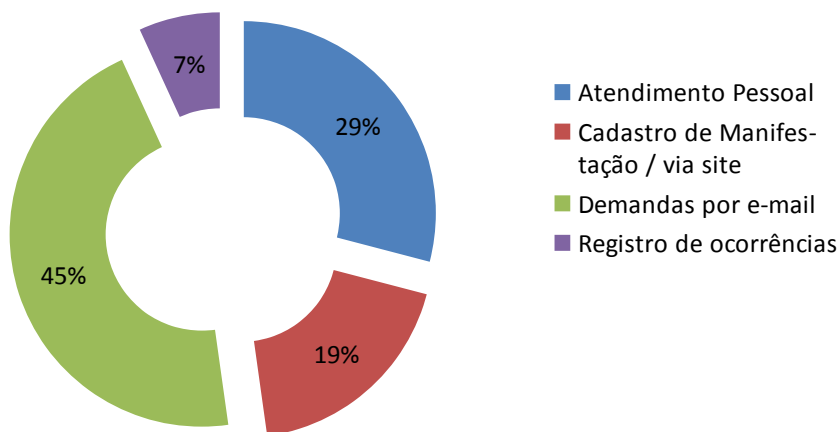
- a) **Atendimento Pessoal (orientações jurídicas)** - Diariamente é feito atendimento pessoal aos cidadãos que buscam orientações jurídicas. Cada atendimento é registrado no livro próprio da Ouvidoria. Tais orientações jurídicas também são dadas através de e-mail institucional, quando assim o cidadão solicita. **Total de orientações jurídicas em 2014: 388.**
- b)
- c) **Cadastro de Manifestação** - Os cidadãos podem fazer suas denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios, pedido de providência e/ou informação, sugestões através do cadastro de manifestação que está disponível no site do Ministério Público do Maranhão por meio do link: <http://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/cadastrar>, ou via telefones por meio dos números (98) 3219 1738/1767/1769/1603, bem como pelo Disque-Denúncia da Ouvidoria: **0800 098 1600**. **Total de demandas pelo Cadastro de Manifestação em 2014: 250.**
- d)
- e) **E-mail** - As denúncias ou manifestações podem ser feitas por e-mail através do endereço eletrônico: ouvidoria@mpma.mp.br. Além disso, a Ouvidoria recebe diariamente reclamações registradas no Disque-Denúncia (Brasília- DF) e na Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República. **Total de demandas por e-mail em 2014: 606.**
- f)
- g) **Ocorrências** - As ocorrências são registradas quando a reclamação dos cidadãos é pertinente. A reclamação é reduzida a termo sendo direcionada à Ouvidora-Geral, que posteriormente dá o seu devido encaminhamento. **Total de registro de ocorrências em 2014: 91.**



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

h)

Registros da Ouvidoria em 2014



i)

j) Natureza das demandas:

- Educação, Saúde, Idoso, Pessoas com Deficiência, Crimes, Execução Penal, Eleitoral, Improbidade Administrativa, Concurso Público, Irregularidades Trabalhistas, Controle Externo da Atividade Policial, Demanda alheia à competência da Ouvidoria, Consultas e dúvidas jurídicas, Residência na Comarca/Lotação de membros, Administração e funcionamento do Ministério Público, Infração Disciplinar de membro ou servidor, Inércia ou morosidade na atuação funcional, Infância e Juventude, Lei de Acesso à Informação, Remuneração de membros e servidores, Consumidor, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Outros, Demandas sigilosas e identificadas, Demandas sigilosas e Demandas identificadas.

k)

l) Participação e representação oficial em eventos:

- Em 16/07/14, a Ouvidora Geral concedeu entrevista no programa Bom dia Mirante manifestando-se contrária à decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão que reconheceu união estável, bem como direito a herança à concubina;
- Em 21/07/2014, participação de reunião junto a Corregedoria-Geral do Ministério Público e Promotores de Justiça da baixada maranhense para debaterem medidas a serem tomadas para melhoria dos serviços prestados pelas empresas de ferry-boat da capital;
- Em 23/07/14, participou do III Seminário de Execução Penal realizado pela Defensoria Pública do Maranhão;
- Em 01/08/14, lançamento da Campanha “Transparência Eleitoral” idealizado pela Associação do Ministério Público



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- do Maranhão, no Hotel Veleiros;
- Em 25/08/14 a Dra. Domingas de Jesus Froz Gomes, Ouvidora Geral em Exercício, participou de reunião junto a Corregedoria Geral do Ministério Público e Promotores de Justiça que atuam na Baixada Maranhense, para discutirem medidas a serem adotadas em relação a diversos problemas enfrentados pela população que depende do transporte por ferry-boats para a região;
 - Em 05/09/14 o servidor Pedro Afonso Cruz Britto (assessor técnico) representou a Ouvidora Geral na inspeção feita para regularização dos serviços prestados pelas empresas de ferry-boat da capital;
 - Em 16/09/14 o servidor Eduardo Filipe Bezerra Teixeira (assessor administrativo) representou a Ouvidora Geral em reunião junto a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude onde foi feita coleta de elementos sobre a eficácia social das normas legais referentes às crianças e adolescentes que estão desaparecidos;
 - Em 24/09/14 reunião com Promotores de Justiça da Infância e Juventude, Dr. Márcio Thadeu Silva Marques, Dra. Fernanda Nunes Ferreira, e com o Major da Polícia Militar do Maranhão José Roberto Filho para debater ideias de melhoria quanto ao atendimento feito pelos Conselhos Tutelares da
- Capital;
- Nos dias 02 e 03/10/14 participou da XII Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público realizada na cidade de Belém- PA;
 - Em 13/10/14 reunião com a Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais, Dra. Fabíola Fernandes Faheina Ferreira, para tratar sobre o projeto de implantação de Ouvidorias Municipais nas Comarcas do Estado do Maranhão;
 - Em 20/10/14, visitou as Promotorias da Capital em companhia da Procuradora-Geral de Justiça, onde constatou o bom funcionamento do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp), o qual se encontra totalmente dentro dos parâmetros administrativos;
 - Em 22/10/14 o servidor Eduardo Filipe Bezerra Teixeira (assessor administrativo) representou a Ouvidora Geral em reunião junto a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude onde foi feita coleta de elementos sobre a eficácia social das normas legais referentes às crianças e adolescentes que estão desaparecidos;
 - Em 27/10/14 participação de entrevista na Sede da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), em canal fechado, relativo à parceria na Campanha "Eleição transparente",



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

que consistiu em estimular a população maranhense a denunciar ao Ministério Público, todo e qualquer ato irregular praticado durante as eleições gerais do ano de 2014;

-
- Em 27/10/14 as servidoras Lívia Coelho Netto e Lucélia Soares Garcia representaram a Ouvidora Geral no lançamento da Campanha “Maria Penha em Ação” realizada no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão;
-
- Em 04/11/14 a Ouvidora Geral foi condecorada em sessão solene no Tribunal de Justiça do Maranhão com a Medalha de Mérito Judiciário Des. Antônio Rodrigues Vellozo pelos bons serviços prestados ao Poder Judiciário Maranhense;
-
- Em 13/11/14 os servidores Pedro Afonso Cruz Britto e Lucélia

Soares Garcia, compareceram na Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado (Ouvidoria TJMA), em visita técnica para acompanhar o funcionamento do Sistema Digidoc;

-
- Nos dias 27 e 28/11/14 a Ouvidora Geral participou da XXIII Reunião do Conselho Nacional do Ministério Público, na cidade de Teresina- PI, oportunidade em que foi eleita por unanimidade vice-presidente do CNOMP (região Nordeste);
-
- No dia 04/12/14 a servidora Márcia Regina Alves de Oliveira (assessora jurídica da Ouvidoria) representou a Ouvidora-Geral na solenidade de entrega de elogios aos profissionais do Sistema de Segurança Pública, realizada pela Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão no Ed. Palácio Henrique de La Roque;

• Projeto de implantação de ouvidorias municipais

• A ouvidora-geral do Ministério Público do Maranhão, procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa, apresentou aos membros do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP) o projeto de implantação de ouvidorias municipais nas comarcas do estado do Maranhão. A ideia é estimular a criação de um canal direto entre a sociedade e o Poder Público municipal, estimulando o controle social e a gestão dos recursos

públicos.

• A proposta foi apresentada durante a 22ª Reunião Ordinária do Cnomp, em Belém (PA), nos dias 2 e 3 de outubro. O projeto foi discutido na pauta do evento e reconhecido, por unanimidade, dentre os ouvidores, como uma iniciativa que pode estimular a democracia e a interlocução da comunidade com as administrações municipais.

• Para viabilizar a proposição, a procuradora-geral de justiça



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Regina Lúcia de Almeida Rocha vai enviar minuta de projeto de lei aos promotores de justiça para que estes apresentem a proposta aos prefeitos. Cabe ao gestor municipal, o encaminhamento da proposta às Câmaras de Vereadores para aprovação de lei municipal que institui a Ouvidoria.

- O Ministério Público vai propor, em parceria com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), uma reunião com os prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais para falar sobre a importância das ouvidorias e pedir apoio para aprovação da proposta.

-
-
- **4.3 Comissão de Concursos**
-

- A Comissão de Concurso é um órgão auxiliar de natureza transitória, presidida pelo procurador-geral de justiça e integrada por 3 (três) membros do Ministério Público titulares, preferencialmente, procuradores de justiça, e 3 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Superior, além de um representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem a incumbência de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo vedada a participação na Comissão de parente consanguíneo ou afim até o segundo grau de candidatos inscritos.

- Em 2014 foram realizadas as provas objetivas do Concurso Público para o provimento de 25 (vinte e cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;

- Também em 2014 foram providos 129 (cento e vinte e nove) cargos efetivos de servidores com a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público homologado pelo Edital de Homologação, de 04 de novembro de 2014, publicado no Diário da Justiça, de 05 de novembro de 2014, sendo 23 cargos de Analista Ministerial e 106 de Técnico Ministerial;

-
- **4.4 Estagiários**

- Em 2014, a Procuradoria Geral de Justiça contratou a Noroeste Concursos para realização de seletivo público para provimento de 127 (cento e vinte e quatro) vagas de estagiários não-obrigatório, para provimento de 40 vagas nas comarcas do Interior e 87 em São Luís.

- Quadro Resumo do Concurso de Estagiários – Noroeste Concursos

• Descrição	• Quant.
• Nº de cidades de realização das provas	• 7



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

• Nº de vagas	• 127
• Nº de Inscritos	• 4.332
• Nº de candidatos que realizaram as provas	• 675
• Nº de ausentes nas provas	• 282

•

• 5. OS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

• São órgãos de assessoramento do Ministério Público a Assessoria Especial, a Assessoria Jurídica, a Assessoria Técnica, a Assessoria do Controle Interno e a Assessoria de Auditoria.

• 5.1 Assessoria Especial

• À Assessoria Especial, de livre escolha do Procurador-Geral, constituída preferencialmente por membro do Ministério Público, incumbe auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro do Ministério Público.

• A Assessoria Jurídica, por sua vez, é composta por bacharéis em Direito nomeados em comissão pelo Procurador-Geral, mediante indicação do Procurador de Justiça, tendo por finalidade auxiliar os Procuradores de Justiça nas suas funções de órgãos de execução.

• 5.2 Assessoria Técnica

• Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, bem assim prestar suporte técnico do Ministério Público nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por Ato do Chefe da Instituição.

• **Pareceres emitidos em 2014**

•

•

• **Atividades Administrativas**

•

•

• **Participação de servidores em cursos e capacitações**

•

•

• 5.3 Assessoria de Controle Interno

• Foram emitidas por esta Assessoria de Controle Interno manifestações sobre os mais variados objetos: prestação de contas dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos (adiantamento), abono de permanência; aditivos / reajustes contratuais; empenho de despesas e pagamento à fornecedores; locação de imóveis; licitação (fase inicial / dispensa / inexigibilidade / adesão de ata de registro de preço);



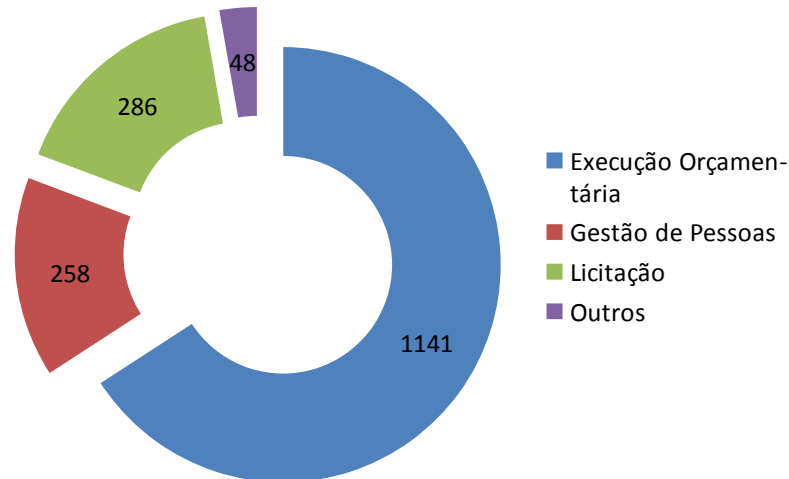
**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

solicitação de gratificações, auxílios e adicionais a membros e a servidores efetivos e à disposição; incorporação/averbação de tempo de contribuição previdenciária e/ou de serviço; requisição de servidores; verbas indenizatórias; ajuda de custo; entre outros.

- No aspecto quantitativo, emitimos 1.733 (mil setecentos e trinta e três reais) manifestações durante o exercício de 2014, assim distribuídas:

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

Natureza das manifestações

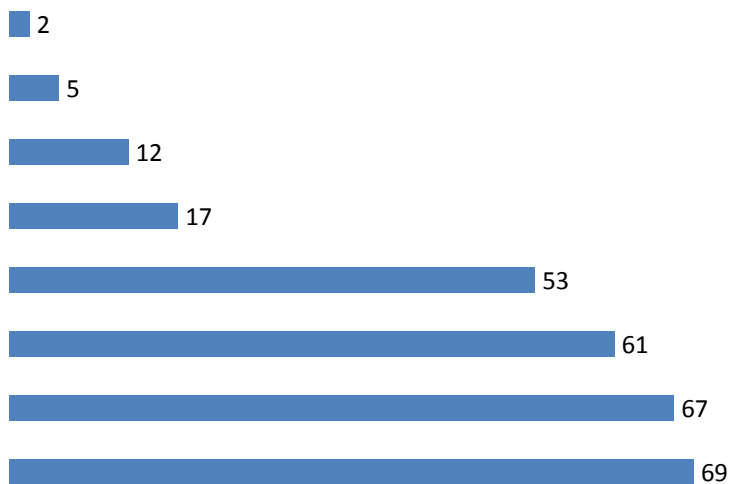


-
-

Manifestações em Processos Administrativos de Licitações

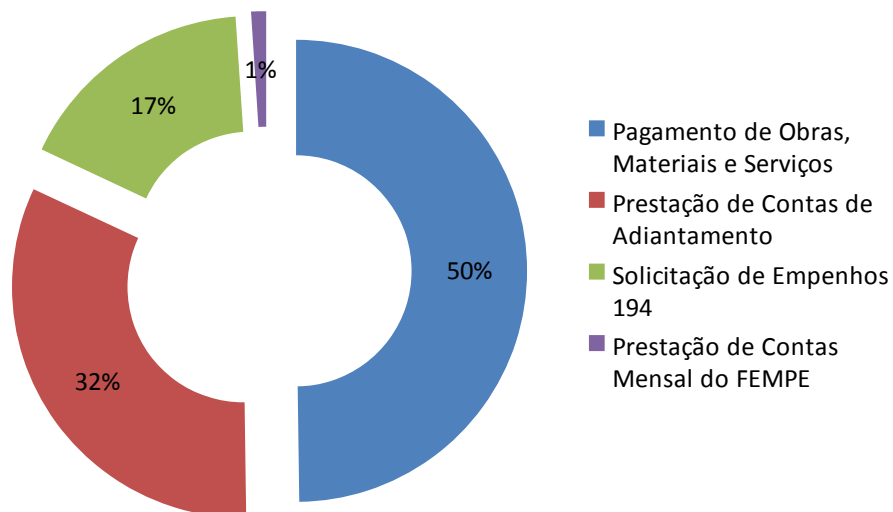


ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



Orçamentária

Manifestações em Processos Administrativos de Licitações Execução



Manifestações em Processos Administrativos de Gestão de Pessoas em 2014

• Descrição	• T o t
-------------	---------------



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

	a l
• Verbas Indenizatórias	• 1 2 7
• Requisição de Servidor	• 3 6
• Gratificação por Condição Especial de Trabalho	• 2 6
• Gratificação Padrão Ministerial (concessão e reajuste)	• 1 7
• Abono de Permanência	• 1 2
• Incorporação/Desincorporação de Tempo de Serviço e/ou Contribuição	• 1 0
• Gratificação de Risco de Vida	• 9
• Ajuda de Custo	• 9
• Adicional de serviços extraordinários	• 1
• Reajuste de Função Gratificada Especial	• 3
• Auxílio Alimentação	• 2
• Convênio de Estágio	• 2
• Adicional de Insalubridade	• 1

-
-
-

• **Outras atividades realizadas:**

- Elaborar e publicar os Relatórios de Gestão Fiscal exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, enviando-os ainda ao Tribunal de Contas do Estado;
- Participar de comissão para reformular/editar normativos internos.

• **Sugestões de melhoria das atividades:**

- a) Adoção de política permanente de treinamento por setor/unidade gestora de forma a capacitar os servidores, tendo em vista as frequentes alterações nas legislações pertinentes à Administração Pública;
- b) Criação por cada setor/unidade gestora de procedimentos padrões, estes homologados pela Administração Superior, de forma a tornar mais célere a tramitação dos processos



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

administrativos e as conseqüentes tomadas de decisões.

• **5.4 Assessoria de Auditoria Interna**

• A existência de uma auditoria interna eficiente, atuante e com reais condições de trabalho contribui sobremaneira para a melhoria dos mecanismos de controle existentes e ajuda a prevenir erros e fraudes que possam levar a Instituição a dificuldades financeiras e operacionais.

• A realização de um trabalho adequado de auditoria interna é fundamental para que a Instituição mantenha o foco em seus objetivos, minimizando reveses, reduzindo os riscos de perda de ativos e ajudando a assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e sua conformidade com as leis e regulamentos.

• A Assessoria de Auditoria Interna executou o Plano Anual de Auditoria Interna - 2014, com atividades tanto de auditorias como de acompanhamento da implementação de recomendações nas áreas de Gestão de Pessoas (Estagiários), Gestão Patrimonial (Bens de Almoarifado, Bens Permanentes e Imóveis), Licitações e Contratos Administrativos (Serviços Gerais e Contratação Direta), Folha de Pagamento e Administrativa (Portal da Transparência e Diárias).

• Tais atividades resultaram na elaboração de **09 (nove)** Relatórios de Auditoria Interna, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações julgadas cabíveis para os devidos melhoramentos ou saneamentos.

• Além das auditorias e acompanhamentos em questão – cujos trabalhos envolveram procedimentos de análises documentais, reuniões, exames dos registros, avaliações, levantamentos, diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão – cabe pontuar as atividades abaixo sucintamente descritas:

- Prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna emitidos em 2012, 2013 e 2014;
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberação das providências julgadas cabíveis, do Relatório de Inspeção in loco nos Almoarifados (Material de Consumo e Material Permanente) do Ministério Público, no exercício de 2014, com 08 (oito) recomendações objetivando o fortalecimento institucional pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno pertinentes à matéria;
- Emissão da Nota de Auditoria nº. 01/2014, pertinente à área de Folha de Pagamento, sobre “Retenção de FEPA e FUNBEM a Servidor Requisitado”, com 04 (quatro) recomendações no intuito de sanar as inadequações verificadas, bem como evitar novas ocorrências.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Emissão da Nota de Auditoria nº. 02/2014, na área de Folha de Pagamento, acerca do “Pagamento Concomitante de Diária e Auxílio-Alimentação”, com apresentação de 02 (duas) recomendações visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno afins.
- Participação em grupos de estudos e comissões visando entre outras coisas: o aperfeiçoamento da regulamentação interna vigente; a racionalização das ações de controle; a elaboração de ato normativo visando disciplinar a supervisão, fiscalização e gestão de contratos, convênios e outros ajustes de natureza financeira no âmbito do Ministério Público;
- Participação na reunião técnica ocorrida na sala do Colégio de Procuradores, presidida pelo Diretor-Geral, na presença dos servidores desta Assessoria e dos chefes e coordenadores de diversas unidades administrativas, para explanações e esclarecimentos sobre as deliberações e encaminhamentos necessários, tendo em vista a inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público, então agendada para o período de 01 a 05/12/2014;
- Análises circunstanciadas e emissões de pareceres técnicos em 13 (treze) processos administrativos, sobre objetos diversos.

•

•

•

• 5.5 Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

•

• Além da manifestação nos processos administrativos a Assessoria Jurídica da Administração desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, bem como participa de diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição, a exemplo das Portarias nº 1810/2013-GPGJ, 0741/2014-GPGJ.

•

• Atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração - AJAD, referente ao exercício de 2014. O resultado obtido após a totalização das informações são os seguintes:

•

• Processos	• Quantidade
• Recebidos	• 792
• Devolvidos	• 773
• Remanescentes	• 19



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- - Os processos que tramitaram na AJAD em 2014, em sua grande maioria, trataram de licitações e contratos, exigindo uma análise minuciosa dos autos, em especial dos editais e seus anexos, para sua aprovação. Além das apreciações dos referidos processos, a AJAD respondeu inúmeras consultas informais formuladas pelas Coordenadorias deste Órgão ministerial, principalmente sobre procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, bem como a realização de reuniões quando necessárias.
 - Destaca-se, por fim, a sugestão dada pela AJAD e acolhida pela Administração Superior, para realização de um curso *in company*, destinado a 30 servidores envolvidos na área de licitação, cujo tema foi “Como planejar a contratação e estruturar o termo de referência para compras e serviços”, objetivando o aprimoramento, capacitação e atualização de informações, em busca de maior celeridade e eficiência nos resultados pretendidos pela Procuradoria Geral de Justiça.

- - **5.6 Assessoria de Planejamento (ASPLAN)**

- - Vinculada à Diretoria Geral, a Assessoria de Planejamento Geral (ASPLAN) foi criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ.

- - A ASPLAN desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

- - Dentre as principais atividades desenvolvidas pela ASPLAN em 2014 estão:

- Edição do Relatório Anual de Atividades do MPMA;
- Participação nas três reuniões do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP), realizadas em Brasília/DF, nos meses de abril, agosto e outubro de 2014. Destaque-se que a analista ministerial integrante da equipe da ASPLAN, Lusélias Soares Sales Lopes foi escolhida como coordenadora do Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas (CPGP) do referido Fórum.
- Participação no workshop “Escritório de Processos - Implantação e Execução, Planejamento e Framework”, promovido pela empresa de consultoria Conexões Educação, em Brasília/DF, no mês de abril/14;
- Participação dos servidores Lusélias Lopes e Cláudio Marcelo Amorim no Curso de Formação de Multiplicadores na Metodologia de Gestão de Processos, na modalidade à distância, promovido pela Escola Superior do Ministério Público de Goiás. O curso foi estruturado pelo Grupo de Trabalho Processos, vinculado ao Comitê



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

de Políticas de Gestão Administrativa do Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público.

- Participação nas reuniões de discussão e elaboração dos planos de ações setoriais das unidades administrativas, promovidas pela Diretoria Geral e a Secretaria Administrativo-Financeira, nos meses de julho a setembro/14;
- Participação na solenidade de entrega do Prêmio do CNMP, em Brasília/DF, criado para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.
- Participação no Encontro Nacional: Atuação do MP brasileiro na atenção básica à saúde, realizado nos dias 27 e 28 de maio, em São Luís, organizado pelo CNMP com apoio do CAOP/Saúde e a Administração Superior do MPMA.
- Participação no 4º Congresso Brasileiro de Gestão do CNMP, realizado em Brasília/DF, no mês de outubro/14;

•

- **5.7 Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)**

- Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (GAECO) foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão para a prevenção e repressão ao crime organizado. É composto por no mínimo três membros subordinados ao procurador-geral de justiça, que atuarão em inquéritos em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos destinados a identificar e reprimir as organizações criminosas, cabendo-lhes, inclusive, atuar na instrução processual dos feitos até decisão final de primeira instância. Também incumbe-lhe a atividade de inteligência e segurança institucional no âmbito ministerial.

•

•

•

- **Destaques da Atuação**

- **Operação GEIST** - O GAECO, em parceria com a Controladoria Geral da União e Polícia Civil e Polícia Federal, realizou em dezembro/14 a Operação Geist (fantasma em alemão), que cumpriu 14 mandados de busca e apreensão, sendo 13 endereços em São Luís e um em Itapecuru-Mirim. O objetivo foi recolher documentos e arquivos, entre outros materiais, para subsidiar as investigações de supostas fraudes em licitações da Prefeitura de Anajatuba, na gestão do atual prefeito, Hélder Aragão. Foram recolhidos documentos, computadores, pendrives, talões de cheques, carimbos,



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

que podem ter relação com as supostas fraudes. O resultado foi divulgado em entrevista coletiva, concedida na sede Procuradoria Geral de Justiça.

-
- **Capacitação sobre combate a crimes financeiros** - Foi destinada a membros e servidores do MPMA e de instituições financeiras e da Polícia Civil. Foi ministrada por dois especialistas das áreas de prevenção a crimes financeiros e de estratégias de segurança do Banco do Brasil. Os temas enfocados na capacitação foram: roubos a bancos, fraudes eletrônicas, fraudes documentais com cheques, em saques de precatórios e levantamento de depósitos judiciais, prevenção e combate à lavagem de dinheiro, o entendimento jurídico do BB sobre a quebra de sigilo bancário.
-
- **2º Encontro Operacional Criminal** - O encontro realizado no dia 21 de novembro, no Hotel Luzeiros, foi destinado a membros do Ministério Público, juízes e delegados e teve como objetivo discutir a importância da união de todas as instituições de justiça no combate ao crime organizado existente dentro do sistema prisional.
-
- **Curso de formação de Brigada de Incêndio** - O primeiro curso de formação de uma Brigada de Incêndio no Ministério Público do Maranhão foi realizado no dia 27 de novembro, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Na primeira turma, 21 servidores foram treinados pelo 1º Grupamento de Bombeiros Militar do Maranhão (1º GBM). Os integrantes dessa 1ª Brigada passarão por cursos de reciclagem periodicamente. Estão previstas para 2015, as formações de brigadas de incêndio das Promotorias de Justiça da Capital e de diversas promotorias no interior do Maranhão. Os treinamentos serão realizados nas cidades que contam com estrutura do Corpo de Bombeiros.
-
- **Discussão sobre segurança institucional** - No dia 9 de setembro, foi realizada uma reunião na Procuradoria Geral de Justiça para discutir temas ligados à questão da segurança institucional no âmbito dos órgãos que atuam no sistema de justiça do Maranhão. O foco principal da discussão foi a fragilidade dos aparatos de segurança das unidades judiciais, nas promotorias de justiça e até nas



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

delegacias de polícia, que coloca em risco membros e servidores do Ministério Público, Judiciário, advogados, defensores públicos, policiais e a sociedade em geral.

-
- **I Encontro Regional de Inteligência em Nível Estratégico, Tático e Operacional** - Foi promovido pelo Gaeco em parceria com a Escola Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (Gncoc) e destinado aos promotores de justiça e assessores do MPMA na Região Tocantina. Teve como tema “Investigação Criminal pelo Ministério Público – Técnicas de Investigação e Técnicas de Operação de Inteligência” e foi realizado no auditório do Fórum de Justiça de Imperatriz. A promotora de justiça e coordenadora do Gaeco do MPRN, Patrícia Antunes falou sobre as três fases do processo investigativo: a inicial, com a coleta e análise de informações e planejamento; a ostensiva, com a deflagração e o cumprimento de mandados judiciais; e a fase de conclusão, com a análise de novas informações e denúncias. O promotor de justiça Fabio Galindo, do MPMG, relatou várias experiências quanto à investigação e operações de inteligência.

•

• Reunião do GNCOC em São Luís

- O MPMA sediou em agosto/14 a reunião do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), que reúne integrantes de todos os Grupos de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaecos) do país. O objetivo do encontro foi o intercâmbio de informações e experiências.

- Na oportunidade o procurador-geral de justiça do Ministério Público de Roraima e coordenador nacional do GNCOC, Héverton Alves de Aguiar, parabenizou o Ministério Público do Maranhão pela valorização e investimentos realizados no Gaeco.

- Durante o encontro, a presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ), Eunice Carvalhido (procuradora-geral do Distrito Federal), e o presidente do GNCOC, Héverton Alves de Aguiar, acompanhado por membros do MPMA conheceram as instalações do Centro de Monitoramento Eletrônico, que integra o projeto de segurança institucional do MPMA.

- O coordenador do Gaeco, promotor de justiça Marco Aurélio Rodrigues, explicou o funcionamento do centro e a sua importância para a garantia da segurança de membros e servidores.

- O centro é dotado de alarme, DVR (gravador de vídeo digital), sensores de presença e controles com função de pânico. Todas as unidades do Ministério Público serão contempladas com serviços de monitoramento eletrônico, que estarão interligadas



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

à central. O custo total do projeto foi orçado em R\$ 2,355 milhões.

6 DIRETORIAS

-

- **6.1 Diretoria Geral**

-

- Tem trabalhado para descentralizar e tornar mais ágil a condução das atividades na esfera administrativa, ao tempo em que busca aperfeiçoar as rotinas internas da Procuradoria Geral de Justiça, tudo em prol de uma administração voltada para resultados que reflitam diretamente na qualidade das prestações dos serviços ministeriais.

- **Principais Atividades:**

-

-

-

-

-

-

-

-

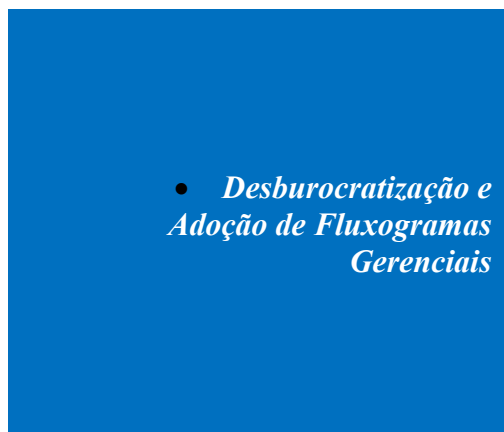
-

-

-

-

-



- Desburocratização dos processos, tornando-os mais céleres e eficientes, notadamente através do aperfeiçoamento das rotinas internas da PGJ, por meio da publicação de Ordens de Serviço que disciplinam algumas das principais rotinas das unidades administrativas da PGJ, contendo os respectivos fluxogramas. Todas as ordens de serviço estão disponíveis no link da Biblioteca no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- *Regulamentação de Concessão, Aplicação e Prestação de Contas e Adiantamentos para as Unidades Ministeriais*

- A partir de comissão instituída pela Diretoria Geral, após aprovação pela Administração Superior, foi publicado o Ato Regulamentar, disciplinando a concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, contendo os respectivos fluxogramas que tornaram o processo menos burocrático e mais célere.

-
-
-
-
-
-
-
-
-

- *Regulamentação de Concessão, Aplicação e Prestação de Contas e Adiantamentos para as Unidades Ministeriais*

- A partir de comissão instituída pela Diretoria Geral, após aprovação pela Administração Superior, foi publicado o Ato Regulamentar, disciplinando a concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, contendo os respectivos fluxogramas que tornaram o processo menos burocrático e mais célere.

-
-
-
-
-
-
-
-
-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- *Regulamentação do uso*
 - *da frota oficial*

- Disciplinamento do uso dos veículos oficiais de representação no âmbito do Parquet, por meio de publicação de Ordem de Serviço, cujo uso deve ser pautado para a satisfação exclusiva das finalidades da instituição no desempenho das atribuições de seus órgãos, assegurando probidade e transparência na gestão da coisa pública.

-
-
-
-
-
-
-
-

- *Manutenção de estruturas*
 - *físicas imobiliárias*

- Contratação de empresa especializada para realização dos serviços de manutenção predial, suprimindo as necessidades de reparo e manutenção das unidades ministeriais da capital e interior do Estado. Também houve a contratação de empresa especializada de segurança armada para a sede da PGJ, Promotorias da Capital e algumas Promotorias do interior do Estado, bem como a contratação de empresa para aquisição e instalação de equipamentos de segurança eletrônica (CFTV e alarme) nas unidades ministeriais.

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- *Valorização dos Recursos Humanos da Área Meio*

- Política de valorização dos servidores, mantendo-se um diálogo contínuo com as entidades representativas dos servidores (SINDSEMP e ASFUPEMA), de modo que todos os pleitos das referidas entidades de classe são encaminhadas para análise pela Administração Superior, resultado dos trabalhos da comissão instituída pela Portaria nº 1138/2013-GPGJ, presidida pelo Diretor-Geral e que objetiva a revisão e atualização do Plano de Cargos e Salários dos Servidores (Lei nº 8.077/2004).

- *Controle proativo das Unidades Gestoras e Setores Internos com reuniões de avaliação permanentes*

- A Diretoria Geral mantém como prática a realização de reuniões de trabalho com as diversas unidades gestoras da PGJ, com a finalidade de mantê-las sempre alinhadas com as diretrizes da Administração Superior e com as recomendações da Assessoria de Auditoria Interna.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- *Reestruturação do Datacenter*

- Na área de Tecnologia da Informação foram feitos grandes investimentos para aquisição de equipamentos de armazenamento de dados e processamento eletrônico, citando como exemplos a estruturação do DATACENTER, construção de sala cofre, aquisição de equipamentos de proteção elétrica (grupo gerador e Nobreaks de 20KVA), dentre outros.

-
-
-
-
-
-
-
-
-

- *Criação do Portal de Serviços Setoriais da Diretoria-Geral*

- Implantação do Portal Setorial da Diretoria Geral, acessado por meio da intranet do MP, contendo as principais informações e notícias de interesse dos membros e servidores relacionadas às ações da Diretoria Geral, tais como memorandos e ofício-circulares, atas de reunião, ordens de serviço, fluxogramas, termos de convênios e cooperação, recomendações e notificações. No referido portal existe a ferramenta “Fale conosco”, que representa um canal direto onde membros e servidores podem apresentar sugestões, críticas, opiniões, tudo com vistas à construção de um Ministério Público resolutivo e eficiente.

-
-
-
-
-
-
-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

-
-
-
-
-
-
-
-
-

- *Implantação de Identidade Visual das Unidades Ministeriais*

- Com o intuito de uniformizar os prédios das Promotorias de Justiça de entrâncias inicial e intermediária, concedendo identidade visual à Instituição, foi adotado o projeto padrão para a arquitetura das referidas Promotorias, tais como nos prédios das comarcas de São Bento, Governador Eugênio Barros, Pindaré-Mirim, Carutapera, Pio XII, Colinas e Maracaçumé.

- •
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- *Processo de permanente capacitação e valorização dos servidores*

- Como parte da política de capacitação dos servidores, a Procuradoria Geral de Justiça realizou nos dias 23 e 24 de outubro de 2014 o curso “Como planejar a contratação e estruturar o termo de referência para compras e serviços contínuos”, com carga horária de 16h, do qual participaram 30 servidores que atuam em vários setores das áreas administrativas da instituição.



- *Cooperação com a Sociedade Civil em ações de Sustentabilidade – Ecocemar – Descarte Racional de Dejetos*

- Teve início as tratativas junto à Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), visando a implantação do Projeto “Ecocemar”, no âmbito do MPMA, com a formalização de um convênio para se fazer um programa de educação ambiental. O convênio, que está previsto para ser executado inicialmente na Procuradoria Geral de Justiça e nas Promotorias da Capital, de Timon e de Imperatriz, visa o estabelecimento de coleta seletiva, com a disponibilização de containers para descarte correto de lixo. A proposta de parceria prevê ainda a realização de cursos e palestras destinados a membros e servidores ministeriais sobre a utilização correta da energia elétrica, bem como a respeito do manejo sustentável do lixo.





ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



- *Digitalização Documental*

- Para preservar as informações e manter viva a memória da Instituição foram digitalizados todos os dossiês funcionais dos membros e servidores do Ministério Público Estadual, conferindo maior segurança aos dados pessoais. Também foram catalogados em formato digital alguns processos, como os documentos das licitações da reforma da sede das Promotorias de Justiça e da construção da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça. A digitalização é fruto de parceria entre Procuradoria Geral de Justiça, por meio da Diretoria-Geral e da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca e a Secretaria de Estado de Gestão e Previdência.



- *Otimização da Gestão Patrimonial*

- Foi instituído o Ato Regulamentar nº 03/2014-GPGJ que regulamenta o controle patrimonial de bens móveis e imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão.



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

recebeu a visita de cortesia do comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Zanoni Porto, e do subcomandante, coronel João Nepomuceno. Os oficiais vieram acompanhados de mais sete coronéis e da equipe de comunicação da PM. Durante a visita, Zanoni Porto entregou à procuradora-geral de justiça o planejamento estratégico de 2014-2017, da Polícia Milícia do Maranhão.

-
- Inspeção do CNMP - A inspeção da Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público no Maranhão teve a abertura solene realizada no dia 2 de dezembro/14, na sede da Procuradoria da República, no bairro da Areinha. O evento contou com a participação do corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramuja Assad, que coordena a inspeção. Os trabalhos seguiram até o dia 5.
-
- Além de São Luís e demais municípios da Ilha (São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar), foram inspecionadas unidades do MP em Imperatriz, Açailândia, Timon, Caxias, Codó, Bacabal, Santa Inês, Pedreiras, Lago da Pedra e Pindaré-Mirim. O Maranhão foi a 23ª unidade da federação a ser inspecionada.
-
- No total participam da inspeção 43 pessoas, entre membros auxiliares, auditores e servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. O Ministério Público do Maranhão esteve à disposição do CNMP e assegurou irrestrito apoio aos integrantes da equipe da Corregedoria Nacional.
-
- Reunião da Administração Superior do MPMA com o SINDISEMP – No dia 28 de novembro de 2014, foi realizada uma reunião da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e membros da Administração Superior do Ministério Público do Maranhão com servidores da instituição. A reunião



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

atendeu a uma solicitação do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão (Sindsemp-MA).

•

b) Outras atividades institucionais

•

➤ Vitaliciamento - Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, presidida pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, realizada no dia 27 de novembro, na sala dos órgãos colegiados da Procuradoria Geral de Justiça, foram vitaliciados os promotores de justiça Laura Amélia Barbosa, recém-removida para a Comarca de Governador Nunes Freire, e Renato Ighor Viturino Aragão, da Comarca de São Raimundo das Mangabeiras.

•

➤ MPMA requer providências no combate a práticas discriminatórias contra nordestinos - O Ministério Público do Maranhão encaminhou, no dia 7 de outubro, à Procuradoria da República no Maranhão requerimento com pedido de providências diante da disseminação de práticas discriminatórias contra o povo nordestino em redes sociais. A notícia-crime apresentada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, encaminha em anexo documentos que com provam a conduta delituosa de vários usuários da rede social “tumblr”, participantes de um grupo denominado “Esses nordestinos...”. Nas várias postagens do referido grupo, os internautas fazem inúmeras afirmações de caráter discriminatório, principalmente relacionando o povo nordestino à pobreza e ao recebimento de benefícios sociais, usando de diversas ofensas.

•

➤ Implantação das Tabelas Unificadas. No mês de abril de 2014 foi realizado na sala do Colégio de Procuradores, o primeiro workshop das Tabelas Unificadas promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com apoio da Secretaria para Assuntos Institucionais



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

(SECINST).

-
-
- c) **Coordenação de Estágio Curricular**

- A SECINST coordenou o estágio curricular na forma do Regimento Interno, tendo no ano de 2014 assinado 19 termos de estágio dentro da Instituição e assinado e/ou renovado termos de Cooperação Técnica com as Faculdades FAMA, ENSINO ATENAS MARANHENSE LTDA, CEAMA/FAMA, FACULDADE PITAGORAS- SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA, FACULDADE SANTA TEREZINHA E UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, proporcionando assim um campo maior de atuação para os estagiários.

-
-
-
-

- **6.2.3 Parcerias Institucionais/Convênios**

- Em 2014 foram firmados os seguintes Termos de Cooperação Técnica e Protocolos de Intenções:

- **Termo de Cooperação Técnica e Científica nº 02/2014**, de 21 de agosto de 2014, celebrado entre o Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região e o Ministério Público do Estado do Maranhão/Procuradoria Geral de Justiça, visando articulação e a interação das Partes para atuação em conjunto com vista à prevenção de acidentes do trabalho, proteção e defesa do trabalhador no meio urbano e rural.
-
- **Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2014**, de 30 de abril de 2014, celebrado entre o Ministério da Justiça(MJ), por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), com o Ministério Público do Estado do Maranhão, com o objetivo de conjugação de esforços dos partícipes no sentido de desenvolvimento de uma política de resolução apropriada de disputas, contemplando a realização de cursos de sensibilização, cursos de



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

aperfeiçoamento em técnicas e outros cursos de mediação, conciliação e negociação de conflitos, a publicação de materiais pertinentes e a promoção de uma cultura de harmonização social.

-
- **Protocolo de Intenções celebrado entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e o Ministério Público Federal**, através da Procuradoria da República no Estado do Maranhão tem por objetivo estimular a implantação do Projeto “Ministério Público pela Educação” (MPEDUC) em municípios do Estado do Maranhão, mediante a atuação conjunta entre Promotores de Justiça e Procuradores da República.
-
- **Convênio de Cooperação BCB/CNMP nº 01/2014**. Com a assinatura do Termo de Adesão ao Convênio de Cooperação Institucional Celebrado entre o Banco Central do Brasil e o Conselho Nacional do Ministério Público, o MPE/MA passa a ter acesso às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação BCB/CNMP Nº 01/2013.
-
- **Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a PRF** - A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou Termo de Cooperação Técnica com a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão, que possibilita aos policiais rodoviários a confecção de termos circunstanciados de ocorrência e boletins de ocorrência ao longo das rodovias federais no Maranhão.
-
- **Assinatura de Termo de Cooperação Técnica para Criação de Núcleo de Mediação Comunitária** - O Ministério Público do Maranhão e a União de Moradores do Sol e Mar (Unimar) firmaram Acordo de Cooperação Técnica para o funcionamento do Núcleo de Mediação Comunitária do Ministério Público, no bairro Sol e Mar/Vila Luizão. O Acordo de Cooperação Técnica



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

prevê a instalação, manutenção e funcionamento do Núcleo de Mediação sob supervisão do Ministério Público do Maranhão.

- **6.2.4 Atuação na área da Tecnologia da Informação**

- A SECINST atuou em parceria com a CMTI e Diretoria Geral na implantação do Sistema de Integrado do Ministério Público (SIMP) destinado a área fim; Sistema de Tramitação Virtual de Documentos, Requisições e Processos Administrativos (DIGIDOC) e treinamento dos servidores e membros do Ministério Público do Estado para utilização dessas ferramentas tecnológicas.

-

- **Sistema de Integrado do Ministério Público (SIMP)**

- O Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) é uma ferramenta para o controle e movimentação de processos judiciais e extrajudiciais, que foi adotado pelo Ministério Público do Maranhão em 2014.
- Este sistema permitirá uma grande economia de papel, interoperabilidade de informações e celeridade no acesso aos dados, além de estar de acordo com a Resolução nº 63/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que prevê a implantação de tabelas unificadas, padronizando a nomenclatura jurídica e administrativa usada em todas as unidades do Ministério Público brasileiro.
- O SIMP integrará os dados do Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça e da Secretaria de Segurança Pública, permitindo o acesso imediato, por meio da internet, às informações destas instituições. Também irá gerar mapas estatísticos para a Corregedoria Geral do MPMA e para o CNMP.
- Na 1ª fase o sistema foi implantado em 119 Promotorias de Justiça da Capital, 06 na Comarca de São José de Ribamar, 03 em Paço do Lumiar, 01 na Raposa, 19 em Imperatriz, 10 em Timon e nas 31 Procuradorias de Justiça, com a realização de capacitações e treinamentos para membros e servidores. Também foram capacitados servidores e assessores dos setores de protocolo da PGJ e Diretoria da Capital, Centros de Apoio Operacional (CAOps), Assessoria Especial e técnica.
- Para facilitar o acesso ao cidadão acerca das informações produzidas na Instituição foram criadas ferramentas para consulta dos processos cadastrados no SIMP - SIMPWEB.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- A ferramenta é um modelo adquirido pelo Ministério

Público do Mato Grosso e foi adotado pelo MPMA por conta da eficiência da plataforma.

- **Sistema Digidoc**

- O Sistema de Tramitação Virtual de Documentos, Requisições e Processos Administrativos (Digidoc) foi apresentado no dia 18 de dezembro de 2014, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, para membros e servidores da instituição, e entrará em funcionamento em 2015. O objetivo é substituir a tramitação manual e física de todos os procedimentos administrativos pela via digital.

requisições, memorandos e processos administrativos será feita pelo Digidoc. O sistema foi cedido para o Ministério Público do Maranhão por meio de Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça, assinado em julho de 2013.

- O cadastro e acompanhamento de todas as

- No início do processo de implantação do Digidoc, todos os procuradores, os coordenadores de cada setor e um servidor indicado receberão, após treinamento, o certificado digital, para o acompanhamento dos procedimentos administrativos.

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

- **7. Programas Institucionais**

- Em 2014, a SECINST apoiou e monitorou a execução dos Programas Institucionais desenvolvidos pela Instituição ministerial nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública e o Programa do Memorial do Ministério Público, conjuntamente com os Centros de Apoio Operacional das respectivas matérias, bem como das Campanhas Institucionais, junto com a Coordenadoria de Comunicação.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

•

• **Educação de qualidade: direito de todo maranhense**

•

• **Objetivo:**

- Exigir o cumprimento do direito à educação de qualidade em todos os níveis, considerando acesso e permanência com sucesso, combatendo à evasão escolar, garantindo transporte e alimentação escolares adequados, especialmente entre as crianças e adolescentes.

•

• **Parceiros:**

- Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, MEC, Escola de Formação de Governantes do Maranhão (EFG-MA), Controladoria-Geral da União-Regional Maranhão (CGU/MA), UNICEF, Conselho Regional de Nutrição-Regional Nordeste (CRN/NE), Vigilância Epidemiológica Sanitária Estadual, Organização Mundial da Primeira Infância (OMEPI/MA), Ministério Público de Contas, Ministério Público Federal, Detran, dentre outros.

•

• **Descrição do Trabalho:**

- O Programa prevê a realização de Encontros Regionais de Educação, com a produção de diagnóstico da realidade educacional local e planejamento de ações para superação das iniquidades identificadas. Em seguida são estabelecidos Compromissos de Ajustamento de Conduta para melhoria dos indicadores educacionais dos municípios maranhenses. O programa também propõe a criação de um Banco de Dados alimentado pelos promotores de justiça a partir dos TAC's e a implementação de um Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação, para acompanhar a evolução dos indicadores elencados, inicialmente em quatro dimensões: Transporte escolar, Alimentação escolar, Qualidade da Educação (melhoria da infraestrutura e fortalecimento dos Conselhos de Políticas Públicas) e Educação Infantil.

•



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- **Principais resultados:**

- Realizados 02 (dois) Encontros Estaduais do Ministério Público na área da Educação em parceria com o Ministério da Educação (MEC);
- 01 (um) Encontro Regional na Comarca de Pedreiras/MA;
- Na segunda fase, serão realizadas audiências públicas nas comarcas que participaram do Encontro Regional de Pedreiras, para discussão da situação da educação local e proposição de assinatura de TACs. Ao longo de 2015, serão retomados os Encontros Regionais, seguidos das audiências públicas.
- Até o momento, participaram 957 pessoas entre estudantes, professores, secretários municipais de Educação, prefeitos, vereadores, gestores escolares, conselheiros tutelares e de educação, promotores de justiça e representantes da sociedade civil, dos dois seminários e um encontro regional sobre a temática, de mais de 150 municípios maranhenses.

-

- **Direito à Saúde: prevenção, controle e combate à corrupção?**

-

- **Objetivo:**

- Atuar promovendo interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, segmentos em organizações das sociedade civis e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações de serviços de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.

-

- **Parceiros:**

- Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Saúde, Centro de Apoio Operacional da Saúde, segmentos sociais com atuação na defesa da saúde, incluindo os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, gestores em saúde pública, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM-MA), Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MA) e Conselho Regional de Odontologia (CRO-MA), UNASUS/UFMA, ESMP, MS, DATASUS.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

-
- **Descrição do Trabalho:**
 - 1ª) Realização de Encontros Regionais de Saúde envolvendo membros e servidores do Ministério Público, segmentos sociais com atuação na defesa da saúde, incluindo os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, gestores em saúde pública, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM-MA), Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MA) e Conselho Regional de Odontologia (CRO-MA) e a fiscalização a prestação dos serviços delineados no Anexo I da Resolução CIB/MA nº 47/2011 e propor a pactuação de Termos de Ajuste Sanitário (TAS), Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Audiências Públicas, Recomendações e Proposição de Ações Cautelares e Ações Cíveis Públicas (ACPs) para resolução dos problemas. 2ª) Realização de cursos de qualificação nas modalidades de especialização, aperfeiçoamento e extensão presenciais e à distância, para membros e servidores do Ministério Público, além de conselheiros de saúde, gestores e demais agentes sociais com atuação na área da saúde, com apoio da Escola Superior do Ministério Público (ESMP). 3ª) Realização de uma campanha de combate à corrupção na Saúde, visando o fomento à boa governança na área da saúde, com a produção de materiais de mobilização social, como cartilhas, voltados para o aumento da transparência pública e a participação do cidadão no auxílio ao controle social e combate às irregularidades.
-
- **Principais resultados:**
 - 02 (dois) Encontros Regionais de Saúde (Imperatriz e Caxias) realizados, reunindo mais de 500 pessoas, de 40 municípios, sendo: 25 Promotores de Justiça; 60 Gestores de Saúde; 415 Conselheiros Municipais de Saúde;
 - 01 (uma) Oficina sobre Sistemas de Informação do SUS, em Imperatriz/MA, reunindo 8 (oito) Promotores de Justiça, 8 (oito) servidores e 42 (quarenta e dois) Conselheiros de Saúde;
 - Inspeções em Hospital de Alta Complexidade e recomendação para solução de problemas identificados;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Promotoria de Caxias e a Prefeitura Municipal para reforma de 28 postos de saúde;
- Envio de minuta de Recomendação aos Promotores de Justiça com atuação na matéria, solicitando a elaboração de Portaria Municipal para implantação da REMUNE;
- Criação de mais uma Promotoria Especializada de Defesa do Direito à Saúde em São Luís, capital do Estado.

-
- **Controle e fiscalização dos Sistemas de Segurança pública e Penitenciário do Estado**

-
- **Objetivo:**

- Exigir o cumprimento do direito à Segurança Pública e o cumprimento da Lei de Execução Penal (LEP) e garantia dos direitos humanos com a humanização dos presídios.

-
- **Parceiros:**

- Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na área Criminal, Centro de Apoio Operacional Criminal, membros e servidores do MP/MA, organizações da sociedade civil, órgãos colegiados de controle social (conselhos municipais de Segurança Pública.), instituições públicas, universidades, alunos, professores, igrejas, clubes de serviço, gestores escolares e de saúde, policiais militares e civis, secretarias Estaduais, Prefeituras, Câmaras Municipais, Secretarias Municipais, Conselhos de classe, dentre outros.

-
- **Descrição do Trabalho:**

- Realização de 02 (duas) grandes linhas de trabalho, que serão os momentos ideais de execução da lógica da negociação. A primeira linha de ação será a realização de ENCONTROS REGIONAIS SOBRE O SISTEMA DE SEGURANÇA, num fórum de discussão sobre o Sistema de Segurança Pública do Estado, modelo, estrutura, concepção, ações a serem adotadas pelo Ministério Público e a segunda linha de ação será FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA, com adoção de medidas judiciais, TACS, fiscalização das estruturas físicas e de pessoal, acompanhamento das



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

ações interpostas, dentre outras medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

•

• **Principais resultados:**

- Mutirão Carcerário;
- Projeto de revisão de processos de presos em Imperatriz;
- Diagnóstico de estabelecimentos penais de São Luís;
- Inspeção do Ministério Público na penitenciária feminina de São Luís;
- Inspeção do Ministério Público na CCPJ do Anil;
- Inspeção do Ministério Público no Complexo Penitenciário de Pedrinhas;
- Investigação de denúncias de violência sexual dentro dos presídios;
- Reunião entre os governos Estadual e Federal para a resolução da crise no sistema penitenciário com a participação do Ministério Público;
- Termo de Compromisso assinado por representantes do CNJ, TJMA, MPE e DPE com propostas entregues ao Governo do Estado do Maranhão para a melhoria dos presídios e das unidades de internação do Estado;
- Interposição de Ações Cíveis Públicas para a interdição de Delegacias de Polícia Civil na capital e no interior do Estado;
- Reunião para discussão da situação dos estabelecimentos prisionais: PGJ e SEJAP;
- Mapeamento de todas as Ações Cíveis Públicas interpostas pelo MPMA na área da Segurança Pública.

•

• **Programa Memória Institucional (PMMP)**

•

• **Objetivo:**

- Resgatar, guardar, preservar e divulgar, por meio de ações e publicações, a trajetória do Ministério Público do Estado do Maranhão.

•

• **Parceiros:**

- Procuradoria-Geral de Justiça, Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Maranhão, Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, CAOp/Infância e Juventude.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

-
- **Descrição do Trabalho:**
 - O Memorial do MPMA está situado no andar térreo do prédio onde funciona a 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor da Capital, na Rua Nilton Prado, nº 53 – Centro Histórico de São Luís. Fica aberto no horário comercial e recebe visitantes (pesquisadores, estudantes, turistas entre outros) para conhecer a trajetória histórica do MPMA desde sua fundação até os dias atuais, por meio de exposição de acervo composto por publicações, fotografias, vídeos, mobiliário e demais objetos que retratam o *Parquet*. O programa desenvolvido pelo MPMA também trabalha na guarda, preservação e apresentação do acervo histórico do Memorial. Possui uma Comissão Gestora coordenada pelo procurador de justiça, Dr. Teodoro Peres Neto, e conta com o apoio da Administração Superior do MPMA e da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, que atua na secretaria das atividades.
-
- **Principais resultados:**
 - a) Projeto “*A Criança no Memorial do MPMA*” (novembro de 2014), através do convite às seguintes escolas públicas:
 - Unidade Integrada Sotéro dos Reis: participação de 30 alunos do ensino fundamental;
 - Colégio Liceu Maranhense: participação de 26 alunos do ensino médio.
 - b) Atendimento personalizados a 452 visitantes do Memorial do MPMA, entre os meses de janeiro a dezembro de 2014, incluindo autoridades, comunidade local e de outros Estados;
 - c) Continuação das pesquisas históricas e transcrições referentes aos volumes da série “*Correspondência Ativa dos Promotores Públicos*” no período de 1872-1892 e ulterior produção de Índice Onomástico, pela Historiadora-Assessora e estagiários do Programa Memória junto ao Arquivo Público do Estado do Maranhão;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- d) Participação do Promotor de Justiça, Dr. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, representando a Comissão Gestora do Programa Memória Institucional no *V Encontro de Memoriais do Ministério Público*, realizado na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas, nos dias 24 e 25 de setembro de 2014.

8. Campanhas Institucionais

Foram iniciadas quatro campanhas institucionais com a participação da Coordenadoria de Comunicação: *Maria da Penha em Ação*, *Trânsito Seguro* e *Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?*



- a) **Maria da Penha em Ação:** Idealizada pelas 15ª e 16ª Promotorias Especializadas na Defesa da Mulher de São Luís, a campanha tem como objetivo conscientizar sobre a prevenção da violência doméstica, com foco nas instituições de ensino, e contribuir para a erradicação deste tipo de violência. Para a campanha foram desenvolvidas as seguintes peças: identidade visual, cartaz, folder, cartilha, banner impresso, banner eletrônico, camisa e vídeo.

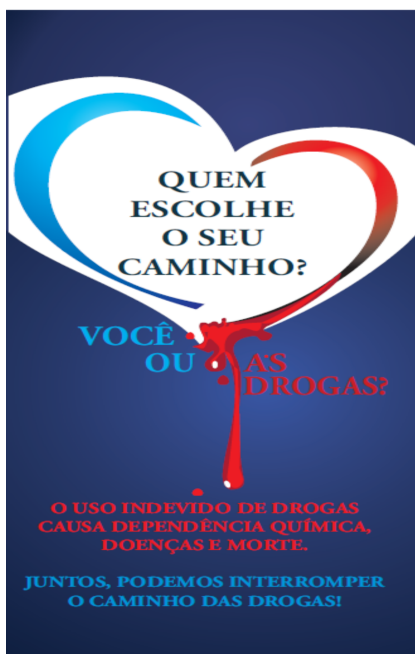


- b) **Trânsito Seguro:** A campanha foi feita por meio de mobilização nas emissoras de rádio e TV, blitzen educativas e distribuição de material publicitário: cartazes, folders e adesivos. Também foi promovido um



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

passeio ciclístico no município de Imperatriz. Entre os órgãos e instituições parceiras do projeto estão a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Secretarias Municipais de Trânsito e de Educação.



- c) Campanha “Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?” – Esta é uma campanha idealizada pela 11ª Promotoria Especializada de Substituição Plena, com o objetivo de prevenir e combater as drogas, visando despertar uma reflexão sobre a problemática e suas implicações na vida familiar e social. Outra finalidade é contribuir para a diminuição da criminalidade, consistindo em palestras e concursos de desenhos e poesias em escolas públicas municipais e estaduais de São Luís.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



Campanha “AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO –

Compromisso com a cidadania”. Para reafirmar o compromisso de combater a corrupção no Maranhão, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça deflagraram a campanha com o objetivo de reforçar as atuações dos dois

órgãos, denunciando e julgando ações em combate ao desvio de verbas públicas e à prática de atos de corrupção e de improbidade administrativa. São pautadas nas comarcas e varas da Justiça estadual, audiências de processos de improbidade administrativa; ajuizadas pelo MP, Ações Cíveis Públicas por ato de improbidade administrativa; emissão de

Recomendações e oferecimento de Denúncias por práticas criminosas, além de palestras em comunidades.

-
-
-
-
-
-
-
-
-

f) **Campanha Interinstitucional: Natal do MPMA.** As atividades foram iniciadas oficialmente, em 14 de novembro, pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, que recebeu representantes da Diretoria Regional dos Correios e escolheu a Unidade de Educação Básica Dr. Oliveira Roma. A escola da rede municipal de ensino, localizada no bairro Recanto dos Vinhais, foi contemplada com a adoção de 251 cartas. Ainda como parte da programação de Natal, também foi contemplada a escola comunitária do Movimento de Mulheres da Vila Dom Luís, na área Itaqui-Bacanga. Foram adotadas 112 cartas de crianças. A entrega na primeira escola, UEB Dr. Oliveira Roma, foi realizada no dia 18 de dezembro. Já a segunda escola recebeu os presentes no dia 23 de novembro. Ao todo, foram arrecadados 500 presentes, 137 além das cartas com pedidos das escolas. Por esse motivo, uma parte dos presentes extras também foi doada para os filhos dos funcionários terceirizados da Procuradoria Geral de Justiça.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

-
-

- **9. Banco de Projetos do CNMP**

- O Banco Nacional de Projetos é uma ferramenta da Ação Nacional, responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Seu objetivo é possibilitar que cada unidade do Ministério Público, ao inscrever seus projetos, possa dar ampla publicidade às suas atividades de sucesso, as quais podem ser replicadas em todo o território nacional, havendo interesse. Além disso, o Banco Nacional de Projetos é importante fonte de memória de um trabalho amplo e eficaz realizado em todo o território nacional, estando disponível a todos no link <http://bancodeprojetos.cnmp.mp.br>.

- O Ministério Público do Maranhão foi contemplado pelo Prêmio CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) em duas categorias, durante a cerimônia de abertura do 5º Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em Brasília, no mês de outubro. O evento aconteceu no Hotel Royal Tulip com a participação de membros e servidores dos MPs de todo o Brasil.

- Na categoria Comunicação e Relacionamento, o projeto "**Judicialização da Saúde: o Ministério Público na reconstrução das políticas públicas**", idealizado e coordenado pelo titular da 4ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública de São Luís, Nacor Paulo Pereira dos Santos, obteve o 2º lugar. Já o projeto "**Conte até 10 – Esporte nas escolas**", efetivado pelo promotor de justiça Marco Antonio Santos Amorim, da Comarca de Santa Inês, ficou em 5º lugar, na categoria Indução de Políticas Públicas. Ao todo, foram analisados 655 projetos de todo o Brasil e quarenta foram premiados.

- A Secretaria para Assuntos Institucionais em conjunto com a Assessoria de Planejamento Geral foram os responsáveis pela divulgação do Banco de Projetos - iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público – entre os membros e servidores do *Parquet* maranhense, que culminou na inscrição de 19 (dezenove) projetos do *Parquet* maranhense nos últimos dois anos, com a premiação de dois deles, em 2014.

-

- **9.1 Projetos Premiados em 2014**

-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- **Judicialização da saúde: o Ministério Público na reconstrução das políticas públicas**

-
- **Categoria: COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO**
- **Gestor: Nacor Paulo Pereira do Santos – promotor de Justiça**
- **Premiação: 2º lugar**
-



- Esse projeto visa ao aprimoramento das políticas públicas para evitar a

judicialização da saúde na busca de soluções políticas que minimizem os custos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo central é garantir os direitos das pessoas por meio de ações preventivas e proativas, constituídas em parcerias com outras instituições. Evitar as aquisições de produtos e serviços de saúde sem licitação, na esfera da judicialização, que se baseiam em urgência pela

preservação da saúde e da vida humana na ausência de políticas públicas adequadas são outros objetivos. Pretende-se também que o SUS incorpore os pacientes atendidos pela judicialização da saúde nos mecanismos de controle, para acompanhamento do tratamento e coleta de dados estatísticos voltados para o aprimoramento dessas políticas.

- As ações implementadas pela Promotoria de Justiça são promovidas para a prestação de contas dos recursos utilizados no custeio dos produtos e dos serviços de saúde, para utilização de parâmetros razoáveis nas condenações por danos materiais e morais e para a exclusão ou a redução de multas aplicadas no cumprimento de decisões judiciais.
- Alguns dos resultados são: coleta de dados estatísticos; manifestações processuais com parâmetros razoáveis de condenação e não de aplicação de multa diária; processos com indícios de crime organizado; acompanhamento de dezenas de processos judiciais envolvendo a judicialização da saúde.

-
-



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



- **Projeto Conte até 10 – esporte nas escolas**
- **Categoria: INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**
- **Gestor: Marco Antonio Santos Amorim – promotor de Justiça**
- **Premiação: 5º lugar**
-
- O projeto Conte Até 10 – esporte nas escolas mobiliza

crianças e adolescentes para que, por meio do esporte, busquem melhorar suas condições sociais, não praticando atos de violência e percebendo que a vida pautada em delitos não vale a pena, estruturando-a com dignidade. O projeto se desenvolve em ambiente escolar no turno contrário ao das aulas, tendo sido escolhido um dos bairros mais pobres, violentos e com alta incidência de tráfico de entorpecente da cidade de Santa Inês. Funciona no sistema de apadrinhamento/amadrinhamento por pessoas da comunidade, por meio de contribuição mensal.

- Visa a agir preventivamente, fazendo com que o público-alvo, através do esporte, desvie-se do caminho do álcool, das drogas e da prática de atos infracionais. Entre as ações desenvolvidas, estão o acompanhamento individual dos alunos, detalhando as condições familiares, escolares e sociais; a evolução do histórico escolar (os alunos precisam atingir, no mínimo, a nota sete em todas as matérias); a participação em competições estaduais, regionais e nacionais; o não consumo de bebidas etílicas, cigarros ou entorpecentes; a divulgação do projeto na página das Promotorias de Justiça de Santa Inês no Facebook e em TVs.
- Vários resultados positivos já foram identificados: fortalecimento dos vínculos familiares; melhor rendimento escolar; evolução na prática esportiva (alguns já venceram competições locais e regionais); maior envolvimento dos pais e dos alunos com o ambiente escolar; o não uso de substâncias entorpecentes; a não prática de atos infracionais; a consolidação do Ministério Público como transformador social.

• **9.2 Lista dos Projetos do MPMA inscritos no Banco de Projetos do CNMP até 2014**

- **Projeto: Maria da Penha em Ação**
- **Objetivo:** Sensibilizar a sociedade sobre a violência doméstica vivenciadas pelas mulheres, para que tenhamos cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres.
- **Responsável:** Selma Regina Souza Martins - Promotora de Justiça.
- **Unidade:** 15ª Promotoria de Justiça na Defesa da Mulher.
-
- **Programa Contas na Mão**
- **Objetivo:** Combater a improbidade administrativa e defender o patrimônio público, social,



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- histórico e cultural.
- **Responsável:** Fabíola Fernandes Faheína Ferreira - Promotora de Justiça e Secretária para Assuntos Institucionais.
 - **Unidade:** Procuradoria Geral de Justiça.
 -
 - **Estação MP**
 - **Objetivo:** Fortalecer a comunicação institucional.
 - **Responsáveis:** Johellton Gomes e Francisco Colombo – Jornalistas.
 - **Unidade:** Coordenadoria de Comunicação Social da PGJ-MA.
 -
 - **Informativo em Dia**
 - **Objetivo:** Fortalecer a comunicação institucional.
 - **Responsáveis:** Adriano Costa Rodrigues – Jornalista / Lucina Macedo Medeiros – Publicitária.
 - **Unidade:** Coordenadoria de Comunicação Social da PGJ-MA.
 -
 - **Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante: Garantindo acesso aos cidadãos e cidadãs maranhenses**
 - **Objetivo:** Facilitar o diálogo do cidadão com o Ministério Público.
 - **Responsável:** Vicente de Paulo Silva Martins - Promotor de Justiça.
 - **Unidade:** Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante.
 -
 - **Projeto Planos Diretores**
 - **Objetivo:** Zelar pela defesa e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
 - **Responsável:** Luís Fernando Cabral Barreto Júnior - Promotor de Justiça e Coordenador do CAOUMA.
 - **Unidade:** Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do MPMA.
 -
 - **Superando Barreiras**
 - **Objetivo:** Aperfeiçoar o sistema prisional e as medidas alternativas.
 - **Responsáveis:** Fernanda Helena Nunes Ferreira - Promotora de Justiça Titular da 31ª Promotoria de Justiça Especializada / Ana Margarida Barbosa Santos - Assistente Social.
 - **Unidade:** 6ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude (Execução de Medidas Socioeducativas).
 -
 - **Projeto Acolher**
 - **Objetivo:** Aperfeiçoar o sistema prisional e as medidas alternativas.
 - **Responsável:** Fernanda Helena Nunes Ferreira - Promotora de Justiça Titular da 31ª Promotoria de Justiça Especializada / Ana Margarida Barbosa Santos - Assistente Social.
 - **Unidade:** 6ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude (Execução de Medidas Socioeducativas).
 -
 - **Trança Ativa**
 - **Objetivo:** Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral.
 - **Responsável:** Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça.
 - **Unidade:** 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.
 -
 - **Artistas na escola**



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- **Objetivo:** Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral.
- **Responsável:** Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça.
- **Unidade:** 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.
-
- **Chá com os artistas**
- **Objetivo:** Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral.
- **Responsável:** Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça.
- **Unidade:** 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.
-
-
- **Projeto Ghandi**
- **Objetivo:** Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral.
- **Responsável:** Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça.
- **Unidade:** 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.
-
- **Conte até 10 - Esporte nas Escolas**
- **Objetivo:** Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral.
- **Responsável:** Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça.
- **Unidade:** 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.
-
- **Judicialização da Saúde: o Ministério Público na reconstrução das políticas públicas**
- **Objetivo:** Atuar de forma proativa, efetiva, preventiva e resolutiva, respeitando as competências constitucionais.
- **Responsável:** Nacor Paulo Pereira dos Santos - Promotor de Justiça.
- **Unidade:** 12ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Luís.
-
- **Demandas de valores elevados: segurança do patrimônio financeiro das Fazendas Públicas à vista do MP**
- **Objetivo:** Fomentar a cultura de resultados.
- **Responsável:** Nacor Paulo Pereira dos Santos - Promotor de Justiça.
- **Unidade:** 12ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Luís.
-
- **Trânsito Seguro, Direito de Todos**
- **Objetivo:** Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral.
- **Responsável:** Alessandro Brandão Marques, Promotor de Justiça.
- **Unidade:** 7ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz/MA.
-
- **Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça**
- **Objetivo:** Assegurar o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno.
- **Responsável:** Sandra Soares de Pontes - Promotora de Justiça da Comarca de Pedreiras.
- **Unidades:** Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação e da Infância e Juventude, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação.
-
- **Programa Institucional "Direito à Saúde: Prevenção e Combate à Corrupção"**



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- **Objetivo:** Assegurar o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno.
- **Responsável:** Francisco das Chagas Barros de Sousa - Procurador de Justiça e coordenador do CAOp/Saúde.
- **Unidade:** Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Saúde, Centro de Apoio Operacional da Saúde.
-
- **Programa Interinstitucional "Educação de qualidade: Direito de Todo Maranhense"**
- **Objetivo:** Assegurar o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno.
- **Responsável:** Paulo Silvestre Avelar Silva - Promotor de Justiça Titular da 4ª Promotoria Especializada de Defesa da Educação.
- **Unidade:** Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação e da Infância e Juventude, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação.

-

10. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOPS)

- - Os centros de apoio operacional são órgãos auxiliares do Ministério Público com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades. Também incumbe aos centros a promoção do intercâmbio e integração entre os órgãos de execução com atribuições comuns, visando inclusive a uniformização das atividades desenvolvidas no enfrentamento de demandas similares. Além disso, cabe aos centros estabelecer intercâmbio permanente com entidades públicas e privadas que atuem em áreas afins à dos centros de apoio.

-

- **10.1 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO/UMA)**

-

- Em 2014 o CAOUMA concentrou suas atividades nas prioridades do planejamento estratégico, tanto no desempenho de atividades conjuntas sobre o cumprimento da lei de política nacional de resíduos sólidos quanto na formação de grupo temáticos de atuação de Promotores de Justiça continuou a atender as demandas dos órgãos de execução para o desempenho de suas atividades típicas.

-

- **7.1.1 Principais Atividades desenvolvidas em 2014**

-

- **1. Tema: Pesca e fauna**

- Em **24 de fevereiro de 2014** foi realizada a primeira reunião temática com a presença de 20 (vinte) promotores de justiça, que tratou da atuação do MPMA com relação à **preservação da fauna silvestre e doméstica e da repressão aos crimes de pesca ilegal**. Como resultado dessa reunião foi criado o Grupo Especial de Defesa da Fauna – GEDEF-MA.

- Dias **14 e 15 de abril de 2014** foram realizadas visitas técnicas aos Hospital Veterinário, ao Centro de Triagem de Animais Silvestres e ao Centro de Controle de Zoonoses pelos integrantes do GEDEF-MA.

-

- **2. Tema: Resíduos Sólidos**

- No dia **31 de março de 2014** foi realizada reunião com a presença de 19 (dezenove) promotores de justiça e da qual foi criado o **Grupo de Saneamento Ambiental do MPMA**, instituído pela Portaria 3138/2014 da Procuradora-Geral de Justiça. O grupo é formado por 05 (cinco) Promotores de Justiça.

- No dia **27 de maio de 2014** foi realizada uma oficina de trabalho sobre a inclusão social de catadores, visando o cumprimento da Lei nº12.305/2010.

- Nos dias **24 e 25 de julho de 2014** foi realizado o **Seminário sobre Resíduos Sólidos** com a presença de 48 promotores de justiça e outros 30 (trinta) integrantes de outras instituições correlacionadas ao tema.

- Resultados da oficina de trabalho e do seminário: deflagradas ações civis públicas contra 71 (setenta e um) municípios do Maranhão visando a instalação de equipamentos de Disposição Final Ambientalmente Adequada em cumprimento à Lei nº12.305/2010.

-

3. Outras atividades desenvolvidas:

- - O CAO-UMA respondeu a solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental, foram remetidas informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência por e-mail, incluindo 01 (uma) cartilha sobre Encerramento dos lixões e inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis.
 - Foram elaborados 12 (doze) pareceres técnicos e 04 (quatro) laudos periciais atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias. A maioria dos pareceres técnicos atenderam Promotores de Justiça em comarcas do interior do Estado do Maranhão.
 - Os técnicos do CAOUMA realizaram 04 (quatro) vistorias em comarcas do interior do Estado para a elaboração de pareceres técnicos, em Vitória do Mearim, Esperantinópolis, São Roberto e São Raimundo do Doca Bezerra.

4. Grupos e Fóruns de atuação do CAOUMA:

- - Conselho Nacional dos Centros de Apoio de Meio Ambiente e Urbanismo;
 - Comissão Permanente de Meio Ambiente – COPEMA, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça.

5. Metas para 2015:

- - Manutenção e melhoria do conteúdo da página do Centro de Apoio Operacional;
 - Implementação e remodelação dos projetos de resíduos sólidos, sistemas municipais de meio ambiente e municipalização da gestão cultural;
 - Estruturação e planos de ação específicos para o GEDEF e para o Grupo de Saneamento Ambiental;
 - Assegurar maior participação de membros do MPE em seminários e congressos de meio ambiente realizados no Brasil;
 - Implantação do Fundo Estadual de Interesses Difusos Lesados.

• 10.2 - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOP/IJ)

1. Realização de eventos formativos, mobilizações e articulações:

- - Articulação do Fórum Estadual sobre Transparência, Controle Social e Políticas Públicas, em parceria com a Rede de Gestão Ambiental do Maranhão (Regeama);
 - Treinamento aos novos Promotores(as) de Justiça, sobre as atribuições do CAOP/IJ e o papel do Ministério Público dentro do Sistema de Garantias de Direitos para efetivação da prioridade absoluta, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescentes;
 - Realização da Campanha “**Violência Sexual Deixa Marcas!**”, uma iniciativa do Ministério Público do Maranhão em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA), entre outras organizações, por meio de ações de mobilização social

na capital e diversos municípios maranhenses em alusão ao “18 de Maio” - Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O CAOp/IJ forneceu às promotorias materiais da campanha (panfletos, cartazes, camisas, cartilhas e banners) para fortalecer as ações municipais.

- Oficina de Escuta Especial para crianças e adolescentes vítimas de violência/abuso sexual, atividade da campanha '18 de Maio — Dia Nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes', realizada no dia 09/05/2014, no Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça do MP/MA, ministrada pelos médicos/psiquiatras Dra. Angelita Maria Ferreira Machado Rios e Dr. Luis Roberto Benia, com público-alvo membros e servidores que lidam com a problemática, além de convidados interessados de instituições parceiras.
- Sessão Especial em homenagem ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, dia 15/05/14, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa e com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA).
- Reuniões sobre a situação das crianças indígenas no Maranhão, para discutir o sub-registro civil e situação de mendicância na BR 226;
- Articulação com o CAOPEDU sobre irregularidades no transporte escolar.

•

2. Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão:

- Emissão de Notas Técnicas;
- Divulgação de Recomendações sobre assuntos atinentes à infância e juventude elaboradas pelas Promotorias de Justiça do Maranhão;
- Elaboração do CAOPIJ INFORMA, serviço diário de envio de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos, via e-mail.

•

3. Temáticas sensíveis em que o CAOp/IJ atua sistematicamente:

- **Disque 100** O CAOP/IJ é o responsável por receber e encaminhar às Promotorias de Justiça denúncias de violência contra crianças e adolescentes, via sistema informatizado (SONDHA), proveniente do Disque 100 da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH).

•

- **Medidas Socioeducativas no Maranhão.** O CAOP/IJ levantou as ações judiciais de lavra das Promotorias atuantes na área, que resultaram em interdições e acordos para melhoria no atendimento, entre outras; elaborou minuta de Ação Civil Pública por dano moral coletivo, tendo por objeto a liberação compulsória de adolescente autor de ato infracional por falta de vaga para cumprimento da medida imposta judicialmente, para análise da pertinência e adequação por parte dos Promotores; e mapeou com apoio das Promotorias os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo.

•

- **Eleição unificada de Conselhos Tutelares em 2015.** O CAOP/IJ tem auxiliado as Promotorias de Justiça na adequação da Lei que

instituiu os Conselho Tutelares, às normas prescritas pelo CONANDA sobre a matéria. Editou Nota Técnica sobre o tema e está mapeando a atual situação de cada município, no que concerne a adequação às mudanças trazidas pela lei, bem como a previsão de realização da eleição unificada na data prevista. Ofertará assessoria para normalizar a situação e possibilitar que a eleição ocorra conforme previsto.

•

➤ **Embarque clandestino no trem de cargas da VALE S/A.** O CAOp/IJ vem atuando nessa demanda desde o ano de 2012, acompanhando a tramitação do Procedimento Administrativo nº 106/2005 e da Ação Civil Pública nº 157- 60.2011.8.10.0057 de autoria da Promotoria de Justiça de Santa Luzia, ambos afetas à problemática.

•

➤ **Centro de Perícia Técnica da Criança e do Adolescente (CPTCA).** O CPTCA foi criado, por força de acordo firmado internacionalmente pelo Estado do Maranhão, no que ficou conhecido por 'Caso dos Meninos Emascarados', da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e instituído pelo Decreto Estadual nº 20.532, de 21/05/2004, com as alterações posteriores. Em 2014 foram realizadas reuniões solicitadas conjuntamente pelo MPE e o MPF, através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, com os representantes do Estado do Maranhão - Delegada-geral, SSP, SEGEP e PGE, com objetivo de realizar um concurso público para provimento de cargo necessários ao funcionamento do Complexo, estando atualmente na fase de negociação dos termos do TAC, para viabilizar sua assinatura.

•

4. **Apoio e participação em eventos desenvolvidos pelo Ministério Público Estadual e por organizações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente:**

➤ **Seminário 'Os novos caminhos para o atendimento socioeducativo no Estado do Maranhão – Plano Decenal 2014-2024'**, realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (Cedca/MA), 07 e 08/05/14, no Convento das Mercês, em São Luís.

➤ **Seminário Estadual 'Crianças e Adolescentes, Políticas Públicas e Direitos Humanos'**, realizado pela Ong Caritas, dia 15/05/14.

➤ **III Encontro Estadual de Educação**, realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Educação, no Hotel Rio Poty, 15 a 18/05/14, para debater sobre indicadores educacionais e transporte escolar no Maranhão.

➤ **Encontro Superando Barreiras**, realizado pela 37ª Promotoria de Justiça Especializada Infância e Juventude da Capital, em parceria com o CAOp/IJ, dia 22/08/14, para discutir a aplicação da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade em São Luís.

➤ **Treinamento do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp)**, realizado pela Secretaria de Assuntos Institucionais da PGJ, na sala

do Colegiado da PGJ, dia 30/10/14, para os assessores e servidores dos CAOp, com o objetivo de garantir mais agilidade no cadastramento e protocolo dos processos judiciais e extrajudiciais.

•
5. Participação em Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:

➤ Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores- Gerais de Justiça;

•
➤ Comitê de Monitoramento das ações do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;

•
➤ Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA);

•
➤ Rede Maranhense de Justiça Juvenil e Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa.

6. Metas para 2015:

➤ Capacitação do Disque 100 (servidores);

➤ Campanha '18 de Maio' (produção e distribuição de material gráfico);

➤ Encontros regionais sobre escuta qualificada de C/A (Promotores de Justiça, servidores e técnicos da rede de atendimento);

➤ Campanha sobre o programa 'Família Acolhedora'.

•
10.3 - Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP)

•
1. Principais atividades desenvolvidas no período.

• Remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados ao Controle Externo da Atividade Policial, num total de 120 expedientes;

• Elaboração e envio de material de apoio aos promotores de justiça para efetivação do Controle Externo da Atividade Policial no interior do Estado do Maranhão (CD com diversas informações úteis acerca do tema, tais como: formulários eletrônicos para realização das inspeções, modelos de recomendações, normativas legais aplicáveis, etc.);

• Colaborou com os órgãos do Estado, notadamente na área de segurança, na identificação dos principais problemas relativos à violência, tais como levantamento das áreas de maior incidência de criminalidade, assim como dos crimes mais frequentes, identificando, ainda, o perfil do criminoso e da vítima;

• Apresentou aos órgãos da administração superior do Ministério Público sugestões visando a estabelecer política institucional para funcionamento das Promotorias de Justiça de Investigação Criminal e daquelas que possuam atribuição na sua área de atuação, inclusive no que concerne a programas específicos. Nesse sentido, foi sugerida a designação de 4 (quatro) promotores de justiça para atuarem como Coordenadores do CAOp-CEAP nas Regionais de Timon, Imperatriz,

Santa Inês e Pinheiro. Também foi proposta a realização de um treinamento aos promotores de justiça na área Criminal acerca do “*Gerenciamento de Crises*”.

- Encaminhamento de sugestão à Procuradora-Geral de Justiça e à Diretora da Secretaria de Assuntos Institucionais, visando a alteração do Termo de Cooperação celebrado entre Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Maranhão (SSP/MA) e a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ/MA), que permitiria a utilização, por parte dos promotores de Justiça da área criminal, do SIGO (Sistema Integrado de Gestão Operacional), visando à ampliação do acesso, por parte dos membros do *Parquet*, a outras funcionalidades do referido sistema, permitindo o exercício pleno do Controle Externo da Atividade Policial no MP/MA.
- Divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), metodologia sugerida pela SENASP para aferição dos delitos intencionais com resultado morte. Além disso, outras publicações, resultantes de comparativos existentes dos dados de homicídios oriundos da SSP/MA (e outras fontes) e aquelas, referentes a assaltos corridos em coletivos, foram realizadas no sítio da Instituição.

•

• **Observatório da Violência é lançado em São Luís**

•

- Com apoio do Ministério Público, por meio do CAOp/ CEAP, foi lançado no dia 10 de novembro, o Observatório da Violência em São Luís. A iniciativa, articulada por operadores do direito, militantes de direitos humanos e acadêmicos, tem como objetivo analisar informações relativas a mortes violentas para subsidiar a elaboração de políticas públicas.
- Na abertura do evento, o promotor de justiça e coordenador do CAOp/CEAP e Criminal José Cláudio Cabral Marques falou sobre o surgimento da ideia e o caminho percorrido até a formalização do Observatório da Violência, que também busca fomentar na sociedade a discussão de políticas de segurança pública pautadas pelos direitos humanos.
- Para Cabral, entender a violência no campo tem papel primordial nesse contexto. Entre 2010 e 2013, o Maranhão tem sido o estado campeão em conflitos agrários no país. A expulsão de famílias camponesas leva ao inchaço populacional nas grandes cidades. Esse fator, associado ao crescimento do tráfico de drogas e aos altos índices de desemprego, compõem um quadro de vulnerabilidade social em que a violência tende a avançar.
 - Números alarmantes - No Maranhão, a taxa de homicídios aumentou 400% entre 2000 e 2012, crescimento bem maior que a média brasileira, que foi de 24%. As vítimas desses crimes são, em sua maioria homens (92%) e negros (85%). Outro aspecto desse tipo de crime levantado é o uso de armas de fogo, que chega a 54% nos homicídios praticados no Maranhão e 74% nos crimes cometidos em São Luís.
 - Nesse período de 12 anos, São Luís foi a 2ª capital brasileira com maior índice de crescimento de homicídios, perdendo apenas para Maceió (AL). Desde 2011, a capital maranhense figura na lista das 50 cidades mais perigosas do mundo, subindo de posição a cada ano: de 27ª em 2011 para 15ª em 2013.

- Somente entre janeiro de 2013 e outubro de 2014 ocorreram 1.911 mortes violentas na grande São Luís. O bairro com o maior número de homicídios foi a Cidade Olímpica, com 80 casos, seguido de áreas como o Coroadinho, Liberdade, Vila Embratel e São Francisco/Ilhinha. Outro número em destaque é o de linchamentos, que levou a 22 mortes nesse período. Traçando um comparativo, no primeiro semestre de 2014 ocorreram 12 linchamentos em São Luís e 50 em todo o país.

-

2. Metas para 2015:

- Realização de dois encontros mensais nos polos regionais tanto com os respectivos Coordenadores Regionais do CAOp-CEAP quanto com os Promotores com atribuições no Controle Externo da Atividade Policial para disseminação de conhecimento visando ao aperfeiçoamento das inspeções nas Repartições Policiais Cíveis e Unidades Policiais Militares;
- Fomento à elaboração de estatísticas próprias do MP/MA sobre a criminalidade, utilizando a metodologia CVLI (Crimes Violentos Letais Intencionais);
- Realização de oficinas de trabalho para aperfeiçoamento das funções do Controle Externo da Atividade Policial;
- Realização do II Fórum de Justiça Criminal em parceria com o TJ/MA, DPE/MA, SSP/MA, OAB/MA e Observatório da Violência;
- Realização de evento com os membros da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP e uma reunião temática para fins de esclarecimento de dúvidas e, também, para sensibilizá-los da importância tanto das visitas às Delegacias de Polícias e Órgãos de Perícia (ICRIM e IML) quanto do enfrentamento das mortes decorrentes de intervenção policial;
- Aprimoramento das estatísticas elaboradas pelo CAOp-CEAP, estando, em rol exemplificativo, a inclusão dos seguintes dados: mortes violentas extraídas do banco de dados do sistema SIM (DATASUS), faixas etárias das vítimas dos crimes violentos letais intencionais (CVLI's), mapeamento por georeferenciamento das ocorrências dos delitos intencionais com resultado morte existentes nos municípios que compõem a Grande São Luís;
- Realização de audiências com os Conselhos de Segurança das Comunidades nos diversos bairros de São Luís, notadamente aqueles que apresentam maiores índices de violência e criminalidade, visando identificar os fenômenos causadores, apontar as medidas a serem adotadas pelo Poder Público e propor políticas públicas para fazer frente a esse problema social.

-

10.4 - Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp/Consumidor)

-

1. Principais atividades desenvolvidas:

- ❖ Reunião visando debater estratégias com os Promotores da área do consumidor acerca da situação da telefonia móvel no Estado.

-

- ❖ Assessoramento da Procuradora-Geral de Justiça na celebração do Termo de Cooperação Técnica para implantação no Projeto “Consumidor Vencedor” no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;

-

- ❖ Articulação junto a Secretaria Nacional do Consumidor da execução do projeto de municipalização dos PROCON’s.

-

- ❖ Fornecimento de modelos de peças jurídicas, Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), informações, estudos, jurisprudência e outros materiais de apoio aos Promotores de justiça das Comarcas do interior, para auxílio da consecução das atividades de execução.

-

- ❖ Articulação com os Promotores de Justiça com atuação na Baixada Maranhense e Corregedoria-Geral de Justiça visando solucionar os problemas relativos aos problemas enfrentados pelos usuários dos serviços de ferry-boat.

-

-

- **10.5 - Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e Combate à Impunidade (CAOp/Proad)**

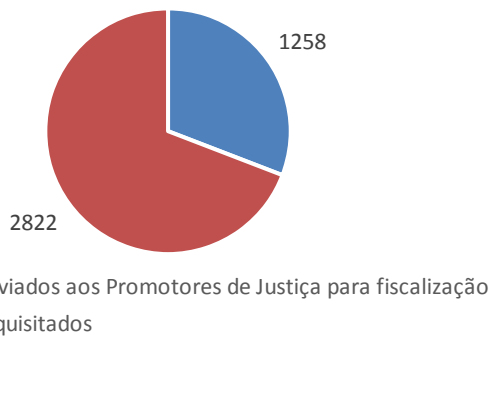
-

- 1. **Atividades desenvolvidas:**

- Atividades de fiscalização de convênios firmados pela Administração Pública;

-

-



-

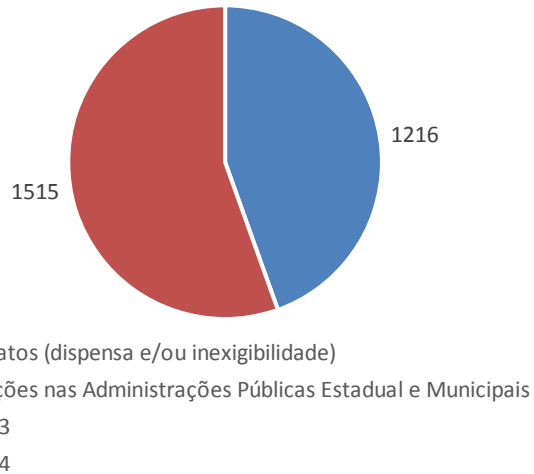
-

- Atividades de Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE;

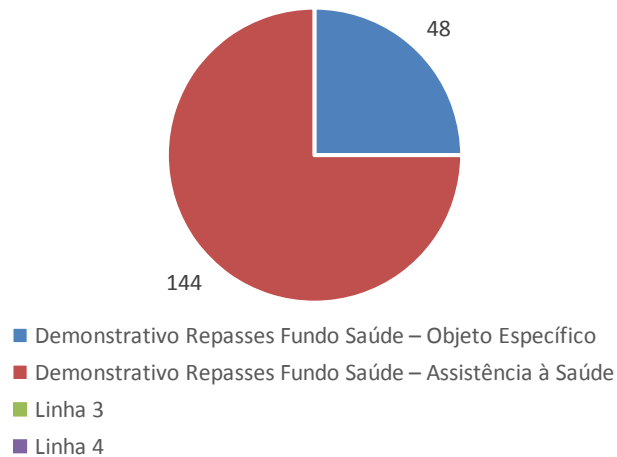
-

-

-
-
-
- Atividades de Controle de Licitações e Contratos nas Administrações Públicas Estadual e Municipais;
-
-



-
- Atividades de Controle de Repasses do Fundo Municipal de Saúde
-
-



-
-

2. Projetos em desenvolvimento:

- Rotina de acompanhamento e fiscalização de licitações por concorrência e tomada de preços;
-
- Rotina de acompanhamento e fiscalização de contratos de alto valor.

-

-

-

- **MPMA executou gestores em R\$ 661 mi**

- Cerca de R\$ 661 milhões em multas e ressarcimentos ao erário, entre os anos de 2004 e 2013, foi o montante encaminhado pelo procurador de justiça José Henrique Marques Moreira aos promotores de todo o estado para a execução dos gestores com contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), no caso de não haverem quitado seus débitos.

- **10.6 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOP/Educação)**

-

- 1. **Principais atividades desenvolvidas:**

- - ❖ Implementação do Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense” (ver maiores informações em Programas Institucionais);

-

- - ❖ Estruturação do sítio eletrônico do Centro de Apoio Operacional, com informações relacionadas à área da educação, legislação temática, notícias, termos de ajustamento de conduta, banco de peças, acompanhamento dos projetos educacionais em execução, dentre outras atividades essenciais ao auxílio dos órgãos de execução ministerial;

-

- - ❖ Realização do III Encontro Estadual de Educação do Ministério Público do Maranhão/MEC, que teve como subtema “Ministério Público, gestores educacionais e cidadãos: por uma escola pública de qualidade no Maranhão”. O evento consistiu na proposta da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, em uma firme parceria com o Ministério da Educação, de efetivar a prioridade absoluta conferida ao direito à educação pelo Ministério Público Brasileiro, no Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e da União (CNPGE), através da Comissão Permanente de Educação (COPEDEC);

-

- - ❖ Elaboração e divulgação de Notas Técnicas sobre assuntos relacionados à temática da educação.

-

-

-

- 2. **Participações em Eventos destinados à Defesa da Educação:**

- - ❖ Reuniões periódicas da Comissão Permanente de Educação (COPEDEC), do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e Territórios e da União (CNPGE);

-
- ❖ IV Encontro Nacional MEC e Ministério Público, em agosto, na cidade de Brasília/DF;
-
- ❖ II Conferência Nacional de Educação - **CONAE**, realizada no período de 19 a 23 de novembro de 2014, na cidade de Brasília;
-

3. Metas para 2015:

- ❖ A prioridade para educação, considerando que o Maranhão ostenta o penúltimo lugar no *ranking* da educação brasileira;
- ❖ Criação de Promotorias Regionais Especializadas nos grandes centros urbanos como: Imperatriz, Timon, Caxias, Santa Inês, Bacabal e Pedreiras;
- ❖ Inclusão em Concurso Público de cargos de especialistas em educação para o provimento no Centro de Apoio e nas Promotorias Especializadas;
- ❖ Criação de banco de dados para consolidação e acompanhamento dos Programas propostos pelo CAOp Educação;
- ❖ Ampliação do Projeto de Transporte Escolar por meio de uma oficina destinada a promotores de justiça e servidores, com a participação da CGU e do MPC, para difundir as técnicas utilizadas na Operação Pau de Arara;
- ❖ A ampliação da parceria com a CGU e MPC para fiscalização da alimentação escolar;
- ❖ Acompanhamento da elaboração e aprovação dos Planos Municipais de Educação;
- ❖ Acompanhamento das metas previstas no Plano Nacional de Educação, notadamente de ampliação da oferta de vagas para a educação infantil em creches, entre outras atividades.

4. Projetos em Destaque:

- **Transporte Escolar: Operação Pau de Arara.**

- Em 2014, o CAOp-Educação desenvolveu um projeto de fiscalização do transporte escolar de qualidade ofertado aos alunos da rede pública, considerando a existência de várias denúncias e até mesmo tragédias que culminaram na morte de crianças e adolescentes transportados de forma indigna, nos chamados “paus de arara”.

- Na primeira fase do

projeto foi realizado um trabalho conjunto de fiscalização e controle, nos âmbitos jurídico e administrativo (auditoria), pelo CAOp/Educação em parceria com o Ministério Público de Contas, Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União, referente à oferta de prestação de serviço de transporte escolar nas Comarcas de Caxias (município de São João do

Sóter), Itapecuru-Mirim (Miranda do Norte), Lago da Pedra (Lago da Pedra), Morros (Cachoeira Grande), Vargem Grande (Presidente Vargas).

- Foram instaurados Inquéritos Cíveis Públicos para investigar as condições da oferta do transporte escolar da rede municipal de ensino. A CGU, em cooperação com as Promotorias de Justiça, realizou ações *in loco* nos municípios com a finalidade de carrear provas para os inquéritos civis instaurados. Foram efetuados procedimentos de auditoria como observação (das atividades e condições), vistoria, reexecução, análise de processos licitatórios etc.
- A deflagração do procedimento foi realizada no dia 28 de agosto de 2014, simultaneamente em

todos os cinco municípios para, em atuação conjunta com os Promotores de Justiça, colher termos de entrevistas de alunos, motoristas, responsáveis por empresas, bem como levantar relatório fotográfico (e em vídeo) das condições dos veículos utilizados, sedes de empresas prestadoras de serviços, condições dos veículos utilizados etc. A ação contou, em cada município, com a presença de dois auditores da CGU.

- Foram fiscalizados todos os recursos aplicados na prestação do serviço de transporte escolar, seja PNATE, seja FUNDEB ou recursos próprios do Município, executados em 2013 e 2014, em curso. Foram envolvidas 09 (nove) empresas, totalizando, apenas no exercício de 2013, o montante de R\$ 6.563.935,00 (seis milhões quinhentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais).

• **Projeto MPEDUC**

- O MPE e o MPF firmaram parceria através de protocolo de intenções tendo como objetivo melhorar os índices educacionais do Maranhão, por meio do Projeto intitulado MPEDUC. Sua metodologia favorece e estimula a participação de toda a comunidade no dia a dia dos temas escolares, bem como permite a formação de um diagnóstico sobre a qualidade do serviço de educação prestado nas escolas de ensino básico da rede pública, identificando problemas enfrentados a fim de cobrar soluções das autoridades responsáveis.
- A coordenação do CAOp/ Educação do MP/MA compõe a Coordenação Nacional do Projeto MPEDUC, estando responsável pela articulação no âmbito da região Nordeste. Haverá uma força-tarefa dos Procuradores da República, especificamente os que participam do GT Educação, para auxiliar na realização do projeto. A prioridade ao Estado do Maranhão se deve ao fato de ocupar o penúltimo lugar no ranking dos indicadores educacionais do Brasil.
- Em novembro de 2014 foi realizada na sede MPF uma reunião com o objetivo de alinhar estratégias para implementação do MPEDUC no Maranhão, em especial no que se refere à seleção de municípios onde se pretende executar o referido programa. No primeiro momento, acordou-se que os municípios seriam selecionados com base nos seguintes critérios: baixo IDEB, distância do município com relação a São Luís (de modo a garantir a viabilidade do acompanhamento da execução do programa pelos procuradores da República) e disponibilidade do promotor responsável pelo município.
- **Municípios selecionados preliminarmente:**
-
- ANAJATUBA (IDEB 4,2)
- ARAGUANÃ (IDEB 2,3) – Termo da Comarca de Zé Doca
- BACURITUBA (sem média na prova Brasil) – Termo da Comarca de

São Bento

- BELÁGUA (IDEB 2,8) – Termo da Comarca de Urbano Santos
- CACHOEIRA GRANDE (sem média na prova Brasil) - Termo da

Comarca de Morros

- CODÓ (IDEB 3,6)
- DAVINÓPOLIS (IDEB 3,5) – Termo da Comarca de Imperatriz
- PEDRO DO ROSÁRIO (IDEB 2,9) - Termo da Comarca de Pinheiro
- PERITORÓ (IDEB 3,3) – Termo da Comarca de Coroatá
- LAGO DA PEDRA (IDEB 2,7)

-
-
-
-
- **10.7 - Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOp/DH)**

-
-
-
-
-
- **1. Principais realizações:**

- ❖ Fortalecimento do trabalho do CAOP-DH, com ampliação da equipe e criação de 08 (oito) Núcleos Especializados, com um promotor de Justiça designado para atuar como diretor, a saber: Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher - Dra. Selma Regina Souza Martins; Núcleo de Proteção à População em Situação de Rua - Dra. Klycia Luiza Castro de Menezes / Dra. Maria da Glória Mafra Silva; Núcleo da Diversidade Sexual - Dra. Samira Mercês dos Santos; Núcleo da Igualdade Étnico-Racial - Dra. Samira Mercês dos Santos; Núcleo Especializado em Conflitos Agrários - Dr. Haroldo Paiva de Brito; Núcleo de Prevenção da Tortura - Dra. Lana Cristina Barros Pessoa; Núcleo de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas - Dr. Cássius Guimarães Chai; Núcleo de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - Dra. Lana Cristina Barros Pessoa.
- ❖ Realização de oficina sobre Violência Doméstica e sobre o PROVITA, voltadas para promotores de Justiça.
- ❖ Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- ❖ Apoio às Promotorias de Justiça referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à: tortura; relações étnico-raciais; idosos; apoio às vítimas de violência; defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano; conflitos no campo; diversidade sexual; defesa dos direitos da mulher; defesa dos direitos das populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas;
- ❖ Encaminhamento aos promotores de justiça de 03 (três) modelos de peças jurídicas da Ação Nacional de Enfrentamento ao Racismo do CNMP, sensibilizando-os a aderir à campanha nacional contra o racismo institucional;
- ❖ Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no

- Tribunal de Justiça na área de Direitos Humanos;
- ❖ Divulgação de informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;
 - ❖ Aproximação e reafirmação das relações com a Sociedade Civil Organizada, seguindo uma orientação do CNMP. Nesse sentido foi realizado no dia 12 de maio “Reunião de Apresentação do CAOP/DH às Entidades da Sociedade Civil”, onde foram mapeadas todas as entidades atuantes no Estado no que se refere à defesa e garantia dos direitos humanos em suas diversas áreas;
 - ❖ Reformulação do sitio do CAOP/ DH;
 - ❖ Encaminhamento de casos de desrespeito aos direitos humanos referentes à tortura, falta de vaga para realização de cirurgia em hospital público e conflitos por moradia na área urbana de São Luís aos órgãos de execução competentes;
 -

2. Participação do CAOP/DH em eventos, encontros e reuniões:

- ❖ Reuniões Ordinárias da COETRAE-MA;
- ❖ I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH;
- ❖ Plano de Assistência Comunitária do Sistema Carcerário;
- ❖ I Reunião Ordinária da Comissão de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETP;
- ❖ Reunião Ordinária do PROVITA-MA;
- ❖ Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH/MA;
- ❖ Construção da Casa da Mulher;
- ❖ Simpósio Sobre a Campanha da Fraternidade 2014;
- ❖ Reunião de Trabalho da Comissão Temporária Estadual De Gestão Integrada para o Desenvolvimento da Agenda Social Quilombola – MA;
- ❖ I Encontro Estadual de Travesti e Transexuais;
- ❖ II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH;
- ❖ Encontro Nacional “A Atuação do MP Brasileiro no Enfrentamento ao Racismo”;
- ❖ Encontro Inter-Regional de trabalhadores resgatados pelo trabalho escravo contemporâneo;
- ❖ 3ª Audiência Pública Anual de Combate à Homofobia;
- ❖ Reunião com membros do CECT – Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura e Presidente da Assembleia Legislativa;
- ❖ Seminário Internacional de Direitos Humanos;
- ❖ Reunião com Promotor Especializado em Conflitos Agrários, Dr. Haroldo Paiva e entidades que atuam no combate aos conflitos agrários;
- ❖ Posse da Diretoria do Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico-racial;
- ❖ III Reunião Ordinária do GNDH;
- ❖ Assinatura do Termo de Cooperação Técnica que firma parceria

entre o Ministério Público do Maranhão e o Ministério Público do Trabalho;

- ❖ Abertura da XI Semana do Orgulho LGBT;
- ❖ Projeto Caravana da Liberdade;
- ❖ Reunião do Comitê de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia do Maranhão;
- ❖ Capacitação de professores rede pública no âmbito da campanha Maria da Penha em Ação: evento da Promotoria da Mulher;
- ❖ Projeto TRT na Escola;
- ❖ *Encontro Nacional: A atuação do MP Brasileiro em Defesa do Estado Laico*;
- ❖ Seminário sobre Tráfico Humano: Realidade, Desafios e Possibilidades de Enfrentamento no Maranhão;
- ❖ Oficina sobre PROVITA-MA.
- ❖ Expressões da Violência no Maranhão nos 66 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovido pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e Anistia Internacional;
- ❖ Mostra de Direitos Humanos e Cidadania no Maranhão;
- ❖ Caminhada pela paz com o tema “*Eu repudio a morte de agentes da lei*”, uma campanha da Polícia Militar do Maranhão.

•

3. Participação em Comissões Nacionais:

- ❖ **COPEVID - Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**, uma comissão do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais.
- ❖ **COPEDH - Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito**, uma comissão do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais.
- ❖ **Ação Nacional de Enfrentamento ao Racismo** - Iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por meio de sua Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, a *Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais* tem como objetivos: fortalecer a unidade nacional do MP na defesa dos Direitos Fundamentais e contribuir para a concretização dos resultados institucionais e o retorno para a sociedade afirmados pela Ação Nacional do Ministério Público – 2011/2015.

•

4. Participação em Comissões, Comitês e Conselhos Estaduais:

- ❖ COETRAE - Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão.
- ❖ CETP – Comissão Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- ❖ Comissão Temporária Estadual de Gestão Integrada para o Desenvolvimento da Agenda Social do Programa Brasil – Quilombola no Maranhão.
- ❖ PROVITA/MA– Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão.
- ❖ CEDDH/MA - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão.

- ❖ CEEH/MA - Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão.
- ❖ CECT – Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura. Membros.

•

● **10.8 Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAOp/Saúde)**

•

1. Atividades desenvolvidas me 2014:

•

- Apoio às atividades desenvolvidas no âmbito das Promotorias de Justiça das diversas comarcas do Estado do Maranhão, com atribuição na defesa do direito à saúde;

•

- Articulações com os demais órgãos governamentais como a Secretaria de Estado da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Unidades Básicas de Saúde e outras instituições ligadas ao segmento;

•

- Realização do Encontro Regional do Programa Institucional "Direito à Saúde: Prevenção, Controle e Combate à Corrupção" em Caxias, nos dias 1 e 2 de abril de 2014, reunindo gestores, conselheiros, agentes comunitários e promotores de justiça com atuação na área de saúde da região dos Cocais e Baixo Parnaíba. O evento aconteceu na sede da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), contou com representantes de 20 municípios da Regional de Saúde de Caxias. O programa busca desenvolver e estimular a implementação de políticas de saúde, propiciando a interlocução de conselhos, comissões, organizações da sociedade civil e gestores de saúde no âmbito municipal, estadual e federal.

•

- Participação no encontro nacional: "A Atuação do MP Brasileiro em Defesa da Atenção Básica em Saúde", organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em parceria com o Ministério Público do Maranhão (MPMA), realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2014, no Hotel Luzeiros. Na oportunidade, o promotor de justiça e atual coordenador do CAOp/Saúde, Dr. Herbert Figueiredo, apresentou o programa institucional "Direito à saúde: prevenção, controle e combate à corrupção", idealizado pelo Ministério Público do Maranhão. Ele explicou as linhas gerais da proposta implementada por meio do CAOp/Saúde em conjunto com a Promotoria de Justiça Especializada no Direito à Saúde e demais instituições parceiras, evidenciando que, entre os objetivos, está a busca da interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, para desenvolver ações de serviços de saúde, judicial ou extrajudicialmente. Também destacou as três áreas de atuação do programa, que são os encontros regionais de saúde; os cursos de capacitação para membros e servidores do Ministério Público, além de conselheiros de saúde, gestores e demais agentes sociais com atuação na área da saúde; e a campanha de combate à corrupção na

saúde.

•

• 11. COORDENADORIAS

• 11.1. Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

• A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF) é a unidade responsável pelo planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro do *Parquet* maranhense.

• Em 2014, o orçamento do Ministério Público Estadual aprovado conforme a LOA, mais as suplementações, alcançou o valor de R\$ 340.081.415,00.

• Do total aprovado, 69,48% foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; 20,91% a *Outras Despesas Correntes*, e 9,60% com *Investimento*. No exercício de 2014, foram executados 94,91% do orçamento do Ministério Público Estadual, sendo: 73,11% com *Pessoal e Encargos Sociais*; 21,29% com *Outras Despesas Correntes*, e 5,60% com *Investimento*, de acordo com o detalhamento abaixo.

•

• DETALHAMENTO DA DESPESA – 2014

• Descrição	• R\$
• ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	• 340.081.415,00
• PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça • Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	• 94.956.237,00
• Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça • Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	• 62.543.600,00
• Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público • Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	• 17.636.747,00
• Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público • Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	• 13.775.890,00
• Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça • Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	• 1.000.000,00
• PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo • Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	• 243.186.641,00
• Ação: 4674 – Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado • Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE.	• 206.820.685,00
• Ação: 4683 – Gestão de Informática no Estado do Maranhão • Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão	• 8.830.880,00
• Ação: 0900 - Contribuição á Previdência do Servidor Público Estadual • Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	• 22.169.724,00
• Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência • Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	• 5.365.352,00
• PROGRAMA: 0499 - Operação Especial	• 1.938.53

<ul style="list-style-type: none"> Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação 	7,00
<ul style="list-style-type: none"> Ação: 0904 – Ação de Indenização Finalidade: Garantir o cumprimento de sentenças judiciais 	<ul style="list-style-type: none"> 1.938.53 7,00

•

• Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 94,91%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

• EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA

•

• Descrição	• Autorizado	• Empenhado	• % Execução
• ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	• 340.081.415,00	• 322.768.834,86	• 94,91
• 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	• 94.956.237,00	• 79.423.571,61	• 83,64
• 0411 - - Apoio Administrativo	• 243.186.641,00	• 241.406.727,13	• 99,27
• 0499 - - Operação Especial	• 1.938.537,00	• 1.938.536,12	• 100

•

• EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE

• Descrição	• Autorizado	• Empenhado	• % Execução
• ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	• 340.081.415,00	• 322.768.834,86	• 94,91
• PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania	• 94.956.237,00	• 79.423.571,61	• 83,64
• Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.			
• Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania	• 62.543.600,00	• 61.762.584,00	• 98,75
• Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça			
• Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público	• 17.636.747,00	• 4.216.420,98	• 23,91
• Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.			
• Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público	• 13.775.890,00	• 12.649.892,39	• 91,83
• Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público			
• Ação: 4426– Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça	• 1.000.000,00	• 794.674,24	• 79,47
• Finalidade: Desenvolver ações para implantação e			

implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.			
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação 	<ul style="list-style-type: none"> 243.186.641,00 	<ul style="list-style-type: none"> 241.406.727,13 	<ul style="list-style-type: none"> 99,27
<ul style="list-style-type: none"> Ação: 4674 - Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE. 	<ul style="list-style-type: none"> 206.820.685,00 	<ul style="list-style-type: none"> 206.760.952,71 	<ul style="list-style-type: none"> 99,97
<ul style="list-style-type: none"> Ação: 4683 – Gestão de Informática no Estado do Maranhão Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão 	<ul style="list-style-type: none"> 8.830.880,00 	<ul style="list-style-type: none"> 7.353.989,63 	<ul style="list-style-type: none"> 83,28
<ul style="list-style-type: none"> Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores 	<ul style="list-style-type: none"> 22.169.724,00 	<ul style="list-style-type: none"> 22.006.262,33 	<ul style="list-style-type: none"> 99,26
<ul style="list-style-type: none"> Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores 	<ul style="list-style-type: none"> 5.365.352,00 	<ul style="list-style-type: none"> 5.285.522,46 	<ul style="list-style-type: none"> 98,51
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA: 0499 - Operação Especial Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação 	<ul style="list-style-type: none"> 1.938.537,00 	<ul style="list-style-type: none"> 1.938.536,12 	<ul style="list-style-type: none"> 100
<ul style="list-style-type: none"> Ação: 0904 – Ação de Indenização Finalidade: Garantir o cumprimento de sentenças judiciais 	<ul style="list-style-type: none"> 1.938.537,00 	<ul style="list-style-type: none"> 1.938.536,12 	<ul style="list-style-type: none"> 100

•
• Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

• **EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA**

• Descrição	• Autorizado	• Empenhado (B)	• Liquidado (C)	• %B	• %
• ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	• 340.081.415,00	• 322.768.834,86	• 306.952.663,56	• 94,	• 90
• 1 - PESSOAL E ENCARGOS	• 236.294.298,00	• 235.991.273,62	• 235.991.273,62	• 99,	• 99
• 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	• 71.124.480,00	• 68.712.844,15	• 64.898.259,48	• 96,	• 91
• 4 - INVESTIMENTOS	• 32.662.637,00	• 18.064.717,09	• 6.063.130,46	• 55,	• 18

-
-
-

• O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

• Descrição	• Empenha do	• Liquid ado
• ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	• 322.768.834,86	• 306.952.663,56
• 07 - CONTRIBUIÇÃO AO FEPA E AO FUNBEN	• 22.006.262,33	• 22.006.262,33
• 08 – AUXÍLIO MORADIA	• 4.284.655,39	• 3.959.825,92
• 11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	• 197.901.321,40	• 197.901.321,40
• 13 - OBRIGACOES PATRONAIS	• 5.285.522,46	• 5.285.522,46
• 14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	• 1.062.760,63	• 1.062.760,63
• 16- AJUDA DE CUSTO	• 9.890,00	• 9.890,00
• 30 - MATERIAL DE CONSUMO	• 3.722.406,73	• 2.743.357,49
• 33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	• 454.295,72	• 454.295,72
• 36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	• 2.169.574,78	• 2.146.385,38
• 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	• 5.097.334,40	• 4.551.312,13
• 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	• 14.737.430,04	• 12.797.015,75
• 49 – AUXÍLIO TRANSPORTE	• 73.099,63	• 73.099,63
• 51 - OBRAS E INSTALACOES	• 14.948.997,73	• 4.546.601,06
• 52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	• 3.085.428,95	• 1.486.238,99
• 91 - SENTENÇA JUDICIAL	• 2.301.403,89	• 2.301.403,89
• 93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	• 7.958.981,44	• 7.958.981,44
• 94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	• 86.120,90	• 86.120,90

-

• A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2014.

• Descrição	• %
• ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	• 94,9
• Despesa Realizada / Despesa Autorizada	• 94,9

	1
• ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	•
	• 9
	9
• Despesa Realizada / Despesa Autorizada	, 8
	7
	• 7
	3
• Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	, 1
	1
• ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	•
	• 9
	6
• Despesa Realizada / Despesa Autorizada	, 6
	1
	• 2
	1
• Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	, 2
	9
• ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM IMOBILIZAÇÕES	•
	• 5
	5
• Despesa Realizada / Despesa Autorizada	, 3
	1
	• 5
• Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	, 6

• **FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

• RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DO FEMPE								
• NOME	• ENDEREÇO	• CARGO	• CARGO EFETIVO	• PERÍODO DE GESTÃO	• MATRÍCULA	• CPF	• Nº E DATA DA PUBLICAÇÃO (NO MEAÇÃO)	•
• Regina Lúcia Almeida	• R. Eng. Rui Mesquita, Nº 4, Lt. 4 e 5, Qd.	• Procuradora Geral de Justiça	• Procuradora de Justiça	• 15/06/2012 até a presente	• 240622	• 106.710.803-34	• 094-15/05/2012	•

Roc ha	07, Apto 1301, Ed. Bérgamo – Calha u				dat a				
• Lui z Go nza ga Mar tin s Co elh o	• Av. dos Holan des es, Rua Boni nas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tárcit o de Alme ida Andr ade – Pont a D'Are ia.	• Diret or Gera lda Proc urad oria Gera lda de Justi ça	• Pro mo tor de Jus tiça	• 15/ 06/ 20 12 até a pre sen te dat a	• 651 919	• 235 .09 6.9 43- 68	• 118 -19/0 6/20 12		
• Ab ela rdo Tei xeir a Ball uz	• Rua dos Magi strad os,18 – Olho D'Ág ua	• Diret or da Secre taria Admi nistra tivo - Finan ceira	• -	• 15/ 06/ 20 12 até a 31/ 12/ 20 14	• 107 087 3	• 272 .63 2.0 73- 20	• 118 -19/0 6/20 12		
• Tati ana Alv es de Pa ula	• Rua Proje tada 234, Casa 08, Cond omín io Gran Villag e – São Luís	• Coor dena dora de Orça ment o e Finan ças	• An alis ta Mi nist eri al	• 04/ 07/ 20 05 até a pre sen te dat a	• 470 179	• 304 .34 9.9 83- 20	• 086 -05/0 5/19 95		
• Fab íola Fer na nd es	• R. Mitra , 18 Bloco B, Apto	• Diret or da Secre taria para Assu	• Pro mo tor a de Jus	• 15/ 06/ 20 12 até a	• 106 017 7	• 434 .11 5.3 33- 15	• 118 – 19/0 6/20 12		

Fah ein a Fer reir a	404 – Rena scenç a II	ntos Insti tucion ais	tiça	pre sen te dat a				
• José Ant ônio Oli veira Bents	• Av. dos Holan des es, Nº 215, Ap. 901, Edifício Osvaldo Silva Souza	• -	• Pro cur ador de Jus tiça	• 06/ 10/ 20 05 até a pre sen te dat a	• 263 863	• 884 .54 4.3 68- 04	• 4099 – 25/0 7/20 12	
• Marco s Val entim Pin heiro Pai xão	• Av. dos Holan des es, Qd A- nº 03 – Apto 100, Ed José Tácito de Alme ida	• -	• Pro mo tor de Jus tiça	• 25/ 07/ 20 12 até a pre sen te dat a	• 657 213	• 409 .09 9.9 93- 68	• 4099 – 25/0 7/20 12	

• • **PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

• Para intensificar a integração do Ministério Público com a sociedade brasileira, o *Parquet* maranhense instituiu em seu *site* na internet, o Portal da Transparência, ferramenta de acesso às informações sobre a gestão administrativa. Por meio dessa comunicação direta, o cidadão pode fiscalizar a utilização de bens e recursos públicos, analisar os gastos e sugerir mudanças de rumos.

• O Portal da Transparência atende ao princípio da publicidade dos atos da Administração e à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 86.

• As informações disponibilizadas foram divididas nas seguintes seções: Execução Orçamentária e Financeira; Licitações, Contratos e Convênios e Gestão de Pessoas. Em cada um desses links, os dados estão subdivididos por ano, para facilitar a navegação. O Portal da Transparência não exige senha do usuário.

•

- **11.2 Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)**

- Compete à Coordenadoria processar a folha de pagamento dos ativos, estagiários e exonerados; gerenciar lançamentos de vantagens e descontos no sistema da folha; programar o sistema da folha de acordo com a legislação própria; acompanhar o processamento e promover retificações para eventuais ajustes; promover apoio aos setores administrativos, com estatísticas, previsão orçamentária e relatórios de impacto; dentre outras atribuições compatíveis com a natureza da Coordenadoria.

- De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

ANO	MES	CATEGORIA	SERVIDORES	CRESCIMENTO MÊS
2014	1	Comissionado	426	-
2014	1	Efetivo	464	-
2014	1	Membro	301	-
2014	1	Requisitado	328	-
TOTAL			1519	-

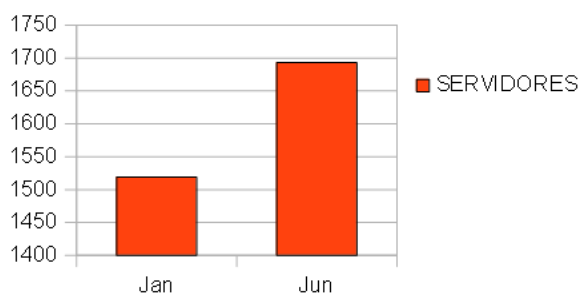
2014	12	Comissionado	462	8,45%
2014	12	Efetivo	587	26,51%
2014	12	Membro	300	-0,33%
2014	12	Requisitado	344	4,88%
TOTAL			1693	11,45%

CRESCIMENTO ANUAL:	174	11,45%
---------------------------	------------	---------------

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

Crescimento de Pessoal

sub-title



-

- Houve um crescimento no número de servidores durante o ano de 2014, maior que em 2013, na ordem de 11,45%.

- **Evolução da Folha**

Ano	Mês	Bruto Folha	Patronal INSS	Patronal Supsec	Patronal Ass. Saúde	Patronal FEPA	Patronal Funben	Salário Família	Verbas Exerc Anterior / Dec. Judiciais	TOTAL BRUTO (PESSOAL + ENCARGOS)	Auxílio Alimentação	T
2014	Jan	14.814.309,65	366.738,17	11.924,02	5.952,94	1.560.858,78	20.198,09	421,59	969.268,05	16.780.403,24	1.593.860,21	
2014	Fev	15.558.635,36	380.348,16	0,00	6.101,02	1.616.769,90	21.909,06	439,92	969.268,05	17.584.203,42	1.676.669,18	
2014	Mar	15.298.995,33	372.907,46	0,00	6.188,61	1.612.465,16	21.110,56	446,97	0,00	17.312.114,09	1.676.669,18	
2014	Abr	17.354.896,51	460.432,84	0,00	7.517,10	1.725.582,53	24.429,59	452,61	0,00	19.573.311,18	1.668.126,14	
2014	Mai	16.480.083,67	417.303,85	0,00	6.393,60	1.665.998,70	22.599,24	459,66	0,00	18.592.838,72	1.668.126,14	
2014	Jun	23.060.705,65	408.982,75	0,00	6.244,51	1.664.999,15	22.178,74	466,71	0,00	25.163.577,51	1.694.116,72	
2014	Jul	15.463.854,55	407.673,77	0,00	6.365,90	1.665.633,90	19.835,31	466,71	0,00	17.563.830,14	1.694.116,72	
2014	Ago	15.443.689,11	412.389,56	0,00	6.123,69	1.666.319,00	17.435,22	472,35	0,00	17.546.428,93	1.694.116,72	
2014	Set	15.625.452,38	413.849,35	0,00	9.189,40	1.680.958,25	40.450,60	492,09	0,00	17.770.392,07	1.721.984,54	
2014	Out	15.687.917,17	419.521,85	0,00	8.761,61	1.676.891,32	35.272,84	499,14	0,00	17.828.863,93	1.724.318,76	
2014	Nov	16.371.969,28	418.471,44	0,00	8.460,89	1.682.744,05	33.728,66	503,37	0,00	18.515.877,68	1.730.358,55	
2014	Dez	18.587.799,94	431.630,63	0,00	8.016,86	1.695.602,62	33.309,51	497,73	0,00	20.756.857,29	1.722.001,66	
2014	13	7.401.631,40	374.944,17	0,00	0,00	1.659.209,85	0,00	0,00	0,00	9.435.785,42	0,00	
TOTAL		207.149.940,00	5.285.194,01	11.924,02	85.316,10	21.574.033,21	312.457,42	5.618,85	1.938.536,10	234.424.483,61	20.264.464,51	25

- **Evolução da Remuneração:**

categoria	Valor Jan	Valor Dez	% Aumento
Comissionado	1.774.116,03	1.852.806,99	4,44%
Efetivo	4.126.096,48	4.515.099,16	9,43%
Membro	9.767.611,43	10.485.253,99	7,35%
Requisitado	452.254,59	528.169,67	16,79%
TOTAL	16.120.078,53	17.381.329,81	7,82%

- *Obs: Foi considerada toda a remuneração dos mesmos servidores presentes tanto na folha de janeiro quanto na folha de dezembro, desconsiderando-se a verba de terço constitucional de férias.*

11.3 Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

- Tem como função coordenar a operacionalização dos procedimentos administrativos inerentes ao ingresso, permanência e desligamento de membros, servidores e estagiários; coordenar os estudos para garantir compatibilidade do perfil do

peçoal às demandas institucionais; sugerir as estratégias e diretrizes para capacitação, motivação, valorização e desenvolvimento de pessoas; coordenar o processo de organização, controle e guarda das informações cadastrais e financeiras dos membros, servidores e estagiários do Ministério Público dentre outras atividades. A Coordenadoria de Gestão de Pessoas compreende a Seção de Administração de Pessoal, a Seção de Desenvolvimento de Pessoal e a Seção de Saúde Funcional.

1. Principais atividades desenvolvidas em 2014:

- - Reajuste salarial no percentual de 6% (seis) para os servidores a partir de 01 de janeiro de 2014 (Lei nº 10.035/2014), em cumprimento a disposição constitucional: "É assegurada revisão geral anual dos subsídios e vencimentos, sempre na mesma data e sem distinção de índices (CF, art. 37, X).
 - - Contratação da Noroeste Concursos para realização de Seletivo Público para provimento de 127 (cento e vinte e quatro) vagas de estagiários não-obrigatório, para provimento de 40 vagas nas comarcas do Interior e 87 em São Luís.

• Quadro Resumo do Concurso de Estagiários – Noroeste Concursos

• Descrição	• Quant.
• Nº de cidades de realização das provas	• 7
• Nº de vagas	• 127
• Nº de Inscritos	• 4.332
• Nº de candidatos que realizaram as provas	• 675
• Nº de ausentes nas provas	• 282
• Nº de reprovados	• 115
• Nº de Candidatos aprovados	• 560

- - Admissão de 128 (cento e vinte e oito) estagiários, não-obrigatório, aprovados no referido Seletivo Público, sendo necessária a convocação de 140 (cento e quarenta) candidatos em 7 chamadas por edital;
 - Realização das provas objetivas do Concurso Público para o provimento de 25 (vinte e cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;
 - Provimento de 129 (cento e vinte e nove) cargos efetivos com a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público homologado pelo Edital de Homologação, de 04 de novembro de 2014, publicado no Diário da Justiça, de 05 de novembro de 2014, sendo 23 cargos de Analista Ministerial e 106 de Técnico Ministerial;
 - Realização e homologação do 3º Concurso de Remoção para servidores

efetivos estáveis com a oferta de 21 cargos de Técnicos Ministeriais, sendo 11(onze) na área Administrativa e 10(dez) na área de Execução de Mandados, em 12 comarcas localizadas na Capital e no interior, conforme Edital de Remoção nº 01/2013, de 05/12/13 e de Retificação nº 01/2013, de 23/12/13.

- Realização e homologação do 4º Concurso de Remoção para servidores efetivos estáveis com a oferta de 01(um) cargo de Técnico Ministerial na área Administrativa com lotação em São Luís-MA;
- Concessão de Adicional de Qualificação – AQ a 32(trinta e dois) servidores. Com isso, 351 servidores passam a ser contemplados com o AQ, correspondendo a 77% do atual quadro de 457 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, representando um acréscimo de, no mínimo, 10% nos seus vencimentos;

•
2 – Quantitativo de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, atendido por esta Coordenadoria de Gestão de Pessoas:

• Descrição	• TOTAL em 31/12/14	• %
• Membros	• 299	• 14,86
• Servidores Efetivos	• 586	• 29,13
• Exclusivamente Comissionados	• 455	• 22,61
• Requisitados	• 344	• 17,10
• Aposentados /Pensionistas	• 203	• 10,09
• Estagiários não obrigatórios	• 125	• 6,2

		1
• TOTAL	• 2.012	• 1 0 0 , 0 0

-
-
-
-

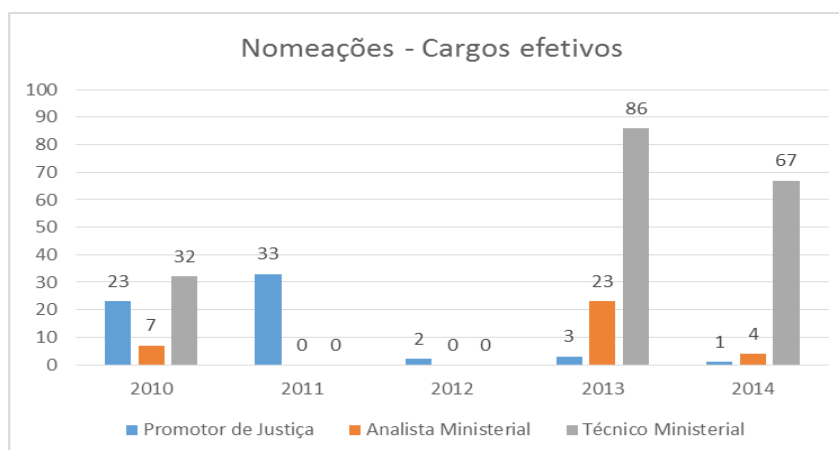
• **3 – Provimento de cargos (nomeações, exonerações/aposentadorias):**

• 3.1. Nomeações cargos Efetivos

• NOMEAÇÕES – CARGOS EFETIVOS	• 2 0 1 0	• 2 0 1 1	• 2 0 1 2	• 2 0 1 3 *	• 2 0 1 4
• Promotor de Justiça	• 2 3	• 3 3	• 2	• 3	• 1
• Analista Ministerial	• 7	• -	• -	• 2 3	• 4
• Técnico Ministerial	• 3 2	• -	• -	• 8 6	• 6 7
• Auxiliar Ministerial	• -	• -	• -	• 0	• 0
• TOTAL	• 6 2	• 3 3	• 2	• 1 1 2	• 7 2

- *Realização do último concurso público para servidores efetivos.

-

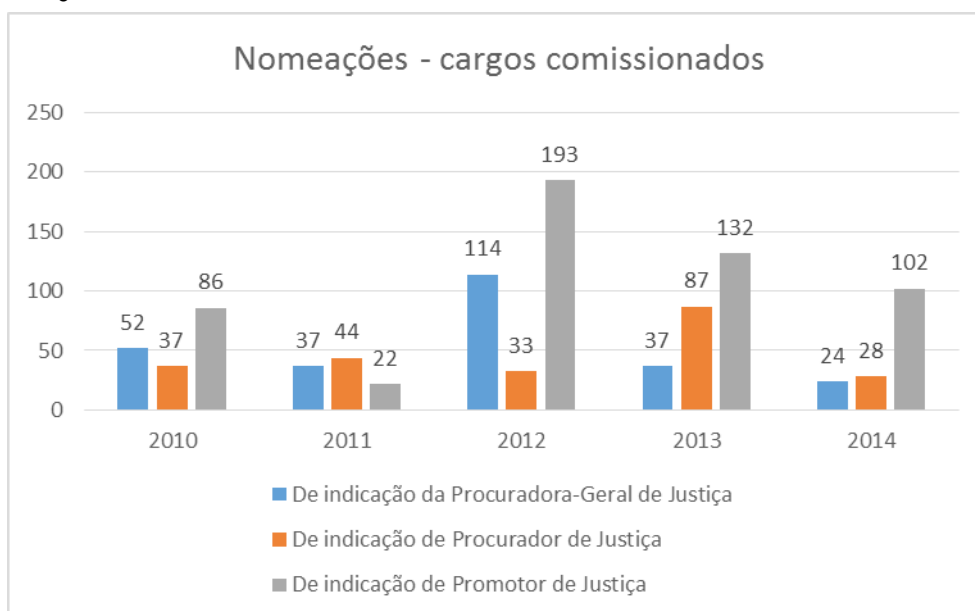


-
-

-
-
-
- 3.2 Nomeações de Cargos Comissionados:

• NOMEAÇÕES - CARGO	• Quantidade de Nomeações				
	• 2	• 2	• 2	• 2	• 2
• De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	• 5	• 3	• 1	• 3	• 2
• De indicação de Procurador de Justiça *	• 3	• 4	• 3	• 8	• 2
• De indicação de Promotor de Justiça**	• 8	• 2	• 1	• 1	• 1
• TOTAL	• 1	• 1	• 3	• 2	• 1

- * Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça;
- ** Criação/provimentos de novos cargos de Assessor de Promotor de Justiça: 2010 = 80 cargos; 2011 = 36 cargos e 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos



Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria):

• EXONERAÇÕES - CARGO	• Quantidade de Exonerações				
• Especificação	• 20	• 20	• 2	• 20	• 20

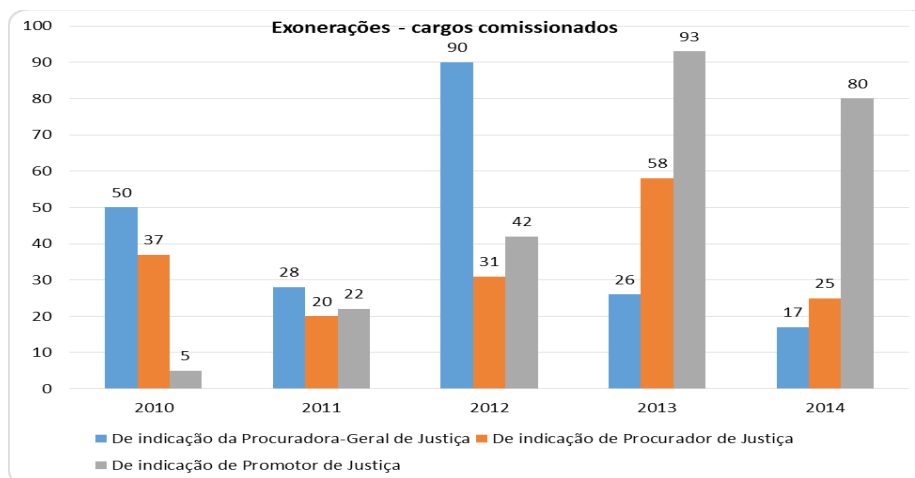
• Promotor de Justiça	• 3	• 3	• 5	• 3	• 1
• Analista Ministerial	• 6	• 3	• -	• 1	• 4
• Técnico Ministerial	• 29	• 12	• 7	• 6	• 16
• Auxiliar Ministerial	• 1	• 1	• 1	•	• 2
• TOTAL	• 39	• 19	• 1	• 10	• 23



•
•
•
• 3.4 Exonerações cargos comissionados:

• EXONERAÇÕES - CARGO	• Quant. Exonerações				
•	• 2	• 2	• 2	• 2	• 2
• De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	• 5	• 2	• 9	• 2	• 1
• De indicação de Procurador de Justiça	• 3	• 2	• 3	• 5	• 2
• De indicação de Promotor de Justiça	• 5	• 2	• 4	• 9	• 8
• TOTAL	• 9	• 7	• 1	• 1	• 1

- * Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça;



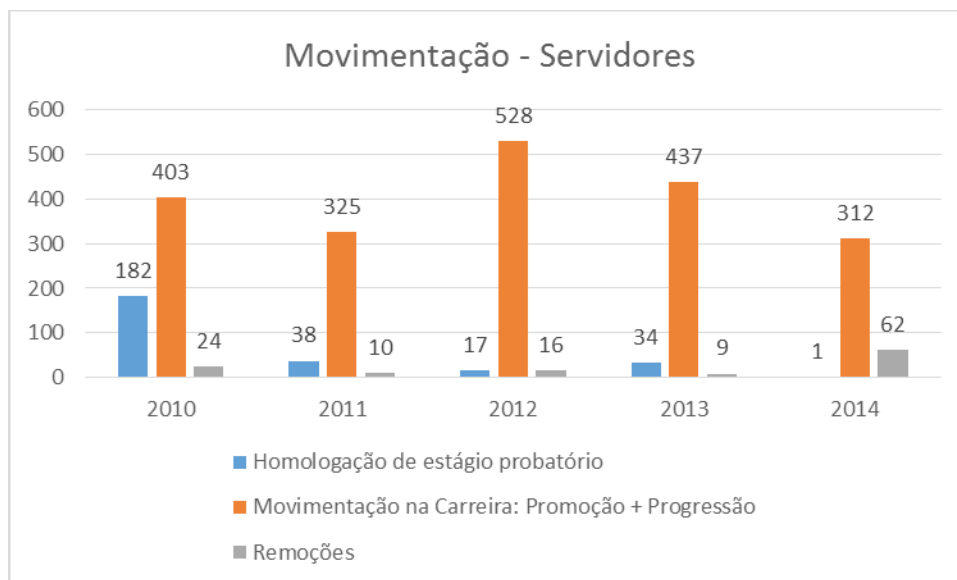
• 4 – Movimentação na Carreira de Membros:

• Movimentação	• 2	• 2	• 2	• 2	• 2
• Promoção para Procurador de Justiça	• 2	• -	• 0	• 2	• 0
• Promoção de Promotor de Justiça	• 2	• 2	• 4	• 2	• 2
• Titularidade de Promotor de Justiça	• 1	• 2	• 2	• 1	• 3
• Remoção	• 2	• 1	• 5	• 3	• 5
• Aposentadoria Procurador de Justiça	• 2	• 0	• 1	• 1	• 1
• Aposentadoria Promotor de Justiça	• 0	• 0	• 2	• 1	• 1

• 5 – Movimentação na Carreira - Servidores

• Servidores	• 2 0 1 0	• 2 0 1 1	• 2 0 1 2	• 2 0 1 3	• 2 0 1 4
• Homologação de estágio probatório	• 1 8 2	• 3 8	• 1 7	• 3 4	• 1 1

• Movimentação na Carreira: Promoção + Progressão	• 403	• 325	• 528	• 437	• 312
• Remoções	• 24	• 10	• 16	• 9	• 62



•
•
• **QUADRO DE ANALISTAS MINISTERIAIS POR ESPECIALIDADE**

• CARGO ANALISTA		• Distribuição		
• ÁREAS	• Especialidade	• São Luís	• Interior	• Total
• Administrativo = 28	• Administrativo	• 21	• 1	• 22
	• Administração	• 4	• 2	• 6
• Economia/Contabilidade = 25	• Auditoria	• 1	• 0	• 1
	• Contábil	• 14	• 0	• 14
	• Economia	• 10	• 0	• 10
• Engenharia = 9	• Arquitetura	• 2	• 0	• 2
	• Engenharia Civil	• 6	• 0	• 6
	• Engenharia Elétrica	• 1	• 0	• 1
• Processual Direito = 11	• Processual Direito	• 8	• 3	• 11
• Assistente Social = 15	• Assistente Social	• 6	• 9	• 15
• Comunicação = 8	• Comunicação - Jornalismo	• 4	• 1	• 5
	• Comunicação - Relações Públicas	• 2	• 0	• 2
	• Comunicação - Radialismo	• 1	• 0	• 1

<ul style="list-style-type: none"> • Informática = 12 • 	<ul style="list-style-type: none"> • Analista Sistema Programador 	• 4	• 0	• 4
	<ul style="list-style-type: none"> • Analista Sistema Suporte 	• 3	• 0	• 3
	<ul style="list-style-type: none"> • Banco de Dados 	• 1	• 0	• 1
	<ul style="list-style-type: none"> • Rede e Infraestrutura 	• 1	• 0	• 1
	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança da Informação 	• 1	• 0	• 1
	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e Desenvolvimento de Sistemas 	• 1	• 0	• 1
	<ul style="list-style-type: none"> • Teste e Qualidade de Software 	• 1	• 0	• 1
<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteconomia = 5 	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteconomia 	• 5	• 0	• 5
<ul style="list-style-type: none"> • • Médica = 5 • 	<ul style="list-style-type: none"> • Medicina 	• 2	• 0	• 2
	<ul style="list-style-type: none"> • Odontologia 	• 2	• 0	• 2
	<ul style="list-style-type: none"> • Perícia Criminal - Medicina 	• 1	• 0	• 1
<ul style="list-style-type: none"> • Meio Ambiente e Urbanismo = 2 • 	<ul style="list-style-type: none"> • Eng Sanitária e Ambiental 	• 1	• 0	• 1
	<ul style="list-style-type: none"> • Perícia urbanismo 	• 1	• 0	• 1
<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia = 1 	<ul style="list-style-type: none"> • Pedagogia 	• 1	• 0	• 1
<ul style="list-style-type: none"> • Psicologia = 2 	<ul style="list-style-type: none"> • Psicologia 	• 2	• 0	• 2
<ul style="list-style-type: none"> • Total de Analistas 		• 107	• 16	• 123

• **6 – Adicional de Qualificação:**

- Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, *contemplou 32(trinta e dois) servidores, em 2014.*

• Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 351(trezentos e cinquenta e um) servidores, que corresponde a 76,81%, de um total de 457 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

• QUANTITATIVO DE SERVIDORES CONTEMPLADOS COM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO					
	• An ali st a	• Té cn ic o	• Au	• T O T A L	• %
					• 3 5
• Graduação	• 5	• 15 3	• 4	• 1 6 2	• 4 5

• Especialização	• 73	• 98	• 4	• 175	• 3829
• Mestrado	• 10	• 3	•	• 13	• 284
• Doutorado	• 1	•	•	• 1	• 022
• TOTAL de servidores com AQ	• 89	• 254	• 8	• 351	• 7681
• Cargos Providos servidores estáveis	• 98	• 336	• 23	• 457	• 1000
• Quantitativo de servidores estáveis sem AQ	• 9	• 82	• 15	• 106	• 2319

•

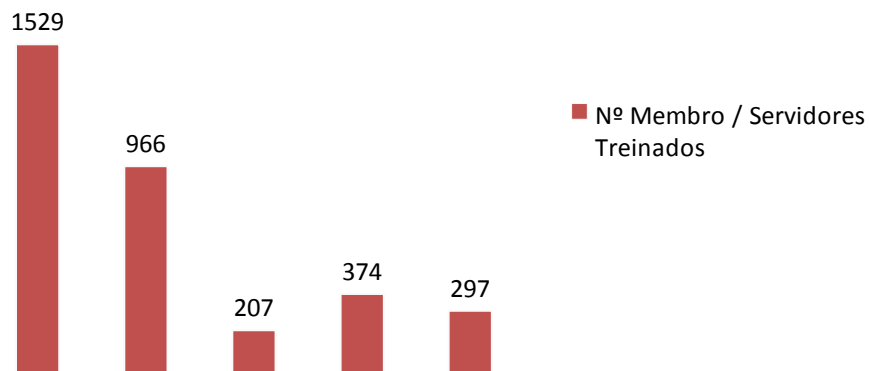
• **7 – Capacitação de membros e servidores:**

• Item	• 2010	• 2011	• 2012*	• 2013*	• 2014
• Nº Membro/Servidores Treinados	• 1529	• 966	• 207	• 374	• 297

• *Excluídos os dados da ESMP

• • • •

Nº Membro / Servidores Treinados



-
- **8 – Gestão do Estágio Não-Obrigatório:**

• Descrição	• Nº de Estagiários • 2010 • Ato Regulamentar 02/2010	• Nº de Estagiários • 2011 • Ato Regulamentar 02/2010	• Nº de Estagiários • 2012 • Ato Regulamentar 14/2011	• Nº de Estagiários • 2013 • Ato Regulamentar 03/2013	• Nº de Estagiários • 2014 • Ato Regulamentar 10/2014
• Nº Estagiários Total	• 91	• 91	• 132	• 132	• 132
• Admitidos	• 41	• 69	• 29	• 4	• 128
• Renovação de Estágio	• 44	• 26	• 36	• 19	• 2
• Desligados	• 33	• 64	• 61	• 41	• 18
• Nº de estagiários em exercício em dezembro	• 79	• 86	• 52	• 15	• 125

- Obs. Não houve processo seletivo em 2012 e 2013.

-
-
- **9 - Programa de Qualidade de Vida**

• AÇÃO	• 2011	• 2012	• 2013	• 2014
• Vacinação	• 21	•	•	• 4

	1	72	30	02
• Atendimento Médico - consultas	• 1.763	• 1.6	• 2.5	• 300
• Atendimento Odontológico – nº pacientes	• 421	• 55	• 96	• 850
• Atendimento Odontológico – nº procedimentos	• 2.192	• 1.6	• 3.6	• 320
• Análise de Processos Administrativos	• 745	• 60	• 71	• 957
• Exames admissionais/rotina	• 63	• 15	• 18	• 32

•

• **10 - Concursos de Remoção para servidores efetivos estáveis:**

• Item	• 1º Concurso	• 2º Concurso	• 3º Concurso	• 4º Concurso
• PA	• 9936AD/2012	• 11030AD/2013	• 3062AD/2014	• 6957AD/2014
• Edital de Abertura	• 02/2012, de 21/09/12 – (anulou o Edital nº01/2012)	• 01/2013, de 05/12/13, retificado em 23/12/13	• 01/2014, de 28/03/14	• 02/2014, de 24/07/14
• Ato de Remoção	• 040/2014, de 20/01/14	• 091/2014, de 14/02/14; 255/2014, de 10/04/14; 292/2014, de 28/04/14.	• 317/2014, de 05/05/14	• 536/2014, de 09/09/14
• Publicação DO	• 11/02/14	• 02/05/14	• 07/05/14	• 16/09/14
• Nº de vagas	• 85	• 21	• 21	• 1
• Nº de inscritos	• 77	• 37	• 12	• 4

• Nº Servidores Removidos	• 27	• 15	• 9	• 1
---------------------------------	------	------	-----	-----

-

-

-

11 - Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP:

-

- Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas em anexos, outras tarefas de rotina, tais como:

- Elaboração de Programas de Treinamento de Servidores;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização dos Treinamentos;
- Cadastramento e alimentação do Sistema de RH dos dados relacionados a servidores e membros do Ministério Público;
- Gestão do sistema do Ponto Eletrônico;
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho;
- Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado.

-

• 11.4 Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

- Compreendem a Coordenadoria de Serviços Gerais, as Seções de: Manutenção e Serviços Gerais; Transporte; Segurança e Análise de Custos.

-

- A Coordenadoria de Serviços Gerais procurou atingir todas as metas surgidas em seu planejamento financeiro para o exercício de 2014, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido à falta de orçamento e a não contratação em tempo hábil, através de licitação como: limpeza de conservação predial para o interior, motoristas de terceirizados para o interior, recarga de extintores, entre outros.

-

- Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, com pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; descupinização e dedetização na capital e interior; conserto de portas e janelas de vidros; conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras; fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado e grades de ferro; fornecimento e instalação de persianas; placas de sinalização; película, chaves e carimbos.

- Também foram acompanhados os contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; fotocopiadoras; gerenciamento de frota de veículos; locação de imóveis, inclusive com mudança para imóveis com melhor estrutura para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria etc.).

- Em 2014, foi renovada a frota de veículos da PGJ-MA com a aquisição de 24 carros, assim como o leilão de 17 veículos que estavam com o custo de manutenção muito elevado, causando prejuízo à Administração Superior.

- Seguem, em anexo, o demonstrativo comparativo de despesas realizado em 2014, assim como com os custos fixos e variáveis.

• DEMONSTRATIVO DE DESPESAS – 2014	
• DESPESAS FIXAS	• VALOR
• Contrato de Locação de Imóveis	• 3.113.617,32
• Serviço de Limpeza e Conservação	• 1.891.760,20
• Serviço de Motorista	• 1.232.118,34
• Manutenção de Central de Ar Condicionado - Capital	• 187.916,63
• Manutenção de Elevadores	• 13.800,00
• Locação de Máquinas Fotocopiadoras	• 239.127,27
• Fornecimento de Luz	• 1.326.636,84
• Fornecimento de Água e Esgoto	• 255.081,45
• Serviço de Telefonia Fixa	• 671.253,68
• Serviço de Telefonia Móvel	• 688.029,57

• Serviço de Postagem	• 606.3 27,20
• Manutenção de Central Telefônica	• 103.9 99,92
• Serviço de Seguro Total de Veículos	• 62.99 9,60
• Fornecimento de Combustível	• 481.8 46,05
• Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ	• 13.81 9,51
• TOTAL DESPESAS FIXAS	• 10.87 4.514 ,07

•

• DESPESAS VARIÁVEIS	• VAL OR
• Manutenção de Veículos	• 458.2 86,02
• Serviços: Elétrico, Pintura, Pedreiro. Hidráulico	• 4.676 ,71
• Confecção de Placas de Inauguração e Identificação	• 48.86 9,50
• Confecção de Chaves e Carimbos	• 47.65 8,36
• Conserto de Fax, Telefone, Fragmentadora e Cafeteira	• 5.130 ,00
• Fornecimento e Instalação de Portão de Alumínio Automatizado; Grades e Cerca Elétrica	• 113.6 52,47
• Recuperação de Forro de Gesso	• 37,00
• Serviço de Dedetização, Desbaratização e Descupinização	• 12.38 4,50
• Instalação e Conserto de Ar Condicionado: Split e ACJ, Capital e Interior	• 108.6 38,00
• Serviço de película	• 50.44 3,80
• Manutenção extintores de incêndio	• 6.339 ,00
• Fornecimento e Instalação de Persianas	• 38.29 4,60
• TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS	• 894.4 09,96

•

• DESPESAS – VEÍCULOS	• VAL OR
• Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ	• 13.81 9,51
• Manutenção de Veículos (serviços)	• 189.2 74,27

• Aquisição de Peças	• 269.011,75
• Fornecimento de Combustível	• 481.846,05
• Serviço de Seguro Total de Veículos	• 62.999,60
• TOTAL DE DESPESAS VEÍCULOS	• 1.016.951,18
•	
• LOTAÇÃO DE VEÍCULOS	• QUANTIDADE
• PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	• 45
• PROMOTORIA DE JSUTIÇA DA CAPITAL	• 17
• PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO INTERIOR	• 66
• TOTAL DE VEÍCULOS	• 128

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

•

• **11.5 Coordenadoria de Administração (CAD)**

• A Coordenadoria de Administração é composta por 03 (três) Seções, denominadas Seção de Patrimônio, encarregada do controle dos bens de natureza permanente, Seção de Material, incumbida de gerir os materiais de consumo, e Seção de Compras, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição de materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

• Visando-se a plena desincumbência dos misteres institucionais regimentalmente acometidos à Coordenadoria de Administração, foram empregados, durante o exercício financeiro de 2014 recursos orçamentários da ordem de R\$ 9.620.378,67 (nove milhões, seiscentos e vinte mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e sete centavos) para a aquisição de MATERIAIS PERMANENTES, e o montante de R\$ 2.843.918,45 (dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil,

novecentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos) para materiais de consumo.

-
- **Atividades de destaque em 2014**
 - Aquisição de kits, compostos por uma cadeira-presidente e duas interlocutoras, para os Promotores de Justiça da Instituição, distribuídas às unidades ministeriais situadas na capital e interior a partir do mês de abril de 2014.
 - Formação de registros de preços para aquisição eventual e futura de estrutura de trabalho para os novos servidores e membros do Ministério Público, tendo em vista a realização de concursos públicos nos exercícios de 2013 e 2014, respectivamente para provimento de cargos de servidores e Promotores de Justiça.
 - Em parceria com a Diretoria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, com a Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social e Promotores de Justiça no exercício da função de Diretor de Promotorias atuantes nas Unidades de Execução situadas na capital e interior do Estado, em conformidade com as disposições da Ordem de Serviços nº 01/2012-GPGJ, foi dada continuidade à política institucional de desfazimento de bens inservíveis, que trouxe inúmeros benefícios para o Ministério Público e entidades de interesse social situadas em todo o Estado, resultando em 16 (dezesseis) procedimentos administrativos para a doação de mais de 908 (novecentos e oito) itens, contemplando 16 (dezesseis) instituições beneficentes.
-

• QUADRO DE DOAÇÕES DE BENS INSERVÍVEIS – 2014		
• Numeração do Termo de Doação	• Processo	• Instituição
• 01/2014	• 1543A D/2014	• Centro Educacional São Raimundo Nonato
• 02/2014	• 11321 AD/2013	• 11º Batalhão de Polícia Militar Sediado em Timon-MA
• 03/2014	• 8859A D/2013	• Clube de Mães Renascer do Alto da Vitória do Tajipuru
• 04/2014	• 11236 AD/2013	• Associação Beneficente das Crianças Carentes da Vila Santa Clara
• 05/2014	• 10261 AD/2014	• Centro de Assistência Comunitária e Integração Social
• 06/2014	• 443AD /2014	• Associação Comunitária Beneficente Pais e Mães da Liberdade
• 07/2014	• 9717A D/2014	• 4º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Maranhão sediado em Balsas
• 08/2014	• 1911A D/2014	• Clube de Mães Mateus

• 09/2014	• 936AD /2014	• Associação Comunitária Beneficente Pais e Mães da Liberdade
• 10/2014	• 6998A D/2014	• Conselho Tutelar de Itinga do Maranhão
• 11/2014	• 6854A D/2014	• Instituto de Desenvolvimento e Promoção Humana (IDEPA) de Guimarães
• 12/2014	• 10879 AD/2014	• Polo Comunitário de Desenvolvimento Sustentável
• 13/2014	• 11551 AD/2014	• Associação de Mulheres da Vila São Luís
• 14/2014	• 11552 AD/2014	• Instituto Filantrópico e Educacional Dayse Daniele
• 15/2014	• 11851 AD/2014	• Associação Centro de Operações Especiais Rede Solidária Batalhão de Trânsito Civil do Maranhão
• 16/2014	• 11506 AD/2014	• Associação Santa Terezinha Ponta D'areia

•
 • Tudo isso somente vem sendo possível graças ao empenho das Comissões de Avaliação e Classificação de Materiais existentes na capital e interior do Estado, cujo trabalho tem possibilitado a doação de inúmeros bens sem utilização pela instituição ministerial nas próprias comarcas, tornando desnecessário o prévio traslado dos mesmos até São Luís e o remanejamento subsequente a instituições aqui existentes.

• Foram realizados inventários semestrais de materiais de consumo, conforme estabelece o art. 58 da Ordem de Serviço nº 012/2005 e art. 58, VII, do Ato Regulamentar nº 03/2014-GPGJ, e iniciados os trabalhos de inventário de materiais permanentes móveis, os quais vem sendo realizados pela Comissão designada pela Portaria nº 7.302/2014-GPGJ.

• No tocante a bens imóveis, foram mapeadas as situações de todos os imóveis da instituição, tendo sido deflagrados aproximadamente 50 (cinquenta) processos administrativos visando a regularização da documentação relativa aos bens imóveis de propriedade do Ministério Público do Maranhão para adoção de providências de averbações de construções, lavratura de escrituras públicas de doação, registros de transferências de propriedade, renovação de contratos de cessão de uso, dentre outras atividades inerentes à gestão de bens imóveis.

• Cumpre também destacar os trabalhos da Comissão de Inventário de Bens Imóveis, designada pela Portaria nº 7.090/2014-GPGJ, que também tem adotado providências tendentes à regularização de documentação cartorária dos imóveis desta instituição ministerial, tendo encaminhado no mês de dezembro de 2014, à Diretoria-Geral, laudo de avaliação de todos os imóveis próprios do Ministério Público do Maranhão.

• Por fim, ainda no que diz respeito a inventários, a Seção de Patrimônio

deu continuidade ao envio de formulários de pré-inventários dos bens pertencentes a todas as unidades de execução e administrativas integrantes da estrutura do Ministério Público do Maranhão, visando a atualização dos registros patrimoniais de quase 50.000 (cinquenta mil) itens de material permanente, no sistema SIAGEM, etapa essa de fundamental importância para o cumprimento das Novas Normas de Contabilidade Pública, sobretudo no que diz respeito à realização de depreciação de bens.

-
- **Aquisição de Material Permanente**

- A Procuradoria-Geral de Justiça adquiriu e tombou 5.765 (cinco mil, setecentos e sessenta e cinco) itens, no valor de R\$ 9.620.378,67. Quanto aos materiais de consumo, o valor gasto foi de 2.843.918,45, conforme tabela abaixo.

• MATERIAIS PERMANENTES ADQUIRIDOS NO ANO DE 2014					
• TRI M.	• EQUIP. DE INFORM	• EQUIP. ELETR O- ELETR ÔN.	• MOBILI ÁRIO	• VEÍC ULOS	• DIVE RSO S
• 1°	• 1.660.000,00	• 7.949,14	• 177.168,00	• 0	• 0
• 2°	• 2.031.101,64	• 145.364,00	• 2.049.289,35	• 997.929,57	• 112.950,08
• 3°	• 100.764,22	• 86.598,44	• 0	• 97.000,00	• 4.524,58
• 4°	• 9.750,00	• 90.681,79	• 2.038.768,73	• 0	• 10.539,13
• TOT AL	• 3.801.615,86	• 330.593,37	• 4.265.226,08	• 1.094.929,57	• 128.013,79
• TOTAL GERAL					• 9.620.378,67

-
-
- Materiais permanentes adquiridos por item em 2014

• Materiais Permanentes Adquiridos 2014		
• Item	• Qt d.	• Valor Geral
• Afastador em Inox de Mead	• 2	• R\$ 37,98
• Alavanca p/ Remoção de Raízes	• 6	• R\$ 127,94

• Aparelho de Pressão Arterial	• 8	• R\$ 1.280,00
• Ar Condicionado	• 18 6	• R\$ 218.972,0 0
• Armário	• 49 1	• R\$ 490.794,9 0
• Arquivo de Aço	• 17	• R\$ 8.500,00
• Arquivo Deslizante	• 2	• R\$ 101.360,0 0
• Automático p/ Portão	• 2	• R\$ 3.120,00
• Avental Radiológico	• 1	• R\$ 249,97
• Balcão	• 12 0	• R\$ 63.674,90
• Bebedouro	• 20	• R\$ 8.638,00
• Bomba D`Água	• 1	• R\$ 978,90
• Cadeiras	• 10 0	• R\$ 33.000,00
• Câmera de Vídeo	• 84	• R\$ 53.873,11
• Central de Alarme	• 10	• R\$ 11.642,00
• Central Telefônica	• 10	• R\$ 16.105,00
• Cerca Elétrica	• 11	• R\$ 48.701,44
• Cinzel	• 4	• R\$ 212,80
• Coleção de Revista	• 19	• R\$ 15.701,00
• Computador	• 50 0	• R\$ 1.660.000 ,00
• Cureta	• 32	• R\$ 1.312,00
• Descolador de Aço	• 1	• R\$ 46,90
• Divisória em PVC	• 6	• R\$ 22.759,16

• Enclousure	• 2	• R\$ 35.934,00
• Espátula Odontológica Aço Inox	• 10	• R\$ 277,90
• Estação de Trabalho	• 14 1	• R\$ 101.444,0 0
• Estante de Aço	• 23	• R\$ 6.510,00
• Fax/Telefone	• 40	• R\$ 21.792,00
• Fórceps de Aço	• 24	• R\$ 1.583,80
• Forro em PVC	• 1	• R\$ 1.136,75
• Frigobar	• 1	• R\$ 739,99
• Gaveteiro	• 34 9	• R\$ 186.723,6 6
• Gengivótomo	• 3	• R\$ 140,70
• Grade de Ferro	• 15	• R\$ 14.090,72
• Gravador Digital	• 2	• R\$ 979,80
• Kit de Segurança	• 1	• R\$ 203.423,9 4
• Leitor Biométrico Digital	• 50	• R\$ 9.750,00
• Lima p/ Osso de Aço	• 1	• R\$ 46,90
• Máquina Fotográfica	• 23	• R\$ 6.716,00
• Mesa	• 75 9	• R\$ 600.535,9 0
• Motor Odontológico	• 2	• R\$ 900,00
• Monitor de Tela de 23" AOC	• 8	• R\$ 8.194,00
• No Break	• 10	• R\$ 12.390,00
• Perfurador para Dique	• 2	• R\$ 119,98

• Persiana	• 21 9	• R\$ 31.223,79
• Placa de Sinalização	• 42 4	• R\$ 15.140,00
• Poltrona	• 15 28	• R\$ 1.971.285 ,56
• Porta Agulha de Inox	• 4	• R\$ 659,92
• Porta Avental	• 1	• R\$ 200,00
• Portão de Alumínio	• 3	• R\$ 34.348,93
• Prateleira	• 56	• R\$ 9.520,00
• Rack de Parede	• 10	• R\$ 4.585,20
• Revista	• 31	• R\$ 11.863,00
• Seladora em Aço Inox	• 1	• R\$ 350,00
• Sindesmótomo em Aço Inox	• 6	• R\$ 149,40
• Sistema de Circuito	• 10	• R\$ 10.079,91
• Sofá	• 25 0	• R\$ 660.016,0 5
• Software	• 43	• R\$ 1.791.743 ,70
• Suporte p/ CPU	• 40	• R\$ 7.965,20
• Veículo	• 24	• R\$ 1.094.929 ,57
• Ventilador	• 15	• R\$ 1.800,40
• Total	• 57 65	• R\$ 9.620.378 ,67

-
- Material de Consumo adquirido

• MATERIAL DE CONSUMO ADQUIRIDO EM 2014
.

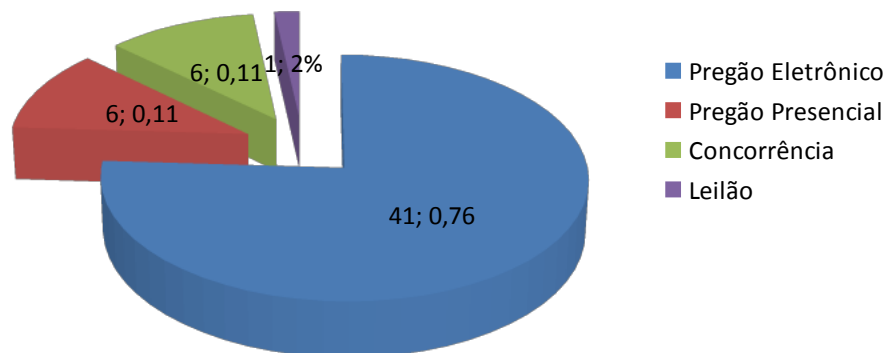
• TRI	• ALI M. E BEBIDAS	• COMB. E LUBRIF.	• EXPE D.	• IMPRESSOS	• SUPRIM. DE INFORMÁTICA	• OUTROS MATER. DE CONSUMO	• PEÇAS PARA VEÍCULOS
• 1°	• 14.283,60	• 93.709,00	• 3.189,00	• 110.020,00	• 12.300,00	• 82.292,50	• 46.705,00
• 2°	• 11.432,52	• 117.750,00	• 285.616,40	• 89.947,00	• 155.200,00	• 176.733,46	• 72.923,00
• 3°	• 29.233,52	• 122.473,00	• 102.028,50	• 26.615,00	• 169.030,78	• 23.058,64	• 70.698,00
• 4°	• 13.825,68	• 139.440,00	• 74.980,70	• 135.074,00	• 466.507,00	• 118.441,15	• 80.411,00
• SUB	• 68.775,32	• 473.372,00	• 465.814,60	• 361.656,00	• 803.037,78	• 400.525,75	• 270.737,00
• TOTAL GERAL							• 2.843,918,45

• 11.6 Comissão Especial de Licitação (CPL)

• As licitações realizadas contemplaram as modalidades de Pregão na forma Eletrônica, Presencial, Concorrência e Leilão, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2014:

•

Tipo de Licitação realizada em 2014



• Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2014, foram concluídas 54 (cinquenta e quatro) licitações. Desse total 41 (quarenta e uma) foram na modalidade Pregões na forma Eletrônica; 06 (seis) Pregões na forma Presencial, 06 (cinco) Concorrência e 01 (uma) na forma Leilão. Tivemos ainda 03 (três) licitação desertas.

• As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as Adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de **96 (noventa e seis)** Contratos Administrativos e **75 (setenta e cinco)** Atas de Registros de Preços.

• Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2014 encontram-se relacionados no quadro abaixo:

Modalidade	Quantidade	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto - R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	41	34.766.517,87	23.386.492,31	11.380.025,56	32,73%
Pregão Presencial	6	12.464.806,33	9.206.313,00	3.258.493,33	26,14%
Concorrência	6	8.628.284,17	7.295.396,90	1.332.887,27	15,44%
Leilão*	1	68.700,00	153.500,00	84.800,00	55,24%
TOTAL	54	55.928.308,37	40.041.702,21	16.056.206,16	28,66%

• Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de R\$ 16.056.206,16 (dezesseis milhões, cinquenta e seis mil, duzentos e seis reais e dezesseis centavos), o que equivale 28,65% (vinte e oito

virgula sessenta e cinco centésimos por cento) do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2014.

- A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

- A CPL no ano de 2014 realizou 26 (vinte e seis) enquadramentos de contratações por dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 1.805.186,77 (um milhão, oitocentos e cinco mil, cento e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), e 58 (cinquenta e oito) por inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 679.249,57 (seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e sete centavos). Deste total foram destinados para fornecimento de água e energia elétrica o valor estimado de R\$ 1.440.000,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil reais), e R\$ 1.044.436,34 (um milhão, quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos) para outros e serviços, tais como locação de imóveis, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores.

- Para atender e melhorar as atividades precípuas do Órgão, desempenhadas nas Promotorias de Justiça do Estado e Capital, foram locados 75 (setenta e cinco) imóveis entre novos e renovações.

-

- **11.7 Coordenação de Comunicação (CCOM)**

- A Coordenadoria de Comunicação (CCOM) se divide em 02 (duas) seções: Seção de Imprensa e Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica.

-

- **Seção de Imprensa**

- Nesta seção é produzido o clipping dos jornais impressos com o objetivo de subsidiar o trabalho de promotores e procuradores de justiça sobre fatos que possam ensejar alguma ação do Ministério Público. Além do trabalho diário, distribuído a setores estratégicos da instituição, a CCOM produz clippings especiais, mediante demanda dos membros, sobre temas e/ou períodos específicos.

-
-
-
-
-

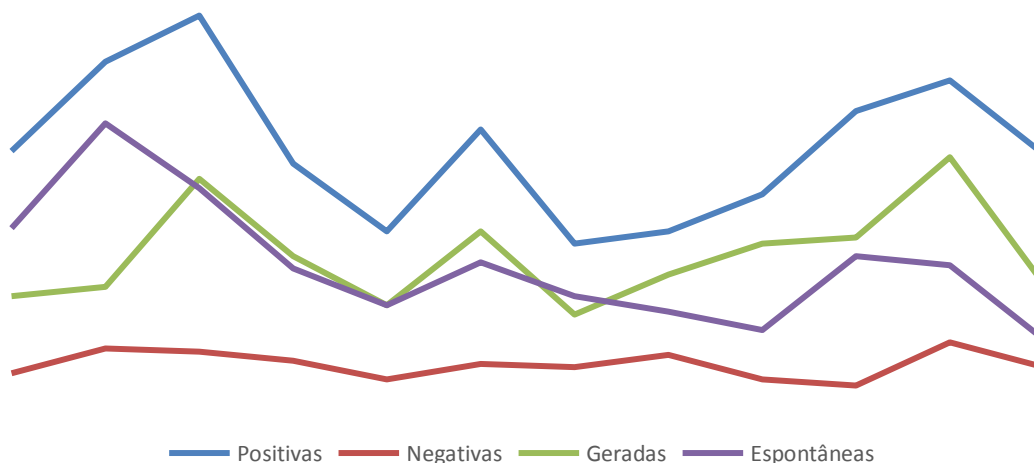
- *** Mídia Impressa**

	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
• Positivas	7	1	1	72	5	8	4	5	6	8	9	7
• Negativas	4	1	1	8	2	7	6	1	2	0	1	6
• Geradas	2	3	6	42	2	5	2	3	4	4	7	3
• Espontâneas	5	8	6	38	2	4	2	2	1	4	3	1

• Total/Mensal	• 1	• 2	• 2	• 16	• 1	• 1	• 1	• 1	• 1	• 1	• 1	• 2	• 1
----------------	-----	-----	-----	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

-
-

Divulgação do MP na mídia impressa



- **Clipping especial**

-

- Foram realizados 07 Clippings especiais referentes aos assuntos abaixo:

1. **Carlos Serra Martins** – 25 a 28 de agosto
2. **Greve de Professores** – Julho a Setembro
3. **Greve de ônibus** – Maio a junho
4. **Imagens da Ana Clara** – Janeiro
5. **Greve de delegados e policiais** – Julho a Setembro
6. **Recém-nascida assassinada pelos pais** – Fevereiro
7. **Rebeliões, fugas de detentos e ataques a ônibus** – Setembro

-

- **Redes Sociais**

- **Página no Facebook**

- Criado em setembro de 2013, o perfil no *facebook* é a primeira participação do MPMA em uma rede social. Idealizado com o objetivo de criar mais uma via de divulgação de suas atividades e de interação com a sociedade, a rede social é um canal pelo qual a comunidade poderá tirar dúvidas e encaminhar demandas ao Ministério Público; onde terão acesso a informações sobre a estrutura da instituição, notícias da atuação do órgão, arquivos das campanhas desenvolvidas e imagens das diversas ações desenvolvidas em todo o estado.

•	• J	• F	• M	• A	• M	• J	• J	• A	• S	• O	• N	• D	• Tot
• Curtidas	• 2	• 1	• 2	• 7	• 3	• 1	• 1	• 1	• 5	• 1	• -	• 2	• 37

• Publicações	• 4	• 6	• 6	• 7	• 7	• 9	• 2	• 7	• 7	• 6	• -	• 4	• 68
• Acesso às publicações	• 2.	• 1.	• 2.	• 1.	• 1.	• 3	• 2.	• 5.	• 2.	• 3	• 3.	• 5.	• 35
• Publicação mais comentada	• -	• -	• -	• -	• -	• 6	• 0	• 4	• 1	• 7	• -	• 6	• 40
• Publicação mais curtida	• -	• -	• -	• -	• -	• 3	• 1	• 6	• 5	• 2	• -	• 1.	•
• Compartilhamentos	• -	• -	• -	• -	• -	• 5	• 1	• 1	• 1	• 1	• -	• -	• 40
• Notícias publicadas	• 2	• 3	• 2	• 3	• 2	• 2	• 2	• 2	• 2	• 2	• 2	• 2	• 30

•

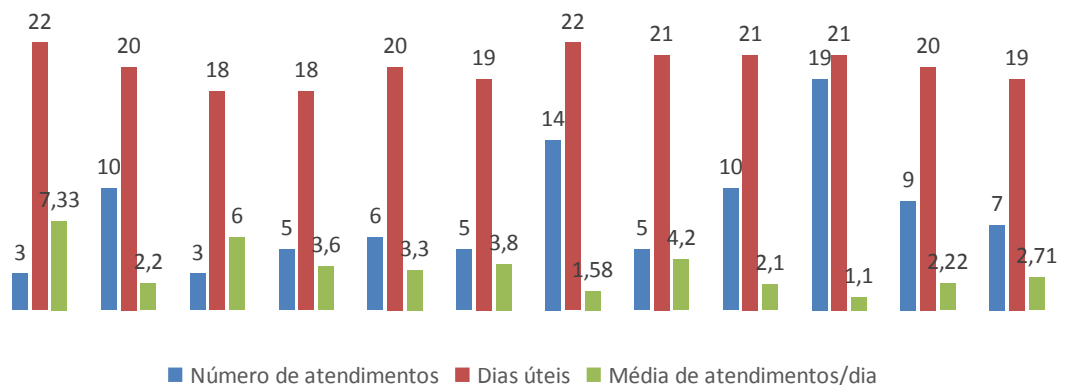
• **Atendimento à Imprensa:**

• A política da Coordenadoria de Comunicação não permite passar os contatos dos membros sem a prévia autorização. O objetivo é resguardar a privacidade dos promotores/procuradores e garantir o atendimento com o máximo de rapidez. O maior número de atendimentos é proveniente das televisões, jornais impressos, rádios e blogs.

•

•

Atendimento à Imprensa realizado pela CCOM em 2014



• **Veículos atendidos**

- **Emissoras de televisão locais** - TV Assembleia, TV Cidade, TV Mirante, TV Difusora, TV Guara, TV Brasil, TV Maranhense, TV Meio Marte (Teresina).
- **Emissoras de televisão nacionais** - Rede Record
- **Jornais impressos locais** - O Estado do Maranhão, O Imparcial, Jornal Pequeno.
- **Jornais de circulação nacional** - Jornal A Tribuna (São Paulo), Folha de São Paulo, Folha Dirigida, O Globo.
- **Emissoras de rádio locais** - Difusora AM, Rádio Universidade FM, Rádio

Capital, Rádio Educadora, Mirante AM.

- **Emissora de rádio nacional** - Rádio Justiça, Rádio Brasília, Rádio Nacional da Amazônia.
- **Portais/sites locais** - Imirante.com, Agência Matraca.
- **Portais/sites nacionais** - Globo.com, Folha On Line, Uol.
- **Blogs/ Sites locais** - Gilberto Léda.

- **Programa de Rádio “Estação Ministério Público”**

- - O Programa Estação Ministério Público vai ao ar todos os sábados na Rádio São Luís AM 1340 KHz, no horário das 9 às 10 da manhã. As notícias da semana do Ministério Público, campanhas institucionais e notas de utilidade pública, tais como a divulgação de telefones importantes, também são divulgadas no programa. O espaço para exibição do programa foi gentilmente cedido pelo grupo Zildene Falcão, proprietário da Rádio São Luís AM, sem qualquer ônus ao Ministério Público do Maranhão.

- **Tabela – Programas de Rádio veiculados**

• Programas realizados	• 41
• Programas não realizados*	• 10

- - Falta de entrevistado/ Carnaval/ Paixão/ Falta de Entrevistado/ Independência do Brasil/ 1º Turno das eleições/ 2º Turno das eleições/Feriado do dia 15 de novembro/ Recesso de final de ano.

- - Dos 39 entrevistados pelo Programa, 10 (dez) foram promotores entrância inicial, 14 (quatorze) de entrância intermediária, 13 (treze) de entrância final e 01 (um) integrante de outros poderes.

- **Estatísticas do site**

- - O endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão é uma das principais ferramentas de divulgação das informações relativas à instituição. Reformulado em 2013, com objetivo dar um aspecto mais institucional ao endereço eletrônico, priorizando as informações de maior relevância à sociedade e dando destaque às campanhas institucionais do Ministério Público. Entrou em vigor, em 28/2/2013, a Resolução CNMP nº 91, que dispõe sobre a utilização do domínio ".mp.br" pelo Ministério Público. O desenvolvimento do site, no entanto, é constante, estando continuamente sendo aprimorado e recebendo novos conteúdos.

- **Dados estatísticos do site do MPMA em 2014**

• Notícias Publicadas	• Total
• Notícias Publicadas	• 718
• Total de acessos	• 44.047
• Notícia mais acessada*	• 6.202

- - * Prêmio CNMP

• Avisos Publicados	• Total
• Avisos Publicados	• 84
• Total de acessos	• 35.194
• Aviso mais acessado*	• 2.514

• *Feriados no MP

• Programa Estação Ministério Público	• Total
• Programas publicados	• 38
• Total de acessos	• 14.881
• Programa mais acessado*	• 829

• *Promotora de Anajatuba

• Vídeos Institucionais	• Total
• Vídeos Publicados	• 6
• Total de acesso	• 264
• Vídeo mais acessado*	• 164

• *Maria da Penha em Ação 2014

• Fonte: CMTI números em 06/01/2015.

•

•

•

• Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica

•

• Informativo Em Dia.

• É um meio de comunicação interna com o público institucional. Com edição semanal, o informativo reúne os principais acontecimentos do Ministério Público do Maranhão. Foram produzidas 26 edições do informativo *Em Dia*, todas disponibilizadas no endereço eletrônico do *Parquet*.

•

• 11.8 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

• A Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, composta pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação, tem como missão fundamental realizar a gestão da política documental do Ministério Público Maranhense, visando garantir a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional.

• Em 2014, com o apoio da Administração Superior do MPMA, a produção desta unidade administrativa buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as metas da Instituição, ao desenvolver uma série de atividades para contemplar as necessidades informacionais dos Membros, Assessores e Servidores do *Parquet* estadual e da comunidade em geral, bem como dar transparência e visibilidade das seguintes ações, serviços e produtos oferecidos aos seus clientes:

- **1 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS:** Proposição e acompanhamento dos processos administrativos, que visam a promover a efetividade no cumprimento dos Contratos e Atas de Registro de Preços referentes às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria.

- 1.1 - Assinatura e renovação de periódicos jurídicos impressos (Editoras: Revista dos Tribunais, Fórum, IOB-Síntese, Consulex e Dialética);

- 1.2 - Assinatura e renovação de Sistemas de pesquisa virtuais jurídicos e técnicos:

- a) “*Boletim de Licitações e Contratos BLC (NDJ)*”: à Assessoria/PGJ, à Assessoria Jurídica da Administração, à Assessoria Controle Interno e à Comissão Permanente de Licitação;

- b) “*Debit Atualiza*” e “*Debit Trabalhista*”: Aplicativos de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de sentença trabalhista ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd e à Assessoria Técnica/PGJ.

- 1.3 – Fiscalização dos serviços de publicidade de Avisos, Editais, comunicados e Notas Oficiais em Jornais Locais;

- 1.4 - Fiscalização dos serviços de assinatura, entrega e fornecimento de Jornais Locais;

- 1.5 - Fiscalização dos serviços de Guarda e Gerenciamento de Documentos e Arquivos – *Sistema GED ARQUIVAR*;

- 1.6 - Fiscalização dos serviços de fornecimento de materiais gráficos (lotes referentes às publicações institucionais).

- 1.7 - Fiscalização dos serviços de formatação e diagramação de obras institucionais.

-

- **2 – SUPERVISÃO EDITORIAL E NORMALIZAÇÃO DE OBRAS INSTITUCIONAIS:** Visa suprir as necessidades de divulgação dos programas e das publicações institucionais.

- a) Revista do MPMA - *Juris Itinera* n°. 21, 2014 (anual);

- b) “*Relatório de Atividades MPMA – 2013*”;

- c) “*Anuário de Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público*”;

- d) Cartilha da Ouvidoria Geral do Ministério Público: “*Ouvidoria: um instrumento de cidadania*”;

- e) Cartilha do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – Caop/DHC: “*PROVITA/MA: Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão*”;

- f) “*Agenda MPMA 2015*”;

- g) “*Caderno de Anotações MPMA 2015*”;

- h) “*Calendário MPMA 2015*”;

-

3 – POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO:

-

• A seguir, demonstra-se o comparativo anual (2013-2014) desses produtos e serviços:

•

• Tabela 1 – Utilização de Serviços e Produtos

	•2013	•
• ATENDIMENTO AO USUÁRIO		2
• Serviço de Alerta-legislação (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	•209	2
• Serviço de Pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral)	•1.085	8
• Serviço de Empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	•1.939	1
• Consultas locais ao acervo bibliográfico	•203	3
• Sumários Correntes (Disponibilização <i>on line</i>)	•80	8
• Serviço de Publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão (recebimento, formatação e envio à Supervisão do Diário Oficial do Maranhão)	•2.069	2
• Serviço de Publicidade de avisos, editais, comunicados e notas oficiais nos jornais locais	•258	2
• Fonte: CDB/PGJ, 2014.		

•

• **4 – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DE COLEÇÕES:** Por iniciativa desta coordenadoria, foi impulsionado o procedimento licitatório para aquisição de livros jurídicos, técnicos e literários para o acervo da Biblioteca Arcelina Mochel/PGJ e da Biblioteca/ESMP (Processo 6185AD/2014). Entretanto, como a respectiva ata de registro de preços foi assinada apenas em dezembro de 2014, a contratação da empresa para o fornecimento desse material bibliográfico dar-se-á no exercício financeiro de 2015.

• Abaixo, descreve-se o comparativo anual do desenvolvimento e ampliação das coleções bibliográficas:

•

• Tabela 2 – Evolução das coleções bibliográficas

	•2013	•
• DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS		2
• Doação de Livros	•51	2
• Renovação de Assinaturas de Periódicos Jurídicos e Técnicos	•16	1
• Doação de Periódicos Jurídicos	•20	2
• Inclusão de Fascículos de Periódicos no Sistema de Automação de	•67	

- Fonte: CDB/PGJ, 2014.

-

- **5 – APOIO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS INSTITUCIONAIS:**

- 5.1 - Auxiliar a implantação institucional do **Sistema DIGIDOC** (sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos), no que se refere a proposição e análise de listas no ambiente de testes quanto:

- a) às Siglas referentes aos Órgãos da Administração Superior do MPMA, às Procuradorias de Justiça, às Promotorias de Justiça, às Assessorias, Coordenadorias e demais unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

- b) aos Assuntos relacionados aos Órgãos Superiores do MPMA e Setores Administrativos da PGJMA;

- c) às Fases de tramitação de processos no referido sistema.

-

- 5.2 - Auxiliar a implantação institucional do ambiente de testes do **Sistema de Gestão do Diário Eletrônico**, através de visita técnica sobre o funcionamento do referido aplicativo junto à Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações do Tribunal de Justiça do Maranhão, além de iniciar a análise das ferramentas técnicas e compatibilização de matérias e setores, para o posterior treinamento em ambiente de testes e ulterior homologação final, nos mesmos moldes procedimentais do Sistema DIGIDOC.

-

- **6 - OUTRAS AÇÕES IMPORTANTES:**

- A seguir, apresenta-se o comparativo anual de outras ações e iniciativas importantes desenvolvidas por esta coordenadoria:

-

- Tabela 3 – Ações e Iniciativas de relevo - CDB

	•2013	•
• AÇÕES DE DESTAQUE		2
• Despachos em Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior do MP (CS)	•315	•3
• Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual	•87	•5
• Atualização – <i>Link</i> virtual de Legislação Interna	•65	•5
• Expedição de Correspondências	•115	•1

- Fonte: CDB/PGJ, 2014.

-

- Tabela 4 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Protocolo/PGJ

• DISCRIMINAÇÃO	•2013	•
-----------------	-------	---

		2
• Recebimento/Autuação de Processos Administrativos (AD)	•11.736	•1
• Recebimento/Autuação de Processos do Conselho Superior (CS)	•2.317	•2.
• Recebimento/Autuação de outros processos	•265	•5
• Expedição de Correspondências	•8.430	•2.
• Expedição de Processos e Documentos por GED's	•859	•5
• Fonte: CDB/PGJ, 2014.	•	•

• Tabela 5 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Arquivo/PGJ

• DISCRIMINAÇÃO	•2013	•2
• Recebimento de documentos das unidades administrativas e dos Órgãos Superiores do MPMA (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões)	•8.341	•1
• Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões).	•2.755	•2.
• Remessa e solicitações de devolução de documentos para consulta (pastas e caixas-arquivo contendo pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões) à Empresa AC Suporte e Serviços Ltda. (representante exclusivo da marca ARQUIVAR, que presta os serviços de guarda e gerenciamento de arquivos intermediários).	•223	•2
• Documentos solicitados e eliminados (descarte seguro) (Caixas poliondas de pareceres, diários oficiais e <i>clippings</i>)	•-	•3
• Fonte: CDB/PGJ, 2014.	•	•

• 11.9 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

• A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de

informações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

- É dividida em três Seções, a saber:
 - Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
 - Seção de Segurança e Rede de Computadores; e
 - Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário, que terão suas atividades apresentadas em conjunto devido à interdependência destas;

• **CMTI em números:**

• INVESTIMENTO	• TOTAL
• <i>Valor investido em capacitação em Tecnologia da Informação em 2014</i>	• R\$ 149.00 8,00

• Suporte a usuários	• TOTAL
• Quantidade de servidores efetivos	• 1
• Quantidade de comissionados	• 3
• Suporte à infraestrutura	•
• Quantidade de servidores efetivos	• 10
• Desenvolvimento de sistemas	•
• Quantidade de servidores efetivos	• 5
• Quantidade de cedidos a outros órgãos	• 1
• Banco de dados	•
• Quantidade de servidores efetivos	• 1
• Quantidade de cedidos a outros órgãos	• 1
• Segurança	•
• Quantidade de servidores efetivos	• 1
• Qualificação	•
• Quantidade de servidores com nível médio	• 5
• Quantidade de servidores com nível superior	• 7
• Quantidade de Servidores com pós-graduação (lato sensu)	• 7
• Quantidade de servidores com mestrado	• 3

• Infraestrutura	• T o t a
• Internet	

	• 106
• Quantidade de sedes com link de velocidade menor que 1MB	• 12
• Quantidade de sedes com link de velocidade entre 1MB e 16M6	• 2
• Quantidade de sedes com link de velocidade maior que 16M8	• 3
• Quantidade de sedes sem acesso à internet	• 1
• Quantidade de sedes com acesso compartilhado	•
•	•
• Parque computacional	• T o t a l
• Quantidade de Microcomputadores	• 2783
• Quantidade de microcomputadores com menos de 4 anos	• 1500
• Quantidade de microcomputadores com mais de 4 anos	• 783
•	•
• Servidores de rede	• T o t a l
• Quantidade de servidores de rede com menos de 4 anos	• 22
• Quantidade de servidores de rede com mais de 4 anos	• 10
•	•
• Equipamentos portáteis	• T o t a l
• Quantidade de portáteis com menos de 4 anos	• 348

• Quantidade de portáteis com mais de 4 anos	• 2 0 7
--	---------------

• Quantidade de Impressoras laser	• 1 0 1 5
-----------------------------------	--------------------

• Quantidade de multifuncionais	• 1 7
---------------------------------	----------



	• 1 7 4
--	---------------

	• 3 9 9
--	---------------

• Storage	• 3
-----------	-----

• Servidores distribuídos	• 1 0
---------------------------	----------

- **Realização do 1º Fórum Ministerial de Governança de TI**

- Realizado pela CMTI, no período de 23 a 25 de julho de 2014, o 1º Fórum Ministerial de Governança de Tecnologia da Informação do MPMA objetivou promover a interação entre os profissionais da área de informática das diversas comarcas, buscando a troca de informações, bem como a uniformização de procedimentos. Também foram discutidos os investimentos em TI, que buscam a estruturação e modernização dos sistemas utilizados pelo MPMA.

- **Elaboração e aprovação dos Planos Diretor (PDTI) e Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) 2014-2016.**

- O Plano Diretor e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, aprovados pelo Comitê Estratégico de TI (CETI) do MPMA, constituem-se em instrumentos de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação.

- Os documentos cobrem o período de 2015 a 2016 e estão articulados aos objetivos do MPMA inseridos em seu Planejamento Estratégico, que vai de 2012 a 2016. Ambos definem o uso e a evolução da

Tecnologia da Informação na organização e contemplam uma visão abrangente das prioridades e necessidades do *Parquet* e da situação atual do uso e do ambiente da TI, permitindo a definição dos caminhos a serem trilhados para o atendimento a estas necessidades e prioridades e ampliação do retorno dos investimentos nesta tecnologia.

- O CETI definiu ainda que o diretor-geral e o diretor da Secretaria Administrativo-Financeira da PGJ serão os representantes das áreas

administrativa e requisitante, quando houver necessidade de contratação de soluções de tecnologia da informação. A definição dos responsáveis atende à Resolução nº 103/2013 do Conselho Nacional do Ministério Público, que

disciplina a contratação desses serviços.

- O PDTI será submetido à apreciação do Comitê de Agenda do CNMP e, uma vez aprovado, passa a ser instrumento indispensável na gestão de TI.

-
-
-
-
-
- **11.10 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)**
-

- Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas a elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área.

- Em 2014, a COEA realizou o acompanhamento de obras e serviços de reforma e construção de unidades ministeriais tanto na capital quanto no interior do estado, além de serviços de engenharia de levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das Promotorias de Justiça.

- Elaborou projetos de reformas e construções de sede de Promotorias, realizou avaliação de valor locativo de imóveis, levantamentos para elaboração de laudo de perícias e de situação de instalações elétricas, além de vistorias de obras em execução durante o ano, conforme quadro abaixo:

• OBR A/ LOCAL	• TIPO CONSTRUÇÃO / REFORMA	• VALOR CONTRATADO (R\$)	• MODALIDADE DE LICITAÇÃO	• ÁREA CONSTRUÍDA (M ²)	• CONCORRENTES (NOME E CNPJ)	• VALOR ADIT / REPARO E RECOMP. (R\$)
• São Luís	• Construção do prédio da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça	• R\$ 22.088.710,96	• Concorrência 001/2009	• 13721,82	• Dimensão Eng. E Construção Ltda. 41.503.939/0001-56	• R\$ 3.565.456,55
• Paço do Lumiar	• Construção do prédio das Promotorias de Justiça	• R\$ 777.808,45	• Concorrência 009/2013	• 575,1	• ML Construções e Projetos Ltda. 08.868.469/0001-59	•
• São Luís	• Reforma do prédio das Promotorias de Justiça da	• R\$ 6.244.912,26	• Concorrência 010/2013	• 4506,85	• Construtora Domus Ltda. 01.948.775/0001-	•

	Capital				56	
• Impe ratriz	• Construção do prédio das Promotorias de Justiça	• R\$ 8.654.487,81	• Concorrência 006/2013	• 3827,97	• Engepec Ltda. 01.948.775/0001-56	•
• Mara caçumé	• Construção do prédio da Promotoria de Justiça	• R\$ 460.319,46	• Concorrência 003/2012	• 230,05	• Torquato Fernandes Construções e Imob. Ltda. 03.709.906/0001-78	• R\$ 60.557,63
• Dom Pedro	• Reforma das instalações elétricas da Promotoria de Justiça	• R\$ 64.243,07	• Concorrência 005/2013	•	• Ferreira Junior Engenharia Ltda. 09.654.059/0001-78	•
• Coli nas	• Construção do prédio das Promotorias de Justiça	• R\$ 555.215,88	• Concorrência 003/2013	• 222,65	• LTM Construções Ltda. 07.999.481/0001-30	• R\$ 111.638,45
• Gov. Eugê nio Barros	• Construção do prédio das Promotorias de Justiça	• R\$ 520.558,35	• Concorrência 007/2012	• 221,25	• Torquato Fernandes Construções e Imob. Ltda. 03.709.906/0001-78	• R\$ 16.307,19
• Santa Inês	• Reforma/Ampliação do prédio das Promotorias de Justiça	• R\$ 120.975,34	• Concorrência 001/2012	•	• Construtora AP Engetech Ltda. 12.769.072/0001-87	•
• Pindaré Mirim	• Construção do prédio das Promotorias de Justiça	• R\$ 468.872,19	• Concorrência 004/2012	• 216,06	• Torquato Fernandes Construções e Imob. Ltda.	•

					03.709.906/0001-78	
• São Luís	• Recuperação estrutural e Reforço do prédio das Promotorias da Capital	• R\$ 3.664.765,63	• Concorrência 001/2011	• 4506,85	• Jatobeton Engenharia Ltda. 00.507.949/0001-82	•
• São Luís	• Aquisição e instalação de 04 Elevadores para prédio da PGJ	• R\$ 800.000,00	• Pregão eletrônico 00010/2014	• 13721,82	• Elevadores Atlas Schindler S/A 00.028.986/0001-08	•
• Imperatriz	• Reforma das instalações elétricas da Promotoria de Justiça	• R\$ 49.862,50	• Concorrência 002/2013	•	• GG Const. E Locação Ltda. 10.238.101/0001-59	• R\$ 19.852,52
• São Luís	• Instalação de Sistema de Climatização VRF p/ prédio da PGJ	• R\$ 5.650.000,00	• Pregão eletrônico 0010/2013	• 13721,82	• FAM da Amazônia Ind e Com. De Ar Condicionado Ltda. 84.113.349-0001/20	• R\$ 480.142,62
• São Luís, Rosário, Raposa, Sta. Rita, Itapecuru e Alcântara	• Manutenção de prédios da Capital e de Sta. Rita e Rosário	• R\$ 495.800,00	• Pregão eletrônico 011/2012	•	• Infre Comercio e Serviços Ltda. 04.878.661/0001-75	• R\$ 619.092,65
• Municípios variados	• Manutenção de prédios de Promotorias do interior	• R\$ 1.220.000,00	• Pregão eletrônico 0027/2012	•	• Engesel Serv. e Manutenção de Material Elétrico Ltda. 09.069.2	• R\$ 61.000,00

					78/0001-90	
<ul style="list-style-type: none"> Impe- ratrix 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos Aeronaut . p/ solicitação de autorização p/ construção do prédio Promotoria de Justiça 	<ul style="list-style-type: none"> R\$ 7.865,00 	<ul style="list-style-type: none"> Dispensa de licitação 	<ul style="list-style-type: none"> 	<ul style="list-style-type: none"> Infrabel Asses. e Projetos Ltda. 05.112.474/0001-49 	<ul style="list-style-type: none">

-
-

• 11.11 Chefia do Cerimonial

- A Chefia de Cerimonial é o setor responsável por planejar, organizar, executar e assessorar os eventos do Ministério Público do Maranhão, além de acompanhar o chefe da instituição ou seu representante em eventos externos, quando solicitado pelo Procurador-Geral de Justiça. Também é responsável por outras atividades burocráticas e, desde o ano de 2012, a emissão de passagens aéreas.

- O setor tem-se firmado como importante agente na viabilização dos eventos do *Parquet*, tendo participação ativa nas ações estratégicas da Administração Superior - do planejamento até a implementação das ações e a avaliação dos resultados alcançados. Conta com o apoio da Administração Superior na definição das estratégias a serem aplicadas na realização de suas ações e no estabelecimento e consolidação de importantes relações com membros, servidores, estagiários, prestadores de serviços, autoridades e a sociedade em geral.

-

- **Atividades desenvolvidas:**

-

- Planejamento, organização e execução de diversos eventos, tais como: solenidades de posses, inaugurações, audiências públicas, atos de assinaturas de documentos, cursos, conferências, congressos, seminários, simpósios, workshops, encontros, semanas, palestras dentre outros;
- Estruturação e organização do espaço físico, desde a disposição dos móveis, ornamentação, recursos audiovisuais, alimentação e todos os recursos necessários à realização de eventos em geral;
- Solicitação e acompanhamento de processos de empenho referentes aos contratos de responsabilidade da Chefia para todos os eventos solicitados;
- Confecção e expedição dos convites;
- Articulação com o cerimonial de outros órgãos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;

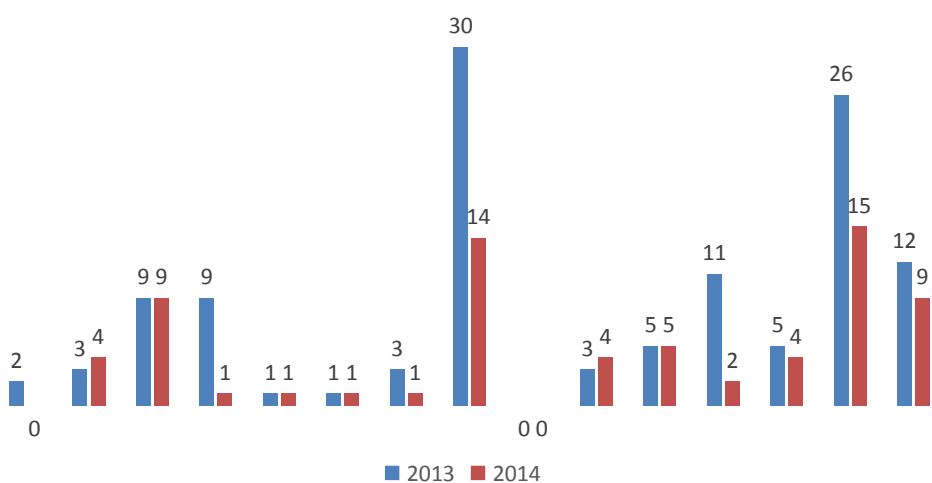
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Acompanhamento e assessoramento à Procuradora-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;
- Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;
- Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamento correspondentes a cada personalidade e providencias relativas a reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- Elaboração de roteiros e scripts das cerimônias;
- Orientação do Mestre de Cerimônia contratado;
- Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;
- Correspondência eletrônica;
- Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação.
- Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas.
-

• QUADRO COMPARATIVO DE EVENTOS (2013-2014)		
• EVENTOS	• 2013	• 2014
• Ação Social	• 2	• -
• Solenidades	• 3	• 4
• Encontros, Simpósios, etc.	• 9	• 9
• Campanhas	• 9	• 1
• Concurso	• 1	• 1
• Caminhada	• 1	• 1
• Eleição	• 3	• 1
• Reunião	• 30	• 14
• Pedra Fundamental	• -	• -
• Posses	• 3	• 4
• Inauguração/Reformas (Promotorias no Interior, Memorial, etc)	• 5	• 5
• Audiências Públicas	• 11	• 2
• Comemorações	• 5	• 4

• Cursos, palestras, oficinas, fóruns e capacitações.	• 26	• 15
• Acompanhamentos Externos	• 12	• 9
• TOTAL GERAL	• 120	• 70

-
-

Comparativo de Eventos realizados 2013 - 2014



-
-
-
-
-
-

• QUANTITATIVO DE PASSAGENS AÉREAS.

• QUADRO PASSAGENS AÉREAS - 2014				
• MÊS	• BILHETES EMITIDOS	• T O T A L	• Nº FATURAS	• VALOR MENSAL R\$

				L		
	M E M B R O S	SER VID O R E S	O U T R O S	M E N S A L		
• Ja n e i r o	• 0	• 0	• 0	• 0	• x	• 0
• Fe v e r e i r o	• 11	• 7	• 1 7	• 3 5	• 12837/128 38/12389	• 39.377 ,56
• M a r ç o	• 29	• 11	• 1 8	• 5 8	• 13258/132 59/13260/1 3261	• 71.299 ,81
• A b r i l	• 5	• 9	• 1	• 1 5	• 13227/134 23	• 11.552 ,80
• M a i o	• 25	• 9	• 3	• 3 7	• 14408/144 09/14410	• 41.060 ,98
• Ju n h o	• 14	• 27	• 8	• 4 9	• 15159/151 60/15161/1 5162/1517 2	• 52.439 ,12
• Ju l h o	• 6	• 9	• 1 4	• 2 9	• 15627/156 28/15632/1 5633	• 15.544 ,91
• A g o s t o	• 19	• 15	• 2	• 3 6	• 16290/162 91/16292/1 6294/1629 5	• 41.330 ,86
• Se t e m b r o	• 23	• 33	• 1 8	• 7 4	• 16995/169 96/16997/1 6998/1700 1/17008/17 062	• 81.013 ,53
• O u t u b r o	• 28	• 56	• 1 3	• 9 7	• 18155/181 60/18167/1 8168/1816 9/18804/18 807/18808	• 71.033 ,90

• N o v e m b r o	• 38	• 18	• 1	• 5 7	• 19123/198 03/19804/1 9805/1980 6	• 44.593 ,78
• D e z e m b r o	• 4	• 0	• 3	• 7	• 20076/205 75	• 8.494, 20
• T O T A L A N U A L	• 20 2	• 194	• 9 8	• 4 9 4 B i l h e t e s	• VALOR TOTAL	• R\$ 477.74 1,45
• B I L H E T E S						
• Valor investido em Capacitação						• R\$ 209.13 3,75
• Valor investido em Outras Atividades						• R\$ 268.60 7,70

•
•

•
•

-
- **LEIS – SERVIDOR**
-
- **LEI Nº 10.035, DE 2 DE ABRIL DE 2014**
- [Dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores do quadro de apoio técnico administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão para o exercício de 2014, altera anexos da Lei nº 8.077/2004 e dá outras providências.](#)
-
- **RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES**
-
- **[RESOLUÇÃO Nº 25/2014 - CPMP, 01 DE AGOSTO DE 2014](#)**
- [Dispõe sobre a criação do Grupo Especial de Defesa da Fauna \(GEDEF-MA\) no âmbito do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural \(CAOUMA\)](#)
-
- **RESOLUÇÃO Nº 24/2014 – CPMP, DE 01 DE AGOSTO**
- [Acrescenta dispositivos na Resolução nº 01/1984-CPMP, que dispõe acerca do Regimento Interno do Colégio de Procuradores.](#)
-
- **RESOLUÇÃO Nº 23/2014 – CPMP, DE 01 DE JULHO DE 2014**
- [Cria a 10ª Promotoria de Justiça de Timon e redefine a divisão de atribuições do Ministério Público na comarca.](#)
-
- **RESOLUÇÃO Nº 22/2014 - CPMP, DE 01 DE JULHO DE 2014**
- [Inclui o Capítulo VIII, com dois artigos, 18-A e 18-B, na Resolução nº 10/2009-CPMP \(Regulamenta os artigos 26, V, e 27, I, da Lei Complementar Estadual nº 13/ 1991, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a instauração e tramitação do inquérito civil\) e dá outras providencias.](#)
-
- **RESOLUÇÃO Nº 21/2014 CPMP, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014**
- [Dispõe sobre as normas a serem adotadas na eleição destinada a compor a lista tríplice, com vista à escolha do Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2014/2016".](#)
-
- **ATOS REGULAMENTARES**
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 15/2014-GPGJ, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014](#)**
- [Altera o Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão e dá outras providências.](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 14/2014 - GPGJ, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014](#)**
- [Altera dispositivos do Ato Regulamentar nº 04/2013, que regulamenta a forma de concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão](#)

-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 13/2014 - GPGJ, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014](#)**
- [Altera a redação do Artigo 6º, § 6º, da Resolução n.º03/2005-PGJ, e este aos Analistas Ministeriais do interior do Estado o redutor de 40% incidente na carga horária dos cursos estabelecidos para promoção da carreira.](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 12/2014-GPGJ, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014](#)**
- [Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2014/2015.](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 11, DE 15 DE AGOSTO DE 2014](#)**
- [Dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 10/2014 - GPGJ, DE 14 DE JULHO](#)**
- [Dispõe sobre a alteração do Anexo I do Ato Regulamentar nº 003/2013 - GPGJ.](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 09/2014-GPGJ, DE 23 DE JUNHO DE 2014](#)**
- [Dá nova redação ao artigo 8º, "caput", do Ato Regulamentar nº 18/2012, que dispõe sobre a regulamentação de registro e controle biométrico, por meio de impressão digital, de frequência dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 08/2014 - GPGJ, DE 09 DE JUNHO DE 2014](#)**
- [Regulamenta o horário de funcionamento dos órgãos de execução e unidades administrativas no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão nos dias 12, 17 e 23 de junho de 2014 durante os jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2014.](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 007/2014 - GPGJ, DE 27 DE MARÇO DE 2014](#)**
- [Dispõe sobre a impossibilidade de percepção cumulativa da gratificação de risco de vida com a verba de representação por exercício de cargo em comissão pelo técnico ministerial executor de mandados](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 06 DE 10 DE MARÇO DE 2014](#)**
- [Dispõe sobre a lotação dos cargos do quadro de pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual.](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 05/2014 - GPGJ, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014](#)**
- [Altera o Ato Regulamentar nº 04/2013, que regulamenta a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.](#)
-
- **[ATO REGULAMENTAR Nº 04/2014 - GPGJ, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014](#)**
- [Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2014 e dá outras providências.](#)

-
- **ATO REGULAMENTAR Nº 03/2014 - GPGJ, DE 31 DE JANEIRO DE 2014**
- Regulamenta o Controle Patrimonial de bens Móveis e Imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.
-
- **ATO REGULAMENTAR Nº 02/2014 - GPGJ, DE 22 DE JANEIRO DE 2014**
- Altera o Ato Regulamentar nº 18/2012, que dispõe sobre a regulamentação de registro e controle biométrico, por meio de impressão digital, de frequência dos servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão
-
- **ATO REGULAMENTAR Nº 01/2014 - GPGJ, DE 15 DE JANEIRO DE 2014**
- Dispõe sobre a concessão e o pagamento de diárias para membros e servidores, quando em deslocamentos para fora da sede, no interesse do serviço, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.
-
- **ORDEM DE SERVIÇO**
-
- **ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2014 - PGJ, DE 29 DE JULHO DE 2014**
- Fixa o prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para que os Ocupantes de Cargos de Provimento Efetivo e Comissionado apresentem a Declaração de Rendimentos e de Bens, relativa ao exercício financeiro de 2013, na Coordenadoria de Gestão de Pessoas desta Procuradoria Geral de Justiça.
-
- **ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2014 - PGJ, DE 29 DE JULHO DE 2014**
- FIXA o prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para que os Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão apresentem a Declaração de Rendimentos e de Bens, relativa ao exercício financeiro de 2013, na Coordenadoria de Gestão de Pessoas desta Procuradoria Geral de Justiça.
-
- **ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2014 -DG, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014**
- Determina o uso obrigatório do crachá de identificação funcional por todos os servidores e estagiários nas dependências das unidades ministeriais e disciplina o uso do fardamento.
-
- **ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2014-DG, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014**
- Disciplina o acesso de pessoas nas instalações da Procuradoria Geral de Justiça quanto ao traje.
-
- **RECOMENDAÇÕES**
-
- **RECOMENDAÇÃO Nº 01/2014-GPGJ, DE 25 DE ABRIL DE 2014**
- Dispõe sobre critérios de atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão em seu mister constitucional de defesa do Direito à Educação acerca da redução da jornada de trabalho do Magistério nos Sistemas e Redes Estadual e Municipais de Ensino.
-

- **RECOMENDAÇÃO Nº 02/2014-GPGJ, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**
- Nos municípios em que há leitos de internação psiquiátrica, o Promotor de Justiça com atuação na área da defesa da saúde e da infância e da Juventude deve verificar se os estabelecimentos de saúde, integrantes ou não do Sistema Único de Saúde, observam o disposto na Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001 e na Portaria nº 2391/GM, de 26 de dezembro de 20002, em relação às internações psiquiátrica involuntárias.
-
- **RECOMENDAÇÃO Nº 03/2014-GPGJ, DE 30 DE OUTUBRO DE 2014**
- Recomenda aos promotores com atribuição na defesa da saúde que oficiem ou recomendem ao Chefe do Poder Executivo Municipal para que, no prazo de até 30 (trinta) dias, informe a este Órgão Ministerial as condições de funcionamento e regularidade do Conselho Municipal de Saúde, com estrita observância dos critérios da paridade das representações e da importância da realização de capacitações e formações aos conselheiros; a dotação orçamentária anual destinada à execução das despesas do referido conselho, acompanhado de relatório de receitas e despesas detalhadas e do plano de metas/ações do ano em curso, e sobre as providências adotadas para o seu efetivo cumprimento.
-